



CREATIVE UNIVERSITY

2013

Joana Maria
Oliveira Marques

**O DESIGN DO PROCESSO ESTRUTURANTE DE
SPOTS COMUNITÁRIOS EM REDE – CASO DE
ESTUDO: CONCELHO DE LISBOA**

Joana Maria Oliveira Marques

O DESIGN DO PROCESSO ESTRUTURANTE DE SPOTS COMUNITÁRIOS EM REDE – CASO DE ESTUDO: CONCELHO DE LISBOA

Projeto apresentada(o) ao IADE-U Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Design de Produção de Ambientes, realizada sob a orientação científica do Doutor / Equiparado Carlos Barbosa, Professor *auxiliar equiparado* do IADE-U e sob coorientação do Arquiteto Paisagista Nuno David, Técnico superior no Gabinete de Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Oeiras, e sob coorientação da Engenheira do Ambiente Maria João Cardoso, Chefe da Equipa Multidisciplinar de Ação para a sustentabilidade da Câmara Municipal de Santarém (EMAS).

Dedico este trabalho ... ao meu marido, e aos meus pais.

O júri

Presidente

Doutor Carlos Alberto Miranda Duarte, Professor Associado com Agregação e Presidente Executivo da Comissão de Instalação do Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário, IADE-U

Vogais

Professor Doutor Manuel Guilherme Caras Altas Duarte Pinheiro,
Professor Auxiliar do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa

Arquiteto Paisagista Alexandre Pires Eurico Lisboa, Chefe de Divisão de Espaços Verdes da Câmara Municipal de Oeiras

Orientador

Carlos Alberto Caridade Barbosa, Professor do Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário, IADE-U

Coorientador

Arquiteto Paisagista Nuno David, Técnico superior no Gabinete de Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Oeiras

Engenheira do Ambiente Maria João Cardoso,
Chefe da Equipa Multidisciplinar de Ação para a sustentabilidade da Câmara Municipal de Santarém (EMAS)

agradecimentos

Começo por agradecer ao professor, e orientador Carlos Barbosa pela sua disponibilidade e constante preocupação neste trabalho, bem como aos meus coorientadores pelo acompanhamento prestado, Arquiteto Paisagista Nuno David e Eng.^a Maria João Cardoso.

Gostaria de deixar um agradecimento especial aos técnicos das Câmaras Municipais de Oeiras e Lisboa, pelo entusiasmo e preocupação demonstrados neste trabalho, nomeadamente Eng.^a Cristina Garrett e Dr. Valter Bação-Ferreira.

Um obrigado à Junta de Freguesia de S. João em Lisboa, pelo apoio que disponibilizou para a realização deste trabalho.

Um agradecimento também, aos professores do IADE que me acompanharam neste Mestrado, em particular, os docentes de acompanhamento dos trabalhos de mestrado, professor Nuno Vidigal e professor João Miranda. Um agradecimento de amizade à minha colega de mestrado, Tânia Santos, pela companhia e preocupação nestes dois anos.

palavras-chave

Design inclusivo; Design sustentável; Comunidade; Ordenamento território; “vazios urbanos”; Planeamento urbano; Arquitectura Paisagista; Agenda 21 local; Participação pública; Sustentabilidade.

resumo

Este trabalho apresenta uma proposta de conceção de um novo espaço comunitário e inclusivo, integrado numa rede de espaços já existentes, denominados *Bairros 21*, no âmbito do processo participativo da *Agenda 21, em Lisboa*. Os pressupostos deste projeto assentam numa maior preocupação do envolvimento da população em todas as fases do planeamento e implementação, bem como, a criação de ambientes sustentáveis e inclusivos, onde a comunidade possa interagir. Foram utilizados diferentes métodos de auscultação da população, bem como de técnicos e especialistas, por forma a reunir a informação necessária para a construção de uma metodologia de conceção de espaços exteriores comunitários.

Keywords

Inclusive Design ; Sustainable Design; community; Spatial planning; “urban voids”; Urban planning; Landscape Architecture; Programme ‘*Agenda 21 local*’; Public participation; Sustainability.

abstract

This work proposes a design of a new and inclusive community space as part of a network of existing spaces, named *Bairros 21* within the participative process *Agenda 21*. The assumptions of this project lie in a major concern of community involvement, in all stages of planning and implementation, as well as creating sustainable and inclusive environments where the community can interact. Different methods were used to listen the population, as well as technicians and specialists, in order to gather the needed information to create a methodology for the outdoor community spaces.

DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE

A informação contida neste documento é confidencial e não pode ser disponibilizada, transmitida, discutida ou copiada sem o prévio consentimento do autor.

Qualquer pedido de informação ou discussão do tema deve ser feita expressamente, direta e exclusivamente com o autor.

“The only important thing about design is how it relates to people”

Victor Papanek

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	19
OBJECTIVO TRABALHO	24
ESCOLHA DO LOCAL.....	27
ANÁLISE	33
CAPÍTULO I.....	33
1. Caracterização histórica da evolução do concelho de Lisboa e a crescente preocupação com os espaços para a comunidade.....	33
2. Aspetos sociais das comunidades locais. Sustentabilidade. Design inclusivo	42
3. Elementos iconográficos como marcos históricos, identitários e orientadores da mobilidade.....	46
4. Pilares da sustentabilidade. Sustentabilidade local. Elementos que beneficiam a sustentabilidade de espaços para a comunidade.	49
5. Quadro legal do sistema de Planeamento Urbano em Portugal – comunidade, espaço público.	56
CAPÍTULO II – Case Study – Forte de Santa Apolónia	59
1. Caracterização Humana e Cultural	59
2. Caracterização Biofísica – Concelho de Lisboa – Forte de Santa Apolónia.....	65
SÍNTESE	91
PROPOSTA.....	93
CONCLUSÃO.....	116
BIBLIOGRAFIA.....	118

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Hortas Telheiras. Lisboa. Fotografia tirada pela autora Joana Marques em 18-12-2012.	25
Figura 2 - Mouraria rua capelão - Fotografia tirada pela autora Joana Marques em 18-06-2012	27
Figura 3 - Imagem Googlemaps alterada. Rua Miguel Lupi.....	28
Figura 4 - Imagem Googlemaps alterada. Traseiras Escola superior de tecnologias e artes de Lisboa	29
Figura 5 - Imagem Googlemaps alterada. Travessa Guilherme Coussol	29
Figura 6 - Imagem Googlemaps alterada. Rua Virginia	29
Figura 7 - Imagem Googlemaps alterada. Traseiras Junta Freguesia Graça.	30
Figura 8 - Imagem Googlemaps alterada. Avenida Afonso III.....	30
Figura 9 - Figura retirada de : BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp29.	34
Figura 10 - Figura retirada em : BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp56.	35
Figura 11 - PDM 48 - Figura retirada em : Câmara Municipal de Lisboa, Plano Diretor Municipal. Consultado em: http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html (16/04/2013)	36

Figura 12 - PDM 67 - Figura retirada em : Câmara Municipal de Lisboa, Plano Diretor Municipal. Consultado em: http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html (16/04/2013)	37
Figura 13 - PDM 77 - Figura retirada em: Câmara Municipal de Lisboa, Plano Diretor Municipal. Consultado em: http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html (16/04/2013)	37
Figura 14 - Fotografia da muralha frontal do Forte de Santa Apolónia, tirada pela autora em 2-02-2013.....	42
Figura 15 - Fotografia das hortas do Forte de Santa Apolónia, tirada pela autora em 12-12-2012 .	42
Figura 16 - Quadro sobre a Comparação dos modelos teóricos de planeamento na sua relação perante a promoção do desenvolvimento sustentável, retirado em: AMADO, Miguel Pires (2005). Planeamento Urbano Sustentável, Caleidóscópio, pp. 29.....	43
Figura 17- Metodologia Agenda XXI Lisboa, retirado em : http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php (10-01-2013)	44
Figura 18 - Mapa Junta Freguesia de S. João retirada em : RIBEIRO, Julieta, (1993). Em busca ... da Freguesia de São João, Junta de Freguesia de São João, Câmara Municipal de Lisboa. pp3.....	47
Figura 19 - Esquema retirado em: Domínios da Sustentabilidade: www.dolceta.eu/portugal/Mod5/Introducao-e-definicoes,126.html (23-04-2013).....	49
Figura 20 - Esquema retirado em: Centro para a sustentabilidade metropolitana. Observatório para a sustentabilidade metropolitana: http://www.csm-aml.net/#lodes (24-04-2013)	50
Figura 21 - Figura sobre um exemplo de espaço comunitário retirado em: Pine River Livrary : http://bayfieldpubliclibrary.wordpress.com (12-12-2012)	53
Figura 22 - Figura sobre um exemplo de espaço comunitário retirado em: Rocville.com – Rochester NY blog, News, events and discussion: http://rocville.com/?One-of-Rochester-s-Largest-Community-Gardens-Set-to-Open-in-May&PID=25861 (12-10-2012).	54
Figura 23 - Figura sobre um exemplo de espaços comunitários retirado em: STVGlasgow. Glasgow News: http://local.stv.tv/glasgow/magazine/219409-big-lottery-funds-partick-community-growing-project-allotment/ (15-09-2012).....	54
Figura 24 - Figura retirada em : LANGRES, Nicolau de – Desenhos e Plantas de todas as praças do Reyno de Portugal pelo Tenente General Nicolao de Langres Francez, que servio na guerra da Acclamação	59
Figura 25 - Figura retirada do Googlemaps e alterada em photoshop pela autira Joana Marques .	60
Figura 26 - Fotografia retirada em: Blog Ruin'arte – Património abandonado – Fotos	61
Figura 27 - Fotografias da entrada do Forte de Santa Apolónia pela Calçada das Lages. Fotografias tiradas pela autora Joana Marques em 23-10-2011	62
Figura 28 - Fotografias do interior do Forte de Santa Apolónia focalizando a degradação do espaço. Fotografias tiradas pela autora Joana Marques em 23-10-2011	62
Figura 29 - Fotografias da envolvente do Forte de Santa Apolónia. Fotografias tiradas pela autora em 23-10-2011	63
Figura 30 - Figura de uma proposta para o Forte de Santa Apolónia retirada em: http://cidadaniaix.blogspot.pt/2009/10/baluart-de-santa-apolonia.html	64
Figura 31- de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf (2-09-2012), alterada em photoshop.....	65
Figura 32 - Figura á altimetria retirada em: Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf (2-09-2012), alterada em photoshop.....	66

Figura 33 - Figura relativa á exposição solar retirada em : Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012) , alterada em photoshop.....	67
Figura 34 - Figura relativa á geologia retirada em : Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012) , alterada em photoshop.....	68
Figura 35 - Figura relativa ao Tipo de solos retirada em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012) . e alterada em photoshop.....	69
Figura 36 - Figura relativa á permeabilidade retirada em: Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012) . e alterada em photoshop.	70
Figura 37 - Figura relativa a vegetação natural indicando a zona do Forte de Santa Apolónia a círculo preto retirado em : http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012) . e alterada em photoshop.	71
Figura 38 - Figura do panfleto digitalizado adquirido por correio da Junta de Freguesia de S. João.	74
Figura 39 - Esquema elaborado em AutoCad do zonamento proposto para o caso em estudo. Elaborado pela autora Joana Marques.....	95
Figura 40 - Figura do estudo do espaço: Acessibilidades, orientações, usos e pontos de vista de maior amplitude visual.	98
Figura 41 - Figura da proposta (em Anexo IX) relativo à proposta geral. Proposta elaborada em AutoCad pela autora Joana Marques.....	99
Figura 42 - Esquícios a marcador preto sobre o local comunidade/Biblioteca, elaborado pela autora Joana Marques	103
Figura 43 - Esquício a marcador preto sobre a zona de estadia e lugar informativo da história local. Esquício elaborado pela autora Joana Marques	104
Figura 44 - Esquício a marcador preto sobre a zona de hortas. Esquício elaborado pela autora Joana Marques	104
Figura 45 - Esquício a marcador preto sobre a zona de convívio, estadia e vista sobre o Rio Tejo. Esquício elaborado pela autora Joana Marques.	105
Figura 46 - Esquício a marcador preto sobre a zona de eventos. Esquício elaborado pela autora Joana Marques.	106
Figura 47 - Esquício a marcador preto sobre a zona de equipamentos geriátricos. Esquício elaborado pela autora Joana Marques.....	106
Figura 48 - Esquício a marcador preto sobre a zona de equipamento infantil-juvenil. Esquício elaborado pela autora Joana Marques.....	107
Figura 49 - Esquício a marcador preto sobre o Miradouro para o Rio Tejo. Esquício elaborado pela autora Joana Marques.....	107
Figura 50 - Figura manipulada em Adobe Illustrator relativamente à rota agenda 21 onde sobre o mapa de sistema de corredores do PDM de 2012, localiza-se a cor azul, os locais existentes de Agenda 21 de Lisboa, com o local proposto, o Forte de Santa Apolónia. Elaborado pela autora Joana Marques.	112

Figura 51 - Esta figura revela a possibilidade de integração do monumento do Forte de Santa Apolónia num mapa turístico, bem como a proximidade com o centro histórico. Figura retirada de :<http://mapasblog.blogspot.pt/2012/03/mapas-de-lisboa-portugal.html>, e alterada em Photoshop, pela autora Joana Marques. 113

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relativo à idade dos inquiridos. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques.....	74
Gráfico 2 - Relativo à resposta da pergunta n.º1. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques ...	75
Gráfico 3 - Relativo à resposta da pergunta n.º 2. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques ..	75
Gráfico 4 - Relativo à resposta da pergunta n.º 3. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques ..	76
Gráfico 5 - Relativo à resposta da pergunta n.º 4. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques. .	76
Gráfico 6 - Relativo à resposta da pergunta n.º 5. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques. .	77
Gráfico 7 - Relativo à resposta da pergunta n.º 5.1. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques.	77
Gráfico 8 - Relativo à resposta da pergunta n.º 6 . Gráfico elaborado pela autora Joana Marques.	78
Gráfico 9 - Relativo à resposta da pergunta n.º 6.1. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques.	78

LISTA DE SIGLAS

AML – Área metropolitana de Lisboa
CML – Câmara Municipal de Lisboa
CMO – Câmara Municipal de Oeiras
CMS – Câmara Municipal de Santarém
IGESPAR – Instituto gestão do património arquitetónico e arqueológico
ODES – Observatório para a sustentabilidade
ONG – Organismos não-governamentais
PDM – Plano diretor municipal
PEL – Plano estratégico de Lisboa
PGUCL – Plano Geral Urbanização de Lisboa
PP – Plano pormenor
PU – Plano urbanização

INTRODUÇÃO

Atualmente, numa grande cidade, como Lisboa, percebe-se que a população entra numa rotina de “vícios” que são difíceis de mudar, especialmente devido ao seu carácter profundamente *egoísta*. Podemos ver estes hábitos, traduzidos no uso excessivo do automóvel, na desvalorização da reciclagem, no individualismo generalizado, e no consumo excessivo de recursos (globalmente). Estas preocupações são uma constante e foram motivo de discussão no VII Congresso Português de Sociologia, onde Camarero e Oliva observam que “os processos de dispersão urbana e de organização sociotécnica, o uso crescente do automóvel e a pós-fordização do tempo e do espaço, resultam num modelo de mobilidade que promove novas formas de exclusão e risco social e cria um ambiente que força diferentes grupos sociais a desenhar estratégias privadas e desiguais”¹ Algumas destas formas de exclusão e risco social culminam em situações graves, como foi o caso do David e do Rúben que foram assassinados pela sua mãe que estava com problemas depressivos e ninguém da comunidade sabia do que se passava.²

Por outro lado, é evidente a crescente preocupação por parte da população em defender um futuro sustentável, através da ocupação de terrenos baldios, por parte dos moradores de zonas densamente povoadas, como o exemplo de Lisboa com o principal objetivo de criar hortas nas comunidades.

O planeamento urbano das nossas cidades, muitas vezes é replicado de outras cidades europeias, desprezando a identidade e singularidade do espaço a ser planeado. Um bom exemplo é o caso da praça dos Aliados no Porto, que não teve em consideração a opinião das pessoas, resultando em muitas queixas de insatisfação, por falta de sombras e jardins.³ Assim resulta uma integração inadequada na nossa malha urbana, sem um planeamento de base e adequação aos aspetos e intenções projetais previamente existentes. Com a entrada de Portugal na União Europeia, não houve apenas uma vontade de Portugal se moldar às diretrizes europeias, mas como também, a União Europeia quis ditar as suas regras, destacando-se o caso da agricultura, em Portugal que

¹ VII Congresso português de Sociologia – Mobilidade geográfica e desigualdades sociais. Desafios para a formulação de políticas públicas na AML:

http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0568_ed.pdf (17/10/2013)

² Jornal Público: <http://www.publico.pt/portugal/jornal/para-david-e-ruben-a-ajuda-chegou-tarde-demais-foram-mortos-pela-mae-25972721> (01/02/2013)

³ http://jpn.c2com.up.pt/2005/11/14/portuenses_contra_projecto_para_os_aliados.html (01/05/2013)

chegou mesmo a receber incentivos financeiros para se deixar de produzir.⁴ Como consequência destas ações, houve uma forte queda dos sistemas produtivos dos territórios urbanos, levando a uma forte dependência alimentar das suas populações.⁵ Assim, cada vez mais se verifica a procura de “pequenos retalhos de terra” para a produção de alimentos frescos, ecológicos, e principalmente de baixo custo. Gonçalo Robeiro Telles numa entrevista à revista do centro em Rede de Investigação em Antropologia, *referiu*: “Ficámos espantados quando, em 1987, se verificou que 3000 famílias em Lisboa passariam fome se não tivessem a sua horta de que pagavam renda à Câmara Municipal de Lisboa. Para além dos alimentos retiram apenas dois outros rendimentos: um, dos crisântemos, que vendem no dia de finados, e outro dos manjericos que vendem no mês dos santos populares. Pode acontecer que, num futuro, essas hortas – que hoje servem para ajudar a matar a fome – possam ser, como nas cidades europeias, para recreio”.⁶

Para além destes aspetos de natureza económica e histórica, existem outros aspetos associados à psicologia e sociologia que se prendem com a necessidade individual e coletiva de voltar a uma origem perdida (a uma identidade), como foi observado durante este mestrado, em várias iniciativas da Câmara Municipal de Santarém, como por exemplo o projeto “Reabilitar Troço a Troço – Envolver para a Agir” [RTT], onde se pode assistir aos entusiásticos testemunhos e lembranças da população que participou na reabilitação dos troços da reserva natural do rio. O contato com a “terra” permite integrar estes aspetos no “indivíduo”. Esta iniciativa permitiu observar o comportamento da população, numa fase precoce do trabalho, e perceber a aceitação na recuperação de um espaço simbólico, que desperta sentimentos de pertença, proteger e tomar as medidas necessárias para que um lugar que outrora funcionava de cenário principal das vivências da população, não seja definitivamente abandonado ou “perdido”. Percecionou-se o entusiasmo na coresponsabilização de um espaço que é de todos. Foi claro, também a criação de laços entre todos os intervenientes na iniciativa, pois apesar de alguns viverem nas proximidades uns dos outros, não tinham cumplicidade suficiente para dialogarem, e com esta iniciativa municipal, reforçaram-se os laços de comunidade.

⁴ COSTA, António [comentado por], Quadratura do Circulo – SIC Noticias (29/11/2012). Consultado em <http://oinsurgente.org/2013/01/> (24/05/2013)

⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa, (1989). *Análise Social*, Vol. XXI. Consultado em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223479107H2nRJ8ke6Mb18LZ4.pdf> (01/05/2013).

⁶ Revista Etnográfica, Vol. 11 (2007): <http://etnografica.revues.org/1908> (05/12/2012)

Principais fontes de pesquisa

A comunidade e os espaços comunitários foram o foco de interesse para a pesquisa deste trabalho. Esta preocupação com os espaços para a comunidade e, como o Design e a Arquitetura Paisagista se relacionam com as pessoas, foram efetivamente o elo de ligação na tomada de decisão deste projeto de mestrado, e por isso mesmo se consideraram duas fontes inspiradoras para dar início à pesquisa, designadamente Victor Papanek e Gonçalo Ribeiro Telles. Victor Papanek, Arquiteto, Designer e Educador, foi um forte defensor do design ecológico dos produtos, dos utensílios, e das infraestruturas comunitárias. A sua preocupação com o Ambiente e como todos os aspetos do Design que afetam as pessoas e a qualidade ambiental, consegue obter produtos e espaços inclusivos.⁷ Gonçalo Ribeiro Telles, Arquiteto Paisagista e Pedagogo defende o Desenvolvimento Sustentável, Ordenamento Território e Ecologia, bem como o Civismo. Em 1953, entrou para os quadros da Câmara Municipal de Lisboa, onde formou uma equipa que revolucionou os espaços verdes da cidade⁸.

Com base nestas duas visões, pretende-se criar uma metodologia para projetar espaços exteriores que possam traduzir boas práticas comunitárias, onde o sentido de “Comunidade” vá mais além, e o espírito de entreajuda/preocupação com o próximo, possa ser cada vez mais fortalecido. Para a materialização desta metodologia pretende-se ter uma abordagem transdisciplinar e interdisciplinar, destacando-se:

- Propor um novo espaço no território de Lisboa que se possa inserir na rede de espaços já existentes da *Agenda 21 – Bairros 21*. O estudo para este espaço será feito através da análise de ortofotomapas do Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), recorrendo também ao PDM atual de Lisboa;
- Propor novo processo metodológico para conceção de um espaço exterior para a comunidade, com aplicação dos princípios de sustentabilidade e inclusividade, recorrendo a inquéritos, entrevistas informais aos utilizadores do espaço, entrevistas aos técnicos superiores da Junta de Freguesia de S. João de Lisboa e Câmara Municipal de Lisboa, bem como outras Câmaras Municipais que tenham um papel ativo na *Agenda 21 local*, e realizar uma sessão de participação pública ativa, do género *focus group*;

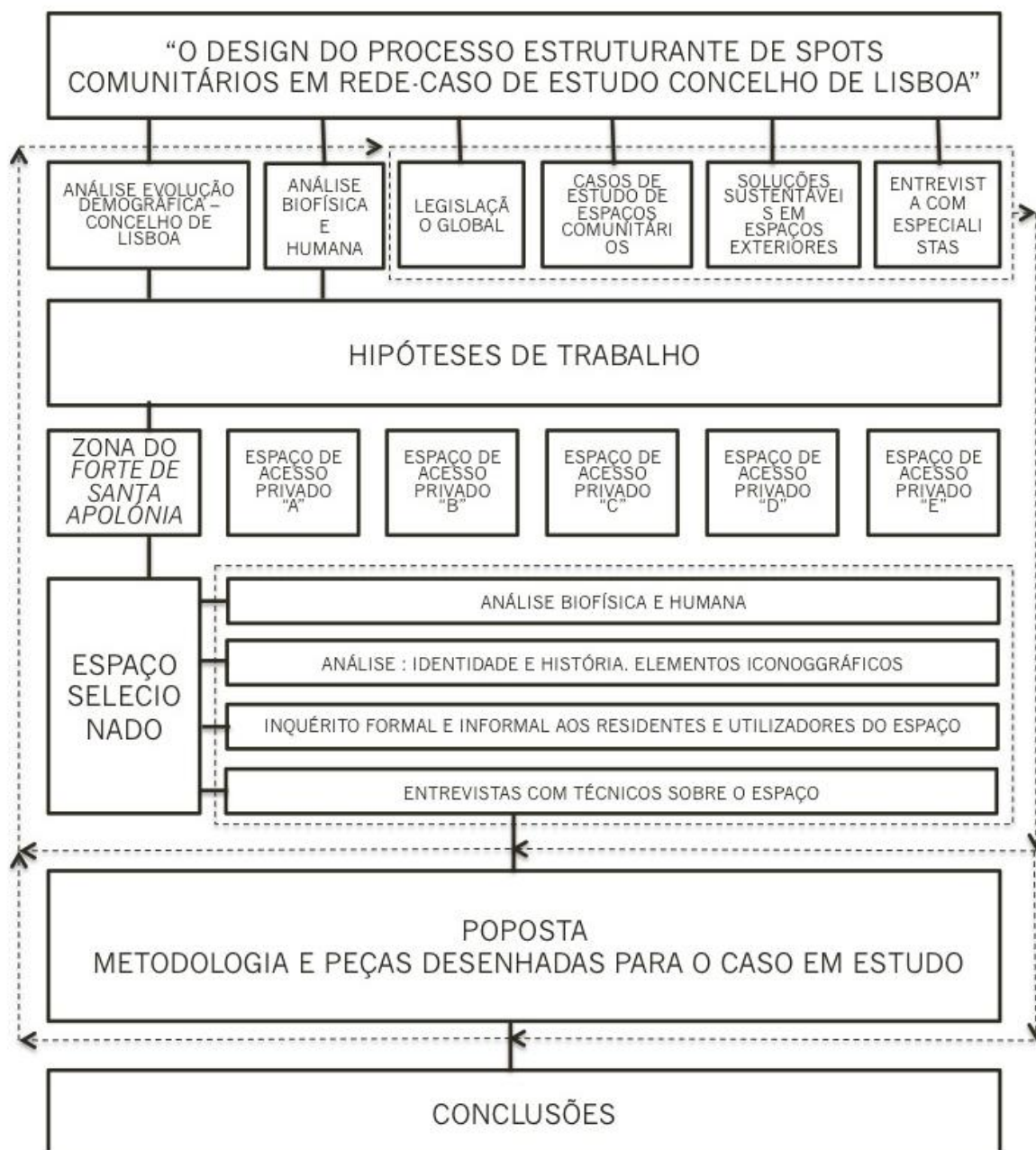
⁷ Para mais informações consultar : <http://profiles.incredible-people.com/victor-papanek/> (06/09/2012).

⁸ Prémios Antena 3: <http://www.rtp.pt/icmblogs/rtp/premiosantena3/?k=Goncalo-Ribeiro-Telles.rtp&post=17503> (07/09/2012).

Relativamente à bibliografia consultada teve-se em consideração:

- Para a temática do design inclusivo os autores consultados foram John Clarkson, Roger Coleman, Simeon Ketaes e Cherie Lebbon, pelo trabalho desenvolvido sobre o design para toda a população; Jorge Falcato Simões, pela construção de um manual de apoio às ações de formação do projeto design inclusivo;
- Para a temática de design para a sustentabilidade consultaram-se os autores Victor Papanek pela preocupação com o Ambiente e como o Design se relaciona com o Ambiente; Carlo Vezzoli e Ezio Manzini, são dois autores cujo trabalho incidiu no papel do Design para a sustentabilidade; Manuel Duarte Pinheiro pelos avanços na definição da construção sustentável e certificação de ambientes construídos em Portugal;
- Na vertente de Arquitetura Paisagista consultaram-se os autores Gonçalo Ribeiro Telles, pelo seu trabalho impar sobre os espaços verdes em Lisboa, nomeadamente no que diz respeito às hortas urbanas e aos espaços para a comunidade; Miguel Pires Amado, Arquiteto, pela preocupação desenvolvida em trabalhos de planeamento urbano e ordenamento de território; Finalmente, Manuela Raposo Magalhães, Arquiteta Paisagista, pelos trabalhos desenvolvidos no planeamento urbano sustentável;
- No que diz respeito à pesquisa *online*, houve o cuidado de apenas consultar sites institucionais, de Câmaras Municipais, Universidades, Associações, Conferências e Bibliotecas.

METODOLOGIA DE TRABALHO – ORGANIGRAMA



A metodologia proposta encontra-se dividida em duas partes principais: a primeira apresenta uma análise geral sobre as questões mais relevantes a considerar; a segunda parte, expõe uma análise focalizada, sob a forma de “Case Study”, com informação específica sobre o Forte de Santa Apolónia. A proposta para este trabalho é apresentada sob a forma de metodologia geral de conceção de espaços exteriores para a comunidade, e especificamente para o caso de estudo do Forte de Santa Apolónia, fazendo acompanhar esta metodologia de peças desenhadas.

OBJECTIVO TRABALHO

O termo *desenvolvimento sustentável* passou a ser conhecido com o Relatório de Brutland, em 1987, e explica a necessidade de aplicar “um modelo que prevê a integração entre a economia, sociedade e meio ambiente”.⁹ Foi na conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento de 1992, no Rio de Janeiro, que a *Agenda XXI* é mencionada como uma das medidas a aplicar no desenvolvimento das cidades, onde se apelam às autoridades locais de cada país para que desenvolvam um processo consultivo e consensual com as suas populações na sua *Agenda 21 local*.¹⁰ Com a elaboração deste trabalho pretende-se conceber um espaço para a comunidade, inserido numa rede de espaços já existentes, os *bairros 21 – Agenda 21*, onde a população local possa pôr em prática sentimentos de partilha e entreajuda, bem como as suas vivências, conhecimentos e “saberes”. Pretende-se, sobretudo, apresentar uma proposta sustentável que assente nos valores da inclusividade¹¹ e longevidade¹², preservando os seus elementos históricos e naturais, e apostando numa maior resiliência¹³ desse mesmo espaço.

O desejo de abordar este tema para trabalhar surgiu da vontade de perceber a causa do aparecimento massivo de hortas urbanas pela cidade de Lisboa, bem como da aderência a este tipo de espaços, ou outros locais para a comunidade onde a população tem um papel mais ativo. Apesar do aparecimento destes espaços que incentivam a um reforço dos laços da comunidade, nenhum destes, contempla um conjunto de atividades que beneficie todos os intervenientes do bairro afeto, ou seja, por vezes as atividades programadas não são representativas de toda a população, o que resulta muitas vezes num abandono e falta de manutenção destes espaços propostos, como se pode aferir num inquérito realizado na reunião descentralizada da Câmara Municipal de Lisboa, sobre as juntas de freguesia de S. João e Penha de França, em que muitos falavam de como há um entusiasmo inicial pelas coisas novas, mas que rapidamente fica tudo ao abandono por falta de manutenção e preocupação.

⁹ Desenvolvimento sustentável:

http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/desenvolvimento-sustentavel.html (12/12/2012)

¹⁰ Agenda XXI: <http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php> (12/12/2012)

¹¹ Inclusividade – que inclui, que abrange, todos os utilizadores.

¹² Longevidade - Longa duração de vida. Espaço que perdure durante muito tempo.

¹³ Resiliência - Capacidade de superar, de recuperar de adversidades. Espaço que se mantenha durante muito tempo, apesar das adversidades.

Os espaços sustentáveis para a comunidade requerem uma participação mais ativa de todos os intervenientes¹⁴, de modo a criarem laços fortes das pessoas aos espaços, fazendo-as sentirem-se responsáveis por ele, desde cedo. Um espaço que seja do agrado de todos os intervenientes, deve possuir o fator inclusividade sempre presente, o que muitas vezes não se observa. No caso das hortas urbanas em Telheiras, pode-se observar que não possuem condições para pessoas portadoras de deficiência motora, ou mesmo, mães com os carrinhos dos seus bebés, como e poderá observar na fotografia seguinte.



Figura 1 - Hortas Telheiras. Lisboa. Fotografia tirada pela autora Joana Marques em 18-12-2012

Esta ligação com “a terra” é importante do ponto de vista social, pois apresenta soluções locais que promovem o desenvolvimento sustentável ao nível do bairro, envolvendo a população local não só na preocupação da preservação de um espaço que é “comum a todos”, mas também no desenvolvimento de um “espírito” de comunidade e de entreajuda na comunidade, no entanto, não consegue servir toda a população envolvida.

¹⁴ AMADO, Miguel Pires (2005). *Planeamento Urbano Sustentável*, Caleidóscópio, pp. 29.

Para a escolha do local ideal para o tipo de espaço pretendido, deu-se preferência aos “vazios urbanos” que cada vez são mais comuns na cidade de Lisboa, constituindo assim uma medida sustentável de planeamento do espaço urbano, também referida no Quadro 1, na vertente Integração Local, área Solo, e critério Valorização Territorial do sistema *LiderA* (sistema voluntário Português que tem em vista efetuar de forma eficiente e integrada, a avaliação e certificação do ambiente construído, promovendo a sustentabilidade¹⁵), como uma linha de boa prática, o aproveitamento de áreas degradadas e abandonadas (ver anexo I). Relativamente aos “Vazios Urbanos”, estes são “enunciados enquanto espaços residuais da cidade perimetrada, dita tradicional ou histórica, ou enquanto espaços marginais da chamada cidade difusa, constituída pelas envolventes metropolitanas”¹⁶.

Para além da escolha sustentável do espaço (“vazios urbanos”), pretende-se que este venha a adotar uma identidade própria, com uma caracterização individualizada que o faça distinguir dos restantes espaços dos *Bairros 21*, permitindo a que cada espaço, proposto e os existentes, ofereça algo diferente e distinto a visitar. Por exemplo, a promoção da mobilidade sustentável é um fator decisivo, visto que a capital portuguesa emite em média 7.74 toneladas de CO2 por habitante, um valor acima da média de outras cidades, onde a principal causa é o grande volume de veículos na cidade, devido à (ainda) ineficaz rede de transportes públicos.¹⁷

A participação pública é essencial não só na consulta dos interessados¹⁸ de um projeto finalizado, mas também logo na fase inicial de planeamento. É sabido que quanto mais cedo se envolver a população nas questões projetais melhor será a reação ao espaço e maior será o envolvimento com o local, e maior resiliência este apresentará.

¹⁵ PINHEIRO, Manuel Duarte, (2013). Curso de aplicação da norma de sustentabilidade do sistema lidera nos hotéis – acreditação de assessores. Associação para a formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitectura. Lisboa

¹⁶ RODEIA, João Belo, (2007). Vazios Urbanos – trienal de Arquitectura de Lisboa/Urban Voids. Lisbon Architecture Triennale

¹⁷ <http://ambiente.kazulo.pt/11636/lisboa-ocupa-18posicao-nas-cidades-sustentaveis---parte-1.htm> (01/05/2013).

¹⁸ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/participacao-publica/7016.htm> (23/10/1012).

ESCOLHA DO LOCAL

Inicialmente a pretensão deste trabalho era abordar todos os “vazios urbanos” do concelho de Lisboa como forma sustentável de dinamização do território na conceção de espaços comunitários, no entanto, seria um trabalho de uma complexidade diferente que requeria um maior tempo de produção, sendo mais adequado no âmbito do doutoramento. Assim decidiu-se elaborar uma estratégia para a escolha de um ou dois espaços, no máximo, para a conceção de um modelo tipo, de espaços comunitários que pudesse ser aplicado em qualquer território de Lisboa. Para a escolha destes, começou-se por elaborar um estudo da evolução demográfica, através de ortofotomapas dos anos de 45, 65, 93 e 2000, com o intuito de entender o concelho de Lisboa mais adequado para o protótipo deste modelo. A cidade de Lisboa, foi o território que permaneceu intacto ao longo dos anos, com a sua malha urbana compacta construtiva, evidenciando um rasto de abandono em algumas zonas da cidade.



Figura 2 - Mouraria rua capelão - Fotografia tirada pela autora Joana Marques em 18-06-2012

O sentido de bairro e comunidade é um facto antigo e que se manifesta com mais fervor pelos chamados bairros típicos de Lisboa, principalmente na altura das marchas populares, pois estas, são uma “performance” coletiva que produz fortes sentimentos de identidade e pertença entre os

habitantes¹⁹. Por este facto, evidenciado através da evolução demográfica do concelho de Lisboa, a cidade de Lisboa será o território preferencial para a escolha do espaço a intervir.

Da observação dos mapas à escala de 1:25000 procuraram-se “vazios urbanos” que contemplassem simultaneamente, a passagem de linhas de água, aquedutos, fontes, poços, tanques, por forma a reduzir-se o consumo de água, e eventualmente, no caso de existir algum destes elementos iconográficos como as fontes, que estas, possam ser aproveitadas como elementos dinamizadores e potenciadores da preservação da história e identidade local. De seguida um segundo filtro foi aplicado, quando se cruzou esta informação dos seguintes mapas (ver mapas em ANEXO II): planta de ordenamento – *Inventário Municipal do Património*; planta de condicionantes – I – *Imóveis classificados e em Vias de classificação*; planta de condicionantes – *Outras restrições de utilidade pública*, tendo surgido 6 espaços potenciais disponíveis:

- Espaço privado – Rua Miguel Lupi



Figura 3 - Imagem Googlemaps alterada. Rua Miguel Lupi

¹⁹ CORDEIRO, Graça Índias, 2001. Territórios e identidades sobre escalas de organização socio-espacial num bairro de Lisboa. *Revista de Estudos Históricos* (28) p. 125-142

- Espaço privado nas traseiras da escola superior de tecnologias e artes de Lisboa



Figura 4 - Imagem Googlemaps alterada. Traseiras Escola superior de tecnologias e artes de Lisboa

- Espaço privado na travessa Guilherme Cossoul



Figura 5 - Imagem Googlemaps alterada. Travessa Guilherme Coussol

- Espaço privado na Rua Virgínia



Figura 6 - Imagem Googlemaps alterada. Rua Virgínia

- Espaço privado nas traseiras da Junta de Freguesia da Graça



Figura 7 - Imagem Googlemaps alterada. Traseiras Junta Freguesia Graça.

- Espaço público na Avenida Afonso III



Figura 8 - Imagem Googlemaps alterada. Avenida Afonso III

Efetuada as visitas aos locais, ficou patente que apenas um dos espaços seria elegível para este fim, por se encontrar aberto ao público, um local no final da Avenida Afonso III. Este espaço caracteriza-se por “vazio urbano”, principalmente pela sua marginalidade da cidade perimetrada. Ao analisar-se a periferia deste local, reparou-se no Forte de Santa Apolónia, um baluarte datado de aproximadamente 1652²⁰, completamente ao abandono, e com imensas hortas ilegais a nascerem. O Forte, apesar de classificado como *Imóvel de Interesse Público*, teria todas as características para constituir um projeto mais aliciante pelo seu carácter histórico, e por se perceber que, apesar de abandonado era muito procurado pela população. Após pesquisa exaustiva sobre o espaço e história do baluarte, este foi escolhido como um espaço comunitário de eleição. Esta proposta foi apresentada à Divisão Inovação, Organizacional e Participação e à Divisão Património da Câmara Municipal de Lisboa. O parecer foi bastante positivo para a elaboração de um projeto no Forte de Santa Apolónia, até porque, a CML pretende que até Junho do presente ano de 2013, se realize um concurso para a apresentação de um projeto que beneficie a comunidade da freguesia de S. João. Ficou assim escolhido o Forte de Santa Apolónia, como caso de estudo para este trabalho.

De seguida o trabalho será dividido em duas partes: a primeira apresenta uma análise geral sobre as questões mais relevantes a considerar; a segunda parte, expõe uma análise focalizada, sob a forma de “Case Study”, com informação específica sobre o Forte de Santa Apolónia. A primeira parte obtém a caracterização histórica sobre os espaços comunitários em Lisboa, percebendo quais os principais motivos que regem as mudanças nestes espaços e a importância dada a estes ao longo dos anos. De seguida falar-se-á sobre a importância da conceção de espaços inclusivos, na promoção do desenvolvimento sustentável, bem como na valorização do património histórico e natural, e dos elementos iconográficos na manutenção de uma identidade da população e do simbolismo local, na sustentabilidade como base das novas intervenções nos espaços comunitários e o quadro legal relevante na conceção de espaços para a comunidade.

Na segunda parte, pretende-se abordar especificamente o Forte de Santa Apolónia, começando com uma caracterização breve sobre localização, desenvolvendo de seguida as dimensões biofísicas e humanas, e por último, foi sondada a população recorrendo a 3

²⁰ Câmara Municipal de Lisboa: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/forte-ou-baluarte-de-santa-apolonia-restos> (12-09-2012)

técnicas diferentes de auscultação: Inquéritos, entrevistas e sessão participativa do tipo “focus group”, com o intuito de obter um “feedback” da população interessada (utilizadores e moradores da periferia do espaço) relativamente ao local em estudo.

ANÁLISE

CAPITULO I

No tópico que se segue será exposta a perspetiva histórica dos espaços para a comunidade, desde o reinado de D. João V até aos dias de hoje, percebendo quais os objetivos regidos para a conceção destes espaços, e como foram mudando e moldando-se às necessidades das pessoas e do território. Assim, retirar-se-á deste tópico quais os objetivos atuais, os futuros, e os que antecederam a conceção dos espaços para a comunidade.

1. Caracterização histórica da evolução do concelho de Lisboa e a crescente preocupação com os espaços para a comunidade.

1.1 Caracterização histórica desde o Plano Joanino até ao PDM 2012.

Lisboa desde cedo que demonstra uma grande preocupação com o urbanismo da cidade, e com a comunidade que a habita. Este desígnio tem o seu início com o *Plano Joanino*, no reinado de D. João V, tempos antes do grande terramoto de Lisboa de 1755, com intenções ao nível da reformulação do paço real²¹, e das fortificações. O paço real era a maior porta comercial para Lisboa e para o país, e as fortificações eram de extrema importância na defesa do território, ainda em rescaldo das invasões espanholas da guerra da restauração.²²

²¹ BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp28.

²² História de Portugal, O Guia Online da História de Portugal:
<http://www.historiadeportugal.info/guerra-da-restauracao/> (16/04/2013).



Figura 9 - Figura retirada de : BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp29.

Para além da reconstrução do paço real de Lisboa, que se integrava também numa estratégia de afirmação da realeza portuguesa, era necessário toda a reestruturação da cidade, nomeadamente, o arranjo de todas as fontes²³ a criação de novas infraestruturas que fornecessem água por toda a cidade. Assim, nasce o famoso aqueduto das águas livres, que viria a resistir ao terramoto, e que foi, e é, uma das obras de maior relevância da cidade lisboeta, do *período joanino*.

Depois do terramoto de 1755, e com a cidade de Lisboa completamente destruída foram necessárias medidas urbanísticas urgentes de restauração, e foi com o *plano pombalino*, “ que se elaborou o conceito de espaço público, associado à ideia de sítio, do lugar, à geometria de uma praça regular delimitada por arquitetura regular. ... A cidade estrutura-se e expande-se de forma organizada, definem-se ruas e praças, quarteirões.”²⁴ A população usufrui de uma malha urbana mais organizada, e sempre definida para colocação de templos²⁵, que era uma das necessidades da população da época, a oração, que tinha grande poder.²⁶

Se até à data todas as ações urbanistas eram marcadas por um forçoso reestruturar da cidade, a época do *romantismo*, veio trazer a Lisboa, um espírito mais liberal, abrindo os espaços exteriores á comunidade, onde “o passeio público era, por excelência, o lugar simbólico de Lisboa onde a vida

²³ BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp31.

²⁴ BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp36.

²⁵ BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp46.

²⁶ Consulte-se, para os interessados na arquitectura pombalina: A reconstrução de Lisboa e a aruitectura pombalina/José-Augusto França 2ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e língua Portuguesa, 1981

social se transmutava em vivência da natureza, e a câmara, que conduziu as obras, pôde, nos anos seguintes, reivindicá-las como sinal de iniciativa da Cidade de que fora brutalmente afastada pelo Marquês de Pombal”²⁷²⁸



Figura 10 - Figura retirada em : BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp56.

Já na década de 1930, inicia-se uma forte pressão urbanística, quando o Eng.^a Duarte Pacheco (1900-1943), assume a presidência da Câmara de Lisboa, integrando jovens técnicos que viriam a desenvolver diversos projetos, desde a escala da cidade à do imobiliário.²⁹³⁰

²⁷ BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp56.

²⁸ Consulte-se, para os interessados na época do romantismo: Do passeio Público à Pena: um percurso do jardim romântico/Maria Alexandra Salgado Ai Quintas, Lisboa: (s.n.), 2001

²⁹ BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp64.

³⁰ Consulte-se, para os interessados na obra de Duarte Pacheco: O país a régua e esquadro: o urbanismo, arquitectura e memória na obra pública de Duarte Pacheco/Sandra Vaz Costa; rev. Luis Filipe coelho, 1ª ed. Lisboa: IST Press, 2012. ISBN 978-989-8481-12-2.

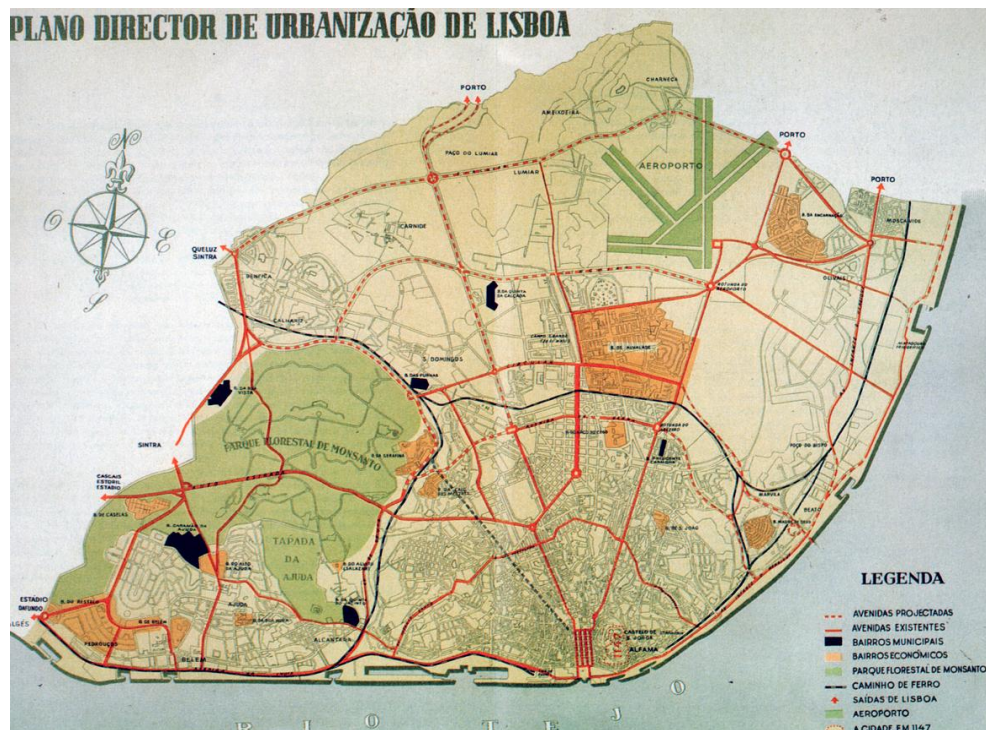


Figura 11 - PDM 48 - Figura retirada em : Câmara Municipal de Lisboa, Plano Diretor Municipal. Consultado em: http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html (16/04/2013)

“Na verdade, o Plano Diretor Municipal de 1938-48 constitui o último plano pensado como projeto para a cidade de Lisboa. No quadro político salazarista e da ação do ministro Duarte Pacheco, definiu todo o desenvolvimento da cidade”³¹ O Bairro de Alvalade seria um dos primeiros bairros a serem pensados, onde pela primeira vez, foi planeada numa comunidade local, à escala do bairro, onde “propunha-se edifícios coletivos destinados a habitação social, apoiados numa série de equipamentos: escolas, mercados, centros cívicos, parque desportivo, pequena indústria, etc.”.³²

Por esta altura vêem-se os primeiros ensaios resultantes da carta de Atenas no “Bairro das Estacas”, onde se denotam sinais do movimento moderno, com a reivindicação da importância da insolação, das zonas verdes úteis, da racionalidade e da funcionalidade.³³

A cidade vai-se expandindo para oriente à medida que a população vai crescendo, e no final dos anos 50, Olivais e Chelas constituíram operações urbanísticas de grande escala. “A decisão e programação global destas operações resultaram de diretivas integradas de fomento económico e

³¹ BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp66.

³² BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp67.

³³ BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp69.

social da responsabilidade do Governo e obedeceram a um desenvolvimento e planeamento integrado, cujo objetivo prioritário era a promoção de habitação social”.³⁴

Para além da planificação de habitação, era essencial a programação de uma estrutura viária que assumisse um papel estruturante na definição das células habitacionais.³⁵ A população aumenta e movimenta-se para a periferia, como se pode visualizar no Anexo II, e o tráfego automóvel ganha uma presença pouco ou nada sustentável para os habitantes que trabalham e vivem em Lisboa. Assim em 1977 elabora-se o plano Geral de Urbanização de Lisboa, PGUCL (Plano de Meyer-Heine, 1967) publicado em 1977 pela Portaria n.º 274/77, de 19 de Maio, que enquadra a nova realidade do aumento de tráfego automóvel, com o arranque da rede metropolitana de Lisboa, com a construção da Ponte sobre o Tejo e o início do processo de terciarização do centro e do crescimento dos arredores da cidade.³⁶

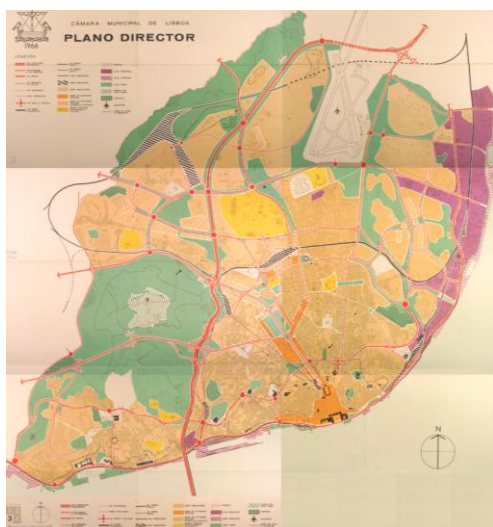


Figura 12 - PDM 67 - Figura retirada em : Câmara Municipal de Lisboa, Plano Diretor Municipal. Consultado em: http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html (16/04/2013)

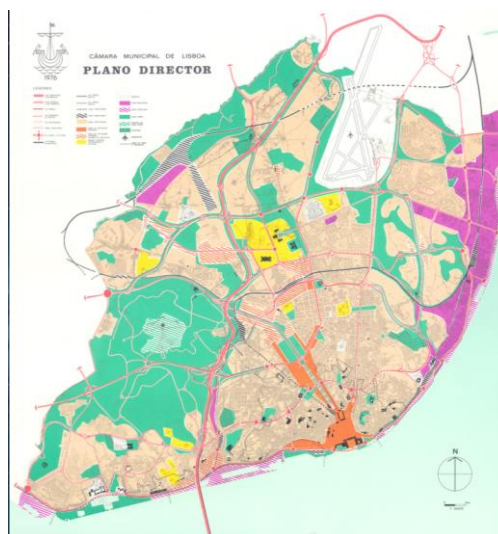


Figura 13 - PDM 77 - Figura retirada em: Câmara Municipal de Lisboa, Plano Diretor Municipal. Consultado em: http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html (16/04/2013)

“Aceleração das transformações urbanas e das mutações sociais, nas grandes metrópoles e cidades, veio questionar, profundamente, os métodos e os processos de planeamento utilizados ao

³⁴ BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp72.

³⁵ BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa, pp76.

³⁶ Câmara Municipal de Lisboa, Plano Diretor Municipal. Consultado em: http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html (16/04/2013)

longo das décadas de 40/70”, e assim surge o PEL – Plano Estratégico de Lisboa, em 1992, onde o objetivo principal é tornar Lisboa numa cidade mais humana e mais moderna.

Pouco depois surge o PDM de 1994, que viria a enquadrar o projeto espacial decorrente do PEL num instrumento ordenador, mas com conteúdo normativo,³⁷ de carácter misto de Plano de Estrutura e de Plano de Zonamento, aligeirando-se o nível dos estudos de diagnóstico ao essencial, de forma a que estes respondessem simultaneamente aos dois tipos de planos. No PDM definiram-se planos que pudessem atuar a uma escala mais pequena, ao nível do bairro, nomeadamente os planos de urbanização e planos de pormenor.

Neste subtópico é possível entender a evolução histórica dos espaços para a comunidade com o intuito de perceber os motivos atuais e os objetivos futuros a serem considerados.

A funcionalidade dos espaços foi mudando ao longo dos tempos, e foi a partir do Romantismo que os espaços exteriores públicos começam a funcionar como polos de convívio. Em 1930, o Eng.º Duarte Pacheco desenvolve diversos projetos importantes no planeamento urbano de Lisboa, desde a escala da cidade à do imobiliário, passando a haver uma maior preocupação com as comunidades à escala do bairro. Já nas décadas de 40/70 a aceleração das transformações urbanas e das mutações sociais veio questionar os processos de planeamento, onde o ambiente e o desenvolvimento sustentável começam a ser discutidos com maior preocupação. É por isso de extrema importância que o planeamento dos novos espaços seja adequado à nova sociedade que o habita. A metodologia proposta teve em consideração, entre outros aspetos, o estudo das dimensões sociais, apostando em espaços inclusivos, que sejam acessíveis a todos e para todos.

No subtópico seguinte pretende-se apresentar as diretrizes do novo PDM de Lisboa de 2012, e como estas são essenciais numa nova mentalidade de planeamento urbano sustentável. Este PDM não só é importante para perceber as diretrizes atuais, como também as mudanças pretendidas para um futuro sustentável.

³⁷ Câmara Municipal de Lisboa, Plano Diretor Municipal. Consultado em: http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html (16/04/2013)

1.2 PDM de 2012 e objetivos futuros

Atualmente, o PDM de 2012, prevê um planeamento sustentável com uma visão estratégica para Lisboa, que implica um envolvimento dos principais agentes e sectores económicos e sociais, públicos e privados,³⁸ caracterizada por “3R’s”: Reutilizar, Reabilitar, e Regenerar, com a preocupação essencial de:

- ✓ Atrair mais pessoas para o centro de Lisboa;
- ✓ Captar mais empresas e promover emprego;
- ✓ Impulsionar a reabilitação urbana;
- ✓ Qualificar o espaço público e frente ribeirinha;
- ✓ Promover a mobilidade sustentável;
- ✓ Incentivar a eficiência ambiental.³⁹

O centro urbano é uma das zonas mais ricas de Lisboa, no que diz respeito ao património e valor histórico, no entanto, não é uma zona muito escolhida para habitar, e como já foi anteriormente falado, a população tem-se movimentado para a periferia da cidade, havendo uma necessidade de aplicação das diretrizes dos *bairros 21-Agenda 21*, nesses locais devido ao facto de se apresentarem cada vez mais polos urbanos que contrariam o planeamento sustentável do recente PDM.⁴⁰

No novo PDM, a sustentabilidade e os espaços exteriores têm um papel preponderante, e assim é no *Plano Verde*⁴¹ que se propõem definição da Estrutura Ecológica Municipal, em que “configura uma matriz formada e articulada por sistemas e subsistemas: o Sistema de Mobilidade, o Sistema de Circulação da Água e do Ar, o Sistema de Transição Fluvial-Estuarino e o Sistema de Unidades Ecológicas Estruturantes, onde se destacam os Subsistemas Parque Periférico, Zona Ribeirinha,

³⁸ Câmara Municipal de Lisboa, Plano Diretor Municipal. Consultado em: http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html (16/04/2013)

³⁹ Câmara Municipal de Lisboa, brochura promocional do PDM 2012. Consultado em: http://pdm.cm-lisboa.pt/downloads/outros/Brochura_PDM_2012.pdf (17-04-2013)

⁴⁰ Câmara Municipal de Lisboa, Agenda 21: http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php/A=57_collection=cml_article (17-03-2013)

⁴¹ Plano verde: configura uma matriz formada e articulada por sistemas e subsistemas: o Sistema de Mobilidade, o Sistema de Circulação da Água e do Ar, o Sistema de Transição Fluvial-Estuarino e o Sistema de Unidades Ecológicas Estruturantes, onde se destacam os Subsistemas Parque Periférico, Zona Ribeirinha, Corredor Verde de Monsanto, Corredor Verde de Chelas e Corredor do Vale de Alcântara. Consulte-se em <http://lisboaverde.cm-lisboa.pt/index.php?id=393>

Corredor Verde de Monsanto, Corredor Verde de Chelas e Corredor do Vale de Alcântara”⁴² de extrema importância na sustentabilidade dos espaços exteriores e na sustentabilidade social, promovendo espaços exteriores adequados e saudáveis para a população.

Os *Corredores Verdes*, são parte integrante deste Plano Verde para Lisboa, e fazem parte de uma idealização de há 36 anos, do Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles. No final do ano passado, em 16 de dezembro, foi inaugurado o corredor verde que une o parque de Monsanto ao parque Eduardo VII, e este traduz um dos primeiros espaços exteriores dirigido á comunidade não descorando a sustentabilidade dos espaços. Este projeto é, citando o Arquiteto Ribeiro Telles, uma “obra da população, é obra coletiva de Lisboa” e que constitui “um voltar de face de todos para o futuro”, que espera, “possa servir de reflexão para todo o país, criando uma estrutura ecológica da área metropolitana”.⁴³ Mas para além de um espaço feito a régua e esquadro, que apesar de ser para a comunidade, muitas vezes, passada a euforia de uma inauguração fica ao abandono como, já havia sido referido por uma anónima em questionário.

A resiliência dos espaços, a responsabilidade a tomar em algo que consideramos “como nosso”, requer um envolvimento maior por parte da população. Outro reforço do conceito da participação pública na fase de planeamento, é o exemplo da Câmara Municipal de Barcelos, que tem tido um papel ativo nas questões da participação pública, e que considera ser “indispensável quer na sua qualidade de agentes mais ou menos ativos na transformação da paisagem, quer como seus utentes, quer, ainda, como “guardiões” para as gerações futuras, dos seus recursos e potencialidades”.⁴⁴

As vozes mais ativas da comunidade, muitas vezes fazem parte de associações desportivas, ou outras associações existentes, que desempenham um papel fundamental na consolidação das comunidades locais, na medida em que acolhe a população e cria condições para a sua estadia e valorização pessoal, como é o exemplo do Clube Musical da União do bairro do horizonte, que para além de ensinar e partilhar música, preocupa-se com os problemas do bairro, e chegou mesmo a propor à CML a “requalificação de um terreno baldio no bairro Horizonte, num lugar de encontro

⁴² Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa Verde: <http://lisboaverde.cm-lisboa.pt/index.php?id=3939> (17-03-2013).

⁴³ Câmara Municipal de Lisboa, notícias: <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/corredor-verde-une-parque-eduardo-vii-a-monsanto>. (12-01-2013).

⁴⁴ FERREIRA, Isabel, CUNHA, Carlos, MARINHO, Manuel (2004). Planeamento local e Participação Pública – O caso de Barcelos. Consultado em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/pdf/D2_14%20Out_Isabel%20Ferreira-Carlos%20Cunha-Manuel%20Marinho.pdf (10/02/2013)

entre gerações, de lazer e de partilha onde jovens e séniores pudessem encontrar-se e desfrutar”, tendo previsto a sua conclusão para abril deste ano.⁴⁵

No entanto todos estes espaços parecem, na sua maioria, interiores, ou seja, em edifícios, existindo poucos casos em exterior, com o mesmo fim, como são o caso dos *bairros 21*, justificando-se assim, a pretensão de se realizar um projeto de carácter experimental de participação pública em espaços para a comunidade em zonas de exterior.

Neste subtópico ficou demonstrada a importância do desenvolvimento sustentável nas três dimensões: Social, Ambiental e Económica, não só por parte dos projetistas, mas também por parte da população, que por vontade própria têm vindo, cada vez mais, a tomar consciência dos problemas que rodeiam a sociedade e têm tido cada vez mais um papel ativo nas iniciativas que beneficiam a comunidade. Na proposta metodológica pretende-se incorporar estas três dimensões, envolvendo a população local, técnicos responsáveis pelo planeamento e manutenção dos espaços a serem planeados, e o comércio e economia local, resultando num espaço resiliente e duradouro para todos os utilizadores.

No tópico seguinte evidencia-se de que forma se poderá elaborar um planeamento sustentável, e será apresentada a metodologia usada atualmente pela Câmara Municipal de Lisboa na conceção dos espaços para a comunidade, Agenda 21 local, e como esta metodologia funciona.

⁴⁵ Câmara Municipal de Lisboa, notícias: <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/inauguracao-da-primeira-fase-do-parque-intergeracional-novo-horizonte> (17-04-2013)

2. Aspetos sociais das comunidades locais. Sustentabilidade. Design inclusivo

As associações desportivas e recreativas, são as principais responsáveis pela consolidação das comunidades locais, ocupando edifícios antigos, mas no que diz respeito aos espaços exteriores, poucos são aqueles que são destinados para este fim.

Como resultado da evolução demográfica, surgem cada vez mais no tecido urbano do concelho de Lisboa, os chamados “Vazios Urbanos”⁴⁶, que com o passar dos anos ficam ao abandono, e descaracterizam o espaço urbano, tornando algumas das zonas históricas em lugares abandonados e degradados.



Figura 15 - Fotografia das hortas do Forte de Santa Apolónia, tirada pela autora em 12-12-2012



Figura 14 - Fotografia da muralha frontal do Forte de Santa Apolónia, tirada pela autora em 2-02-2013

Para desenvolver e dinamizar estes espaços é importante um planeamento sustentável, que possa ir mais além e permitir que não seja, apenas mais uma intervenção em espaço urbano que modifica a linguagem física do território a favor das necessidades do utilizador, mas que, prevê também uma componente de inclusão social e interação entre os utilizadores do espaço. A esta possibilidade de conceber espaços que sejam destinados a todos os utilizadores, e que proporcionam “ambientes adequados a esta diversidade humana, incluindo crianças, adultos mais velhos, pessoas portadoras

⁴⁶ “ Os Vazios Urbanos são assim enunciados enquanto espaços residuais da cidade perimetrada, dita tradicional ou histórica, ou enquanto espaços marginais da chamada cidade difusa, constituída pelas envolventes metropolitanas”. Consultado em: RODEIA, João Belo, (2007). Vazios Urbanos – trienal de Arquitectura de Lisboa/Urban Voids. Lisbon Architecture Triennale.

de deficiência motora, pessoas doentes ou feridas, ou, simplesmente, pessoas colocadas em desvantagem pelas circunstâncias⁴⁷, denomina-se abordagem inclusiva.

Os espaços inclusivos são exemplo de planeamento sustentável, que proporcionam qualidade de vida aos seus cidadãos, não só àqueles que mais precisam da comunidade, por solidão por exemplo, como os economicamente desfavorecidos, e que ao mesmo tempo desenvolvem uma visão de uma comunidade mais cooperante.

Uma comunidade mais cooperante, e mais ativa em todas as fases de um processo de planeamento urbano (método participativo) resulta de um processo sustentável, como se pode ver no quadro seguinte:

Quadro nº 4 – Comparação dos modelos teóricos de planeamento na sua relação perante a promoção do desenvolvimento sustentável					
	Preocupações sobre os recursos e ambiente no global	Preocupações ambientais a nível local	Justa distribuição de benefícios	Respeito pelos direitos humanos, políticos e civis	Potencialidade de alteração das condições sociais
Compreensivo	(+)	(-)	(+)	(-)	X
Incrementalista	-	-	-	(+)	-
Participativo	(-)	(+)	(+)	+	+
Advocativo	?	+	(-)	+	+
Racional	+	X	+	-	+
Científico	(+)	(+)	(-)	X	(+)
Híbrido	(-)	(+)	(+)	+	(+)

Figura 16 - Quadro sobre a Comparação dos modelos teóricos de planeamento na sua relação perante a promoção do desenvolvimento sustentável, retirado em: AMADO, Miguel Pires (2005). Planeamento Urbano Sustentável, Caleidóscópio, pp. 29.

⁴⁷ Divisão de Formação da Câmara Municipal de Lisboa, (2003). Design Inclusivo: Acessibilidade em Produtos, Serviços e Ambientes Manual de apoio às acções de formação do projecto Design Inclusivo – Iniciativa EQUAL, Lisboa, pp.8

“A promoção do desenvolvimento sustentável, (...) está decorrente de uma maior animação e transparência do processo e da assunção de uma nova postura para a cidadania, evitando que o processo promova condições para a ocorrência de situações de exclusão social ou discriminação económica”⁴⁸

Um espaço sustentável, é um espaço mais aceite e melhor mantido, logo é mais resiliente, e por isso mesmo, ser tão importante o envolvimento da população em todo o processo, pois este permite uma coresponsabilização comunitária, diminuindo os conflitos e a reação à mudança, e facilitando a cooperação social no processo de desenvolvimento.⁴⁹

A participação pública deve assim ocorrer o mais cedo possível no processo de tomada de decisão, tornando todo o processo menos controverso e mais construtivo.⁵⁰

No caso da Câmara Municipal de Lisboa, entidade responsável pela área em estudo, a metodologia aplicada para os locais de *Agenda 21- Bairros 21*, é exposta no esquema abaixo:

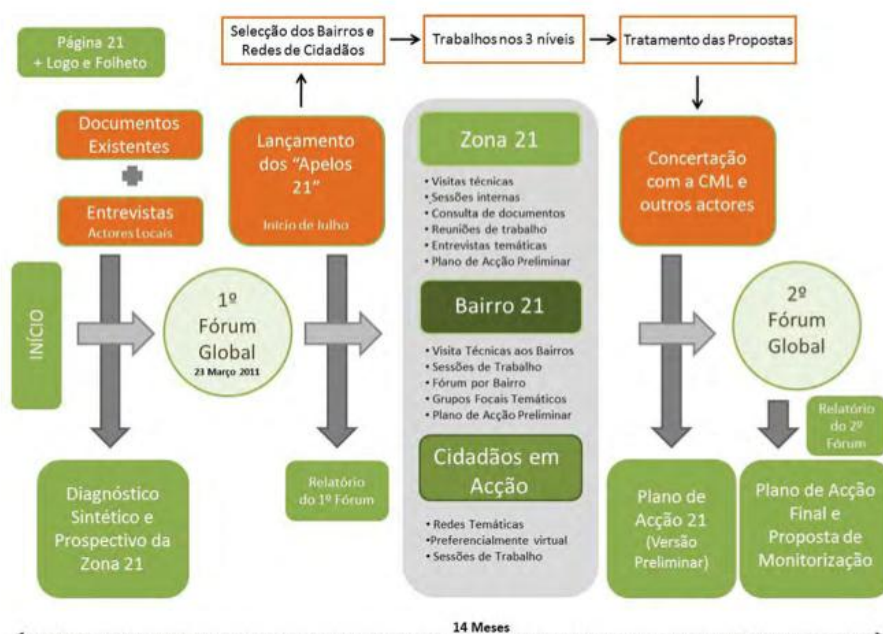


Figura 17- Metodologia Agenda XXI Lisboa, retirado em :
<http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php> (10-01-2013)

⁴⁸ AMADO, Miguel Pires (2005). *Planeamento Urbano Sustentável*, Caleidóscópio, pp. 41.

⁴⁹ FERREIRA, Isabel, CUNHA, Carlos, MARINHO, Manuel (2004). *Planeamento local e Participação Pública – O caso de Barcelos*. Consultado em:
http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/pdf/D2_14%20Out_Isabel%20Ferreira-Carlos%20Cunha-Manuel%20Marinho.pdf (10/02/2013)

⁵⁰ COUTINHO, M., Leão, F., (2010). *Envolvimento da população na seleção de locais para implantação de um aterro sanitário – CNAI'10 Conferência de Avaliação de Impactes*. 20 a 22 Out'10, Vila Real. Consultado em: <http://www.ua.pt/ReadObject.aspx?obj=22495> (17-04-2013).

Este esquema metodológico é bastante completo, e insere-se num processo contínuo, interativo, integrador e muito participativo, através de fóruns de participação, reuniões e entrevistas.⁵¹ Esta metodologia apresenta-se em três partes principais: Auscultação população→Fóruns→Tratamento de propostas, em que o papel da população na tomada de decisão de propostas centra-se na escolha de uma opção, previamente estudada pelos técnicos da CML. No entanto, apesar disso, a população não tem “voz ativa” no ato de planeamento, de perceção do que está em questão na altura de projetar, bem como na tomada de consciência das decisões de projeto em primeira mão.

Como já foi dito, é importante que a participação pública entre o mais cedo possível no processo de planeamento urbano, e é neste sentido que neste trabalho foi realizada uma sessão participativa experimental, que foi aplicada num grupo de moradores da periferia do Forte de Santa Apolónia (espaço do caso em estudo) para tentar perceber o envolvimento das pessoas no processo de planeamento e se, este envolvimento, terá um papel fundamental na criação de coresponsabilidade e afeiçoamento do espaço, concluindo com medidas metodológicas para implementação de espaços para a comunidade em zonas de exterior. Esta sessão participativa irá ser explicada mais a frente no 2.º capítulo referente ao Case Study.

O planeamento urbano sustentável deverá, assim, contemplar uma participação mais ativa e cooperante, onde deverão ser considerados os “vazios urbanos” como uma medida de melhor aproveitamento do território, e onde se deverão promover espaços inclusivos, acessíveis a todos os utilizadores. Para a proposta metodológica, é importante perceber o que já está a ser feito relativamente à agenda 21 de Lisboa, bem como os métodos utilizados para a participação pública, captando-se alguns tópicos desta metodologia e apostando numa intervenção pública que entra mais cedo e em todas as fases do processo metodológico, contribuindo para um maior envolvimento e coresponsabilização do espaço em estudo.

No tópico seguinte expõe o papel fundamental da inserção, bem como da proteção e salvaguarda do património e dos elementos iconográficos, na conceção de novos espaços para a comunidade, demonstrando o seu valor histórico, identitário, e simbólico para a população.

⁵¹ Câmara Municipal de Lisboa, Agenda 21.:<http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php> (10-01-2013)

3. Elementos iconográficos como marcos históricos, identitários e orientadores da mobilidade.

O património histórico traduz uma identidade e uma história, e são as vozes mais ativas de cada comunidade, que normalmente protegem e valorizam este património, pois estes, são também o resultado de muitas memórias da população e dos antepassados por diversos motivos, como se pode constatar na reunião descentralizada da Câmara Municipal de Lisboa relativamente à preocupação com a preservação do Forte de Santa Apolónia que é classificado como imóvel de Interesse Público, pelo IGESPAR.⁵²

Esta preocupação pelo património, nomeadamente pelo Forte de Santa Apolónia, já vem desde há muito tempo. Manuel Ferreira, secretário da Junta de Freguesia de São João em Lisboa, e responsável pelos espaços verdes e urbanismo, lamenta o referido Baluarte estar ao abandono e sempre defendeu a sua requalificação. Refere ainda, que o Forte de Santa Apolónia, faz parte de um conjunto de património importantíssimo na Junta de Freguesia, mostrando um esquema em forma de mapa no livro, “EM BUSCA ...da Freguesia de São João, por Julieta Ribeiro.⁵³

⁵² Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Consultado em [:http://www.igespar.pt/en/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73741/\(28-12-2012\)](http://www.igespar.pt/en/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73741/(28-12-2012)).

⁵³ RIBEIRO, Julieta, (1993). *Em busca ... da Freguesia de São João, Junta de freguesia de São João*, Câmara Municipal de Lisboa. pp3.

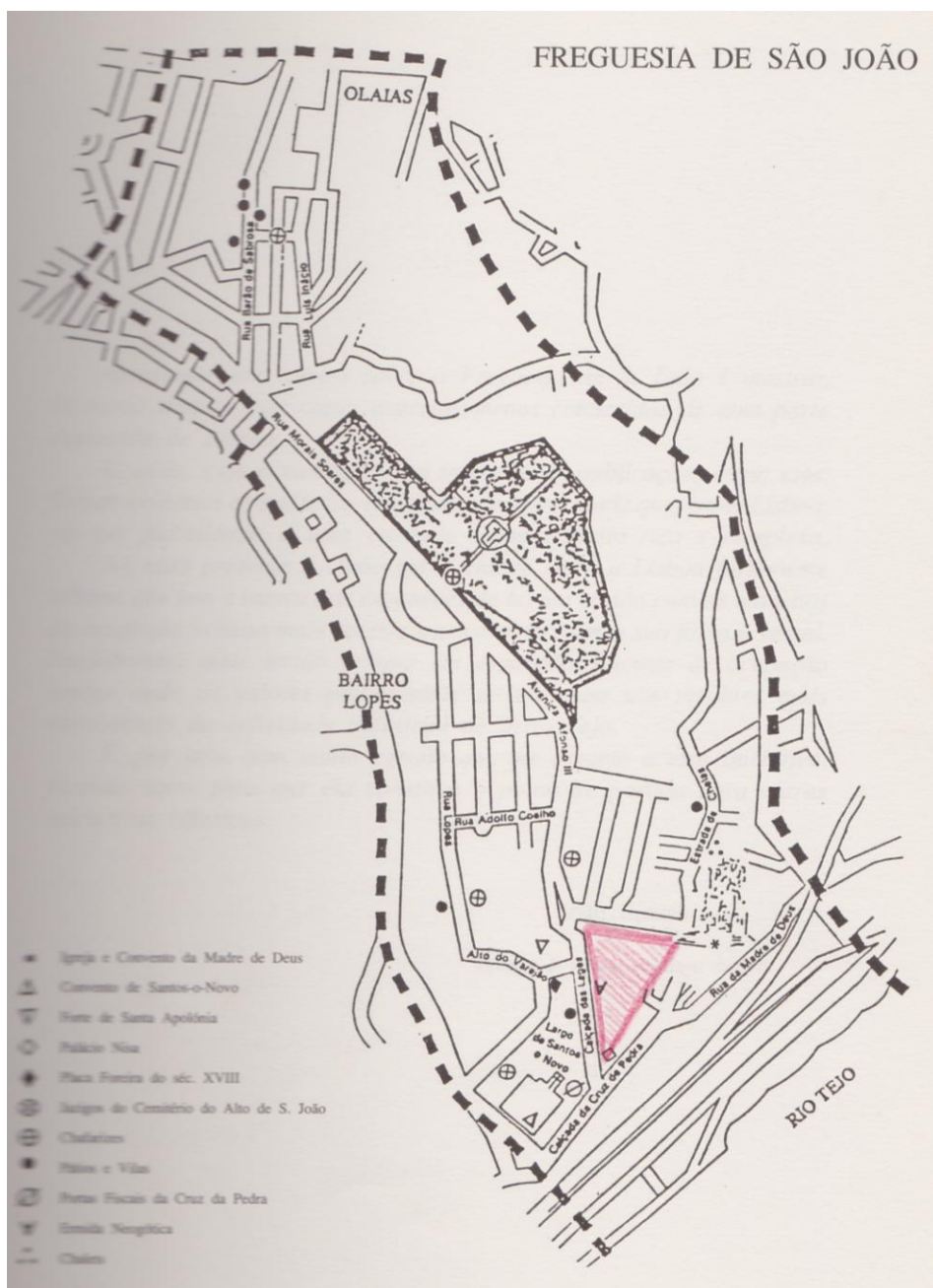


Figura 18 - Mapa Junta Freguesia de S. João retirada em : RIBEIRO, Julieta, (1993). Em busca ... da Freguesia de São João, Junta de Freguesia de São João, Câmara Municipal de Lisboa. pp3.

O património, pode ainda ser visto como ponto de referência de orientação⁵⁴ nas cidades, nomeadamente em Lisboa, e uma vez, proposto o Forte de Santa Apolónia para integrar uma rede de espaços comunitários, este espaço destacar-se-ia como um marco importante integrante de uma rota/ circuito turístico, ganhando valor acrescido.

⁵⁴ LYNCH, Kevin, (2011). *A Imagem da Cidade*, edições 70, Boston.

Pode-se concluir neste tópico que o património e os elementos iconográficos existentes nas cidades, nos bairros, são uma fonte de memórias, histórias e simbolismos para a população, e como tal deverão ser protegidos, salvaguardados e integrados nas novas intervenções locais. É igualmente importante que, na metodologia a que se propõem este trabalho, estejam previstos intervenções de salvaguarda, proteção, limpeza e manutenção de espaços que integrem o património e os elementos iconográficos, com o intuito de ir de encontro com as diretrizes de sustentabilidades indicadas no LiderA – Sistema de Avaliação da Sustentabilidade, da legislação existente, bem como do simbolismo e da identidade destes espaços.

O tópico que se segue aborda a importância do desenvolvimento sustentável, bem como os três domínios que o constituem, percebendo melhor o seu significado e importância para a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Abordar-se-á também, as diferentes iniciativas, associações, instituições que apoiam esta forma de desenvolvimento, e de que forma o fazem, com o intuito de entender o seu papel à escala do bairro e a sua eficácia. Por último, serão apresentados alguns exemplos que são demonstrativos de espaços exteriores para a comunidade, intergeracionais e inclusivos e que incluem uma participação ativa por parte da população.

4. Pilares da sustentabilidade. Sustentabilidade local. Elementos que beneficiam a sustentabilidade de espaços para a comunidade.

A sustentabilidade é sem dúvida um fator chave no que diz respeito à manutenção das futuras gerações, pois quanto maior for tido em consideração este aspeto maior longevidade terão estes espaços, melhor será a qualidade ambiental, melhor serão os resultados sociológicos e económicos numa futura geração.

O significado de desenvolvimento sustentável, apareceu descrito no *Relatório de Brutland* em 1987, como, “aquele que vai ao encontro das necessidades do presente sem comprometer as necessidades futuras”⁵⁵.

O bem estar das pessoas, uma população mais unida, comunidades mais acolhedoras, fazem parte dos desejos da população europeia desde o final da 2.^a Guerra Mundial, em que se denota o forte desejo por uma paz, e um fim das políticas destrutivas. Recentemente com a União Europeia, abraçaram-se novas diversidades culturais e reduziram-se os conflitos, potenciando ambientes mais inclusivos.⁵⁶

O desenvolvimento sustentável, associa 3 domínios de intervenção: Proteção e preservação ambiental, desenvolvimento social, e crescimento económico.⁵⁷ É por isso importante que estes 3 domínios não se dissociem para que o desenvolvimento sustentável aconteça na criação de espaços para a comunidade em ambiente exterior.

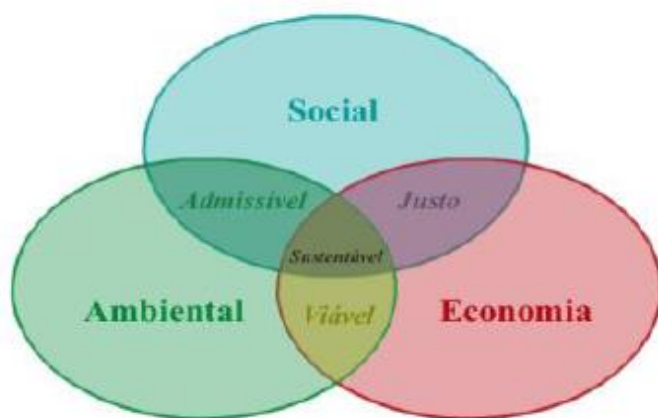


Figura 19 - Esquema retirado em:
Domínios da Sustentabilidade:
www.dolceta.eu/portugal/Mod5/Introducao-e-definicoes,126.html (23-04-2013)

⁵⁵ VEZZOLI, C., MANZINI, E., (2008). *Design for Environmental Sustainability*, Springer, Londres, pp4.

⁵⁶ CLARKSON, J., COLEMAN, R., KEATES, S., LEBBON, C., (2003). *Inclusive Design – Design for the whole population*, Springer, Londres.

⁵⁷ Domínios da Sustentabilidade: www.dolceta.eu/portugal/Mod5/Introducao-e-definicoes,126.html (23-04-2013)

Na área metropolitana de Lisboa estes 3 domínios são tidos em conta de uma forma muito exigente pelo *Observatório para a Sustentabilidade Metropolitana (ODES)*, que tem como objetivo principal, o que já havia sido estabelecido pelo *Relatório de Brutland* em 1987, *Compreender o passado, verificar o presente e prever o futuro*.⁵⁸

A ODES apresenta uma metodologia clara e constitui uma ferramenta de apoio à gestão e decisão na área da sustentabilidade, onde disponibiliza uma base de dados sobre o território da região. “Este observatório constituirá uma a base para a criação de um interface com as autarquias que compõem a AML e outros organismos (Universidades, institutos públicos e ONGs) responsáveis pela promoção da sustentabilidade, utilizadores e cidadão interessado.”⁵⁹

Metodologia do ODES

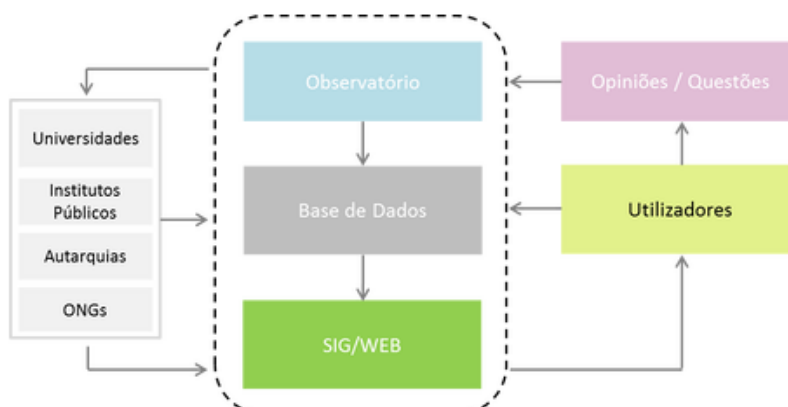


Figura 20 - Esquema retirado em: Centro para a sustentabilidade metropolitana. Observatório para a sustentabilidade metropolitana: <http://www.csm-aml.net/#!odes>(24-04-2013)

Estes interfaces tem um papel importante na divulgação de informação sobre os pressupostos da sustentabilidade, bem como indicadores de sustentabilidade para a AML, para, não só chegar as autarquias e outros organismos, mas também à população, para que esta se integre e faça parte do processo de sustentabilidade dos espaços.

⁵⁸ Centro para a sustentabilidade metropolitana. Observatório para a sustentabilidade metropolitana: <http://www.csm-aml.net/#!odes>(24-04-2013)

⁵⁹ Centro para a sustentabilidade metropolitana. Metodologia ODES: <http://www.csm-aml.net/#!odes/vstc1=metodologia-do-odes>. (23-04-2013).

Os indicadores de sustentabilidade da AML que o ODES identificou, são:⁶⁰

- Governância
- Gestão Local para a Sustentabilidade
- Bens Comuns Naturais
- Consumo responsável estilos de vida
- Planeamento e Desenho Urbano
- Melhor Mobilidade menos tráfego
- Equidade e Justiça social
- Economia Local Dinâmica Sustentável
- Do local para o Global

A Agenda 21 – Lisboa, tem por base a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, e leva a questão da sustentabilidade à escala do bairro, onde “Promove portanto o pensamento Global, frisando que este deve ser traduzido em ações locais - Pensar Global Agir Local”⁶¹, tal como alguns dos indicadores da AML, apresentados em cima.

Uma das principais iniciativas da Agenda 21 – Lisboa, são os Bairros 21, que “são um convite aberto a todos os que desejam cooperar para promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida no seu bairro, constituindo para o efeito uma Parceria Local de Bairro”⁶². Neste sentido foi promovido acompanhamento para este trabalho, junto da Divisão Inovação, Organizacional e Participação, da CML (divisão responsável pela a Agenda 21 Lisboa), e da Junta de Freguesia de São João em Lisboa, por forma a estabelecer ligações ao terreno direcionados para as necessidades das pessoas e do espaço, com pressupostos de sustentabilidade e inclusão social. Este trabalho não pretende constituir um exercício meramente académico.

⁶⁰ Centro para a sustentabilidade metropolitana. Indicadores de sustentabilidade: <http://www.csm-aml.net/#!odes/vstc1=indicadores-de-sustentabilidade> (23-04-2013).

⁶¹ Câmara Municipal de Lisboa. Agenda 21: <http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php> (14-12-2012).

⁶² Câmara Municipal de Lisboa. Agenda 21: http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php/A=8_collection=cml_article_agendaXXI (14-12-2012).

Existem também algumas ações que beneficiam a sustentabilidade, e estas podem aparecer inseridas num programa de ações como a *Agenda 21 local*, ou outras iniciativas das autarquias que promovem a sustentabilidade, funcionando como elo de proximidade das populações, como o caso já mencionado do programa “Reabilitar Troço a Troço”, lançado pela Câmara Municipal de Santarém, desde 2010, e que tem como objetivo estratégico a promoção da gestão sustentável dos recursos hídricos, envolvendo os vários “stakeholders” para uma atuação concertada das várias entidades públicas com responsabilidade nesta matéria, corresponsabilizando os proprietários confinantes com as linhas de água e o envolvimento da população para uma efetiva atuação⁶³.

Também é de referir algumas associações, que paralelamente às autarquias, promovem e incentivam a sustentabilidade, como por exemplo, a *Quercus*, uma associação sem fins lucrativos e constituída por cidadãos que se juntaram em torno do mesmo interesse pela Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais e na Defesa do Ambiente em geral, numa perspectiva de desenvolvimento sustentado.⁶⁴

Outra associação, sem fins lucrativas, a uma escala diferente da Quercus, a *Campo Aberto*, visa debater e promover o exercício da cidadania no domínio do ambiente, atuando sobretudo nas suas dimensões natural, rural e urbana.⁶⁵ Numa das sessões abertas da Campo Aberto, pode-se aferir, a preocupação por parte dos interessados nas lixeiras que cada vez são mais nas encostas do rio Douro, bem como, um esforço, em reforçar os espaços verdes nas cidades e promover uma educação ambiental nos residentes portuenses.

Todas as plataformas de informação, bem como, associações e iniciativas que promovam a sustentabilidade deverão andar de mãos dadas e trabalhar á escala do bairro com o objetivo de construir comunidades mais unidas, autossustentáveis, e dinâmicas, que possam crescer e alargar á escala da cidade, e do país. Por outro lado é importante perceber que outro tipo de iniciativas, ou plataformas foram desenvolvidas em outros países, para assim, absorver o que de melhor se pode retirar para o caso de estudo. Por exemplo, no Colorado (Estados Unidos) a biblioteca local de Pine River, propõe um espaço comunitário no exterior para os habitantes, em que são propostos: um

⁶³ Câmara Municipal de Santarém. Notícias: [http://www.cm-santarem.pt/pracapublica/noticias/Paginas/“ReabilitarTroçoTroço”noValedeSantarémemdiade“FlorestarPortugal”.aspx\(25-12-2012\)](http://www.cm-santarem.pt/pracapublica/noticias/Paginas/“ReabilitarTroçoTroço”noValedeSantarémemdiade“FlorestarPortugal”.aspx(25-12-2012))

⁶⁴ Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza: [http://www.quercus.pt/home/quemsomos/apresentacao\(27-10-2012\)](http://www.quercus.pt/home/quemsomos/apresentacao(27-10-2012))

⁶⁵ Campo Aberto – Associação: [http://www.campoaberto.pt/campoaberto/\(27-10-2012\)](http://www.campoaberto.pt/campoaberto/(27-10-2012))

jardim comunitário, uma biblioteca com livros para empréstimo, barracões para ferramentas, e espaços para explorar e aprender com a natureza.⁶⁶



Figura 21 - Figura sobre um exemplo de espaço comunitário retirado em: Pine River Livrary : <http://bayfieldpubliclibrary.wordpress.com> (12-12-2012)

Este espaço é íntegro e permite a interação entre gerações, bem como o acesso de Educação Ambiental, e produção de hortícolas para lazer e sustento das famílias locais.

Outro exemplo, já numa grande cidade, em Rochester (Nova Iorque), a associação de moradores local trabalhou em comunidade para construir um espaço que fosse útil e do agrado de todos. Uma das intervenientes no planeamento do espaço, afirma: “É isto que uma comunidade deverá ser. Jardins. Espaços verdes. Trabalho em equipa. Tornar úteis espaços outrora esquecidos e constituir melhores bairros e comunidades na nossa cidade.”⁶⁷

⁶⁶ Pine River Livrary : <http://bayfieldpubliclibrary.wordpress.com> (12-12-2012)

⁶⁷ Rocville.com – Rochester NY blog, News, events and discussion: <http://rocville.com/?One-of-Rochester-s-Largest-Community-Gardens-Set-to-Open-in-May&PID=25861>(12-10-2012).



Figura 22 - Figura sobre um exemplo de espaço comunitário retirado em: Rocville.com – Rochester NY blog, News, events and discussion: <http://rocville.com/?One-of-Rochester-s-Largest-Community-Gardens-Set-to-Open-in-May&PID=25861>(12-10-2012).

Este é um dos exemplos que melhor descreve a que se propõem este trabalho, com a aplicação de uma metodologia para o caso em estudo, o Forte de Santa Apolónia, que possa servir a comunidade, aproveitando um espaço abandonado, ou esquecido pela população, e um vazio urbano.

Já em Glasgow, na Escócia, promove-se uma “Community growing project to cultivate neighbourhood socialising”⁶⁸, é um projeto para que a comunidade possa socializar, resultando numa melhoria da qualidade ambiental local, propondo estufas, barracões para ferramentas, abrigos, zonas para sentar, sistemas de iluminação melhorados e sistemas de aproveitamento de águas das chuvas.



Figura 23 - Figura sobre um exemplo de espaços comunitários retirado em: STVGlasgow. Glasgow News: <http://local.stv.tv/glasgow/magazine/219409-big-lottery-funds-partick-community-growing-project-allotment/>(15-09-2012).

⁶⁸ STVGlasgow. Glasgow News: <http://local.stv.tv/glasgow/magazine/219409-big-lottery-funds-partick-community-growing-project-allotment/>(15-09-2012).

Todos estes exemplos têm em comum a promoção da sustentabilidade, em que 3 domínios de intervenção não se dissociam: Ambiental, Social e Económico, promovendo espaços mais apetecíveis para as comunidades que habitam na periferia.

Fica assim patente, a importância do desenvolvimento sustentável para as gerações futuras e como as associações, entidades, instituições, iniciativas deverão andar de mãos dadas na promoção da sustentabilidade local. Os exemplos apresentados são demonstrativos do que se pretende na conceção de espaços exteriores para a comunidade – espaços onde os três domínios da sustentabilidade não se dissociam. Na metodologia proposta estes três domínios deverão estar presentes e adequados à realidade de uma cidade antiga, histórica e densa, como Lisboa.

No seguinte tópico é apresentado o quadro legal relevante para o planeamento urbano em Portugal, no que diz respeito especificamente aos espaços exteriores.

5. Quadro legal do sistema de Planeamento Urbano em Portugal – comunidade, espaço público.

Antes de iniciar o processo de conceção é essencial conhecer o quadro do sistema de planeamento urbano em Portugal, nomeadamente, qual a legislação a considerar para o espaço proposto. Partindo do geral para o particular é de referir, a Lei de Bases Ambiente n.º 11/87, de abril, alterações n.º 224-A/96, de 26 de novembro, e n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro. Esta lei apresenta medidas e princípios de implementação, para a criação de ambientes ecologicamente equilibrados, que otimiza e garante a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto-sustentado.⁶⁹

É especialmente importante que se tenha conhecimento dos princípios, objetivos e medidas descritas no Art.3º e Art. 4º, para consciencialização do que se pretende implementar num espaço sustentável.

Tendo em consideração o fator sustentabilidade, é importante que se conheça o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, pois estes instrumentos visam promover o desenvolvimento económico, social e ambiental, no âmbito nacional, regional e municipal.⁷⁰ Este regime jurídico é apresentado no Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, que advém do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, em desenvolvimento da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

O Plano Diretor Municipal, é um instrumento de ordenamento do território á escala municipal, e que de muitos aspetos estudados e caracterizados no PDM, os *Imóveis de Interesse Público*, que se podem visualizar em Carta de Condicionantes, obedece a regras precisas de classificação e proteção, definidas pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. O Decreto-lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro⁷¹, define o procedimento de classificação de bens culturais imóveis, o regime das zonas de proteção e o estabelecimento das regras para a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda. No Capítulo VI, Art. 63º e 64º, refere os objetivos, e conteúdo dos planos de salvaguarda, sendo estes de extrema importância quando se pretende intervir em

⁶⁹ Lei Bases do Ambiente. Consultado em:

[https://dSPACE.ist.utl.pt/bitstream/2295/733024/1/LBA.pdf\(25-04-2013\)](https://dSPACE.ist.utl.pt/bitstream/2295/733024/1/LBA.pdf(25-04-2013)).

⁷⁰ Decreto-Lei sobre as bases da política do ordenamento do território e urbanismos. Consultado em : [http://dre.pt/pdf1sdip/2007/09/18100/0661706670.PDF\(25-04-2013\)](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/09/18100/0661706670.PDF(25-04-2013)).

⁷¹ Decreto-Lei sobre proteção e valorização do património. Consultado em: [http://www.igespar.pt/media/uploads/legislacao/DL309_2009.pdf\(25-04-2013\)](http://www.igespar.pt/media/uploads/legislacao/DL309_2009.pdf(25-04-2013)).

espaços como o Forte de Santa Apolónia, um *Imóvel de Interesse Público*, datado da época da Guerra da Restauração. Segundo o presidente da Junta de Freguesia de São João, em Lisboa, o plano de salvaguarda para este espaço encontra-se ainda em fase de desenvolvimento.

À escala do pormenor, um dos primeiros aspetos a considerar na conceção de espaços públicos, é o Regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos, via pública e edifícios habitacionais, com o Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto.⁷² No caso específico do Forte de Santa Apolónia, no ANEXO, Capítulo 1, enumera todas as normas técnicas a considerar na via pública, normas estas que são inclusivas, com medidas adaptadas a todas as pessoas.

Para o caso de colocação de equipamentos, ou pavimentos para fins específicos de Parques de Jogos e Recreio, todas as normas de segurança deverão a observar na localização, obedecer às regras do Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de Maio.⁷³

Relativamente à necessidade de água para disponibilidade de consumo, no espaço em estudo, ou recorrendo-se à reutilização de águas da chuva, todas as normas de qualidade deverão ser respeitadas pelo Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de Agosto, como se pode ver no Art.6º.⁷⁴

Neste tópico foi apresentada a legislação a considerar no planeamento de espaços urbanos, iniciando a apresentação numa escala maior de planeamento, ao nível das cidades até ao nível local, pormenorizado. O quadro legal é importante não só para o projetista, mas também para o utilizador. O conhecimento desta informação é necessária para a transparência de todo o processo de planeamento, bem como para a correta utilização do espaço.

De seguida será apresentado o Capítulo II, relativamente ao caso de estudo, onde serão abordados, numa 1.ª parte a sua caracterização histórica, cultural e biofísica, seguida duma auscultação à população sob 3 formas: inquéritos às vozes ativas da junta de freguesia

⁷² Decreto-Lei sobre o Regime acessibilidades aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. Consultado em: http://www.inr.pt/bibliopac/diplomas/dl_163_2006.htm(25-04-2013).

⁷³ Decreto-Lei sobre condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio. Consultado em: [http://www.capio.pt/images/stories/LEGISLACAO_PARQUES_INFANTIS_119_DE_2009_DR_96_I_SERIE_19_DE_MAIO_DE_2009 .pdf](http://www.capio.pt/images/stories/LEGISLACAO_PARQUES_INFANTIS_119_DE_2009_DR_96_I_SERIE_19_DE_MAIO_DE_2009.pdf)(25-04-2013).

⁷⁴ Decreto –Lei relativo ao consumo de água. Consultado em: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/08/16400/0574705765.pdf>(25-04-2013).

correspondente, entrevistas a técnicos e especialistas e sessão participativa do tipo “focus group” que de uma forma informal se pretende discutir sobre aspetos específicos do lugar em estudo.

CAPITULO II – Case Study – Forte de Santa Apolónia

1. Caracterização Humana e Cultural

Apresentação

O Forte de Santa Apolónia, também conhecido como Baluarte de Santa Apolónia, ou Bateria de Manique, pertence à freguesia de S. João na cidade de Lisboa, por entre a profunda malha urbana habitacional. É um dos elementos arquitetónicos mais relevantes da nossa história, pois trata-se de um Forte construído na Guerra da Restauração (1580 a 1640) para proteger o nosso território das invasões espanholas⁷⁵. Este forte, antecedente ao grande terramoto de 1755, está atualmente ao abandono num estado de degradação em que urge pela sua reabilitação.



Figura 24 - Figura retirada em : LANGRES, Nicolau de – Desenhos e Plantas de todas as praças do Reyno de Portugal pelo Tenente General Nicolao de Langres Francez, que servio na guerra da Acclamação

⁷⁵ Câmara Municipal de Lisboa. Equipamentos: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/forte-ou-baluarte-de-santa-apolonia-restos>(12-12-2012)

Localização

O Forte de Santa Apolónia localiza-se na cidade de Lisboa, na zona ribeirinha de Santa Apolónia e é delimitado a Oeste pela Rua do Forte de Santa Apolónia, a Este pela Calçada das Lages e a Norte pela Avenida Afonso III.



Figura 25 - Figura retirada do Googlemaps e alterada em photoshop pela autira Joana Marques

História

O Forte de Santa Apolónia, foi uma estrutura militar construída durante a Guerra da Restauração para proteger o nosso território das Invasões Espanholas, tendo sido a sua construção abandonada, a quando da independência do território português no 1.º Dezembro em 1640.

Integrante da cintura defensiva seiscentista de Lisboa, o Forte, em época indeterminada, perde as suas funções defensivas, o que implicou com que este fosse integrado aos terrenos da Quinta do Manique, que pertenceu inicialmente ao visconde de Manique (que lhe fez acrescentar dois portões seiscentistas em cantaria), e, posteriormente, aos condes de São Vicente.



Figura 26 - Fotografia retirada em: Blog Ruin'arte – Património abandonado – Fotos

Situado, no sector oriental da cidade, em posição dominante sobre o rio Tejo, de planta originalmente pentagonal, apresenta os flancos bem marcados e inseridos na gola. A muralha que acompanha a inclinação do terreno, é de alvenaria com cunhais de cantaria de calcário e bases de duas guaritas, possuindo, também, dois portões seiscentistas mandados construir pelo Visconde de Manique, sendo que o esquerdo dá acesso ao mirante; no coroamento dos muros localizam-se guardas exteriores de alvenaria, canhoneiras e alegretes intervalados com assentos de pedra.⁷⁶

⁷⁶ Câmara Municipal de Lisboa. Equipamentos: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/forte-ou-baluarte-de-santa-apolonia-restos>(12-12-2012)

Caracterização do local de intervenção

Local confinado, entre prédios, com sinais de abandono pela presença de vegetação infestante e resíduo de construção e demolição (RCD), com pequenas hortas, dentro e fora dos limites do forte, tendo como principal utilização o passeio diário dos animais de estimação dos residentes dos apartamentos envolventes.



Figura 27 - Fotografias da entrada do Forte de Santa Apolónia pela Calçada das Lages. Fotografias tiradas pela autora Joana Marques em 23-10-2011



Figura 28 - Fotografias do interior do Forte de Santa Apolónia focalizando a degradação do espaço. Fotografias tiradas pela autora Joana Marques em 23-10-2011

Caracterização da envolvente – Dimensão Arquitetónica e Dimensão Social

A zona envolvente do Forte, não apresenta qualquer tipologia no que diz respeito aos elementos que compõem o design urbano. Podemos assistir a diferentes escalas em altura do edificado, tipologias arquitetónicas diferentes, padrões de desenho urbano díspares, vegetação plantada de acordo com as “vontades” de cada um.

A freguesia de S. João conta com aproximadamente 32000 de habitantes, entre os quais uma maior incidência de idades superiores a 50 anos. Por outro lado, esta freguesia tem algumas das escolas secundárias da cidade de Lisboa, albergando durante o dia, milhares de jovens estudantes.⁷⁷



Figura 29 - Fotografias da envolvente do Forte de Santa Apolónia. Fotografias tiradas pela autora em 23-10-2011

Propostas existentes

Em 1945, os remanescentes do Forte de Santa Apolónia eram propriedade da firma George & H. Hall, Lda⁷⁸.

Atualmente, o conjunto encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público no Anexo II do Decreto-Lei n.º 2/96 de 6 de março de 1996. Segundo a fonte ⁷⁶, e tendo em consideração de que se trata de um blog, supostamente este Forte aguarda, entretanto, a implementação de um projeto de preservação e recuperação encomendado, à época, pela Câmara Municipal de Lisboa, à Associação dos Amigos dos Castelos. Segundo fontes da Câmara Municipal de Lisboa, também existe um plano/projeto (não especificado) para este espaço a implementar dentro de poucos meses. Este plano prevê a recuperação da muralha e de duas guaritas, a escavação do terreno para retirada de resíduo de construção e demolição (RSD) e uma intervenção paisagística de forma a preservar o baluarte, transformando-o num espaço verde onde se possa desfrutar a paisagem privilegiada do Tejo. Complementarmente, o suposto projeto sugere a criação de um parque infantil, de uma cafetaria, além do aproveitamento de uma das três caves do edifício Concorde, um prédio de habitação de 12 pavimentos construído no interior da fortificação – sem licença de habitação –

⁷⁷ INE – Dados consultados em Instituto Nacional de Estatística. (3-12-2012)

⁷⁸ Castelos de Portugal – Blog :<http://castelosportugal.blogspot.pt/2009/02/forte-de-santa-apolonia-lisboa.html> (12-09-2012)

para instalação de um equipamento, por exemplo uma biblioteca. O custo estimado dessa intervenção é da ordem de um milhão e quinhentos mil euros.⁷⁹

As intenções de requalificação para este espaço foram o compromisso principal da Reunião Descentralizada da Câmara Municipal de Lisboa da Junta Freguesia São João e Penha de França, no entanto, à data do fecho deste trabalho, já foi divulgado a não concretização desta intervenção.



Figura 30 - Figura de uma proposta para o Forte de Santa Apolónia retirada em: <http://cidadania1x.blogspot.pt/2009/10/baluartede-santa-apolonia.html>

Da caracterização histórica e humana pode-se concluir que o Baluarte de Santa Apolónia possui uma localização privilegiada. Inserido no centro histórico, junto a um dos maiores “spots” turísticos de Lisboa, o Convento da Madre Deus e o Convento de Santos-o-Novo, possui ainda uma vista singular sobre o rio Tejo. Este espaço, apesar do atual abandonado, é um elemento de elevado simbolismo histórico, pois pertenceu a uma rede de fortificações criadas para proteger a capital lisboeta das invasões espanholas. Com base na bibliografia (pesquisa) foi possível concluir ainda que, ao longo dos anos houve várias propostas para este lugar que nunca se chegaram a concretizar, e que estava previsto um concurso de ideias para Junho deste ano, mas também foi adiado. Esta caracterização foi importante no sentido da obtenção de dados para o planeamento do espaço, bem como de informação necessária a transmitir aos utilizadores e intervenientes deste processo de planeamento, uma vez que esta informação nem sempre chega a todos.

No seguinte tópico abordar-se-ão as características biofísicas do território para um melhor entendimento técnico e necessário à conceção do espaço urbano.

⁷⁹ Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
:[http://www.igespar.pt/en/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73741/\(12-12-2012\)](http://www.igespar.pt/en/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73741/(12-12-2012))

2. Caracterização Biofísica – Concelho de Lisboa – Forte de Santa Apolónia

Carta Hipsométrica / Dados altimétricos

As cotas altimétricas variam entre o nível do mar e a cota de 230m, que corresponde à serra de Monsanto, um valor relevante na zona de Lisboa cujo território é dominado por áreas com altitude inferior a 100m. As áreas correspondentes a toda a zona ribeirinha e aos vales interiores têm alturas maioritariamente inferiores aos 30m e as encostas rondam alturas de aproximadamente 70m, como é o caso do espaço em estudo, que se situa numa zona de vales inferiores.⁸⁰

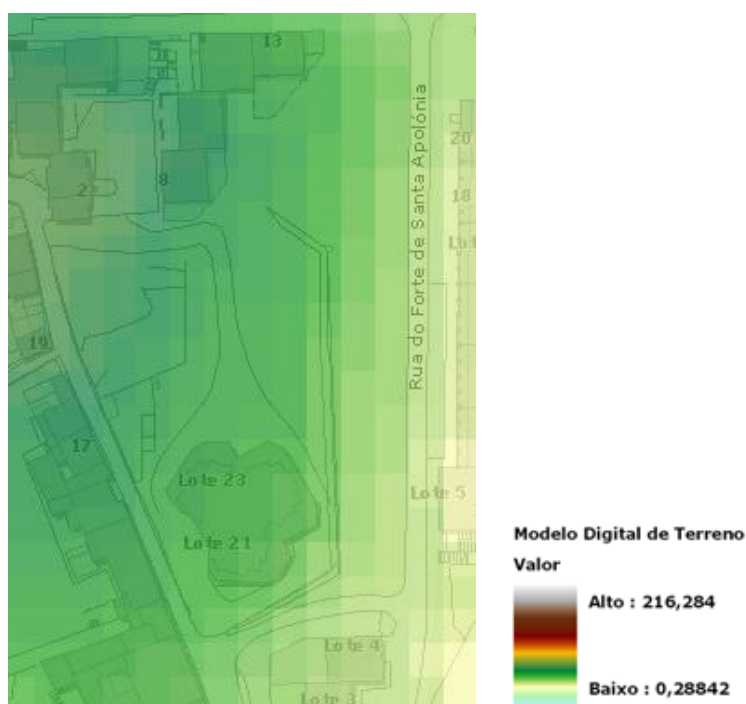


Figura 31- de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012), alterada em photoshop.

⁸⁰ Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012).

Carta de Declives/ Dados altimétricos

A carta de declives está dividida em 7 classes entre 0 e 40%, correspondendo a intervalos entre 2 a 10m, consoante as classes.⁸¹

O concelho de Lisboa apresenta uma topografia muito variável. As maiores variações, onde o declive se apresenta mais acentuado, correspondem às encostas junto às principais linhas de água da cidade, como o do Vale de Alcântara e o Vale de Chelas, localizadas a Sul e a Nascente do concelho. O Forte de Santa Apolónia, localiza-se próximo do vale de Chelas, pelo que apresenta declives ligeiramente acentuados, que variam entre 0% e >18%.



Figura 32 - Figura á altimetria retirada em: Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf\(2-09-2012\)](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012)), alterada em photoshop.

⁸¹ Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf\(2-09-2012\)](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012)).

Carta de exposição das encostas/ Dados altimétricos

Na carta de exposição solar verifica-se que a Sul do concelho de Lisboa as encostas se encontram expostas maioritariamente a Sudeste e Sudoeste, e a Norte deste território, começa a dominar a exposição Norte e Nordeste. Os quadrantes poentes têm dominância de orientações Sudoeste e nos quadrantes nascente predominam as orientações Este e Sudoeste.⁸²

No Forte de Santa Apolónia, as encostas estão expostas predominantemente a Nordeste e Este. Localmente há muitas variações produzidas por elevações que condicionam a orientação solar.

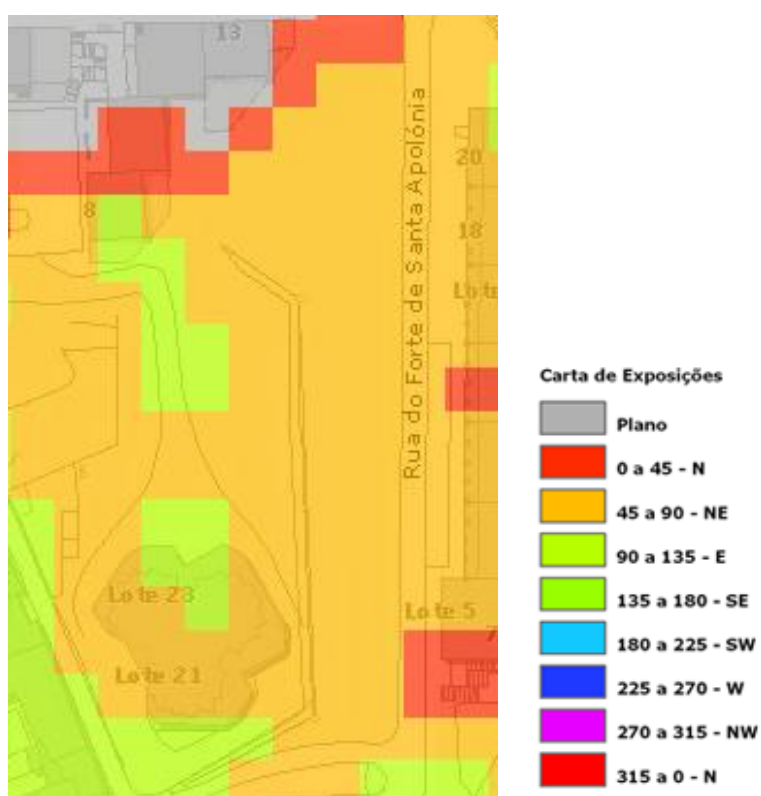


Figura 33 - Figura relativa á exposição solar retirada em : Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf\(2-09-2012\)](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012)), alterada em photoshop.

⁸² Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf\(2-09-2012\)](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012)).

Carta Geológica

Afloram no Concelho de Lisboa formações datadas do Cretácico ao Holocénico. As formações cretácicas, compostas essencialmente por bancadas carbonatadas e margosas (de origem recifal), cobertas por formações vulcano-sedimentares, afloram na zona sudoeste do Concelho. O Complexo de Benfica, Oligocénico, que é essencialmente detrítico de origem continental, aflora na zona de São Domingos de Benfica e numa faixa no extremo noroeste do Concelho. Já as formações miocénicas, compostas por sequências sedimentares alternadas de origem marinha, estuarina e continental, formam, na sua generalidade, um *synclinal* inclinado para sudeste, como é o caso do Forte de Santa Apolónia. As formações holocénicas, compostas por aluviões e aterros, são geralmente de espessura pouco significativa, com exceção da faixa litoral e das linhas de água (vales).⁸³



Figura 34 - Figura relativa á geologia retirada em : Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_o_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf\(2-09-2012\)](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_o_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012)), alterada em photoshop.

⁸³ Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_o_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf\(2-09-2012\)](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_o_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012)).

Carta Tipo de Solos

A Carta do tipo de Solos é constituída por 6 classes de Tipos de Solos (Aluvionares, Arenosos, Argilosos, Basálticos, Calcareníticos e Carbonatados) de acordo com a textura e composição de cada formação geológica. Na zona sudoeste do Concelho de Lisboa predominam os solos Basálticos e Carbonatados, associados às formações cretácicas carbonatadas e vulcano-sedimentares. A restante área do Concelho é constituída por alternâncias de solos arenosos, argilosos e calcareníticos. Os solos aluvionares restringem-se à faixa litoral e às linhas de água (vales).⁸⁴ No caso do Forte de Santa Apolónia predomina uma mistura entre calcários e solos aluvionares, sendo que os solos calcários não são muito adequados para agricultura.

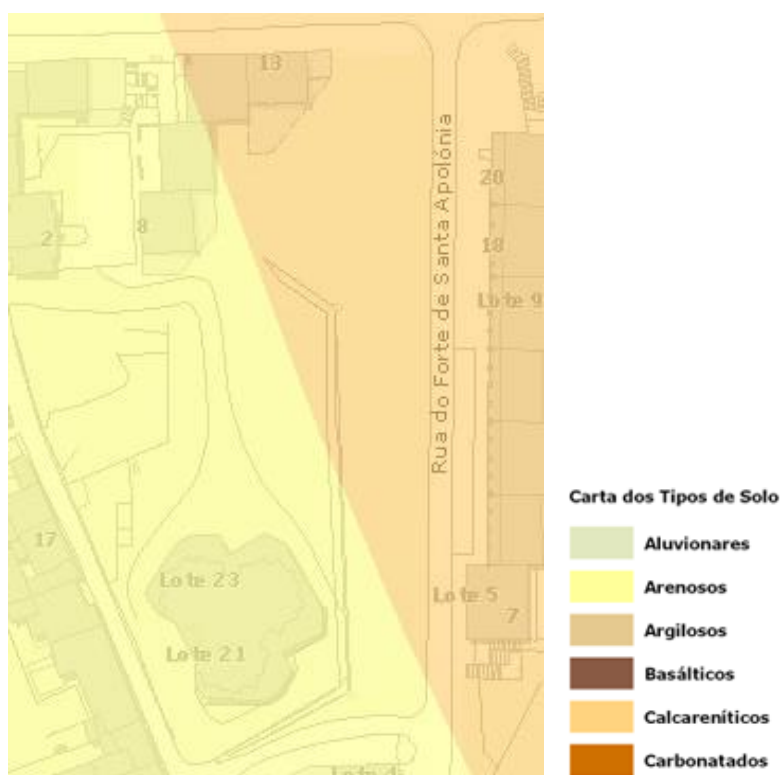


Figura 35 - Figura relativa ao Tipo de solos retirada em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012). e alterada em photoshop.

⁸⁴ Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012).

Carta de Permeabilidade

Esta carta apresenta 5 classes de permeabilidade (Baixa, Baixa a Média, Média, Média a Alta e Alta) de acordo com a textura e composição de cada formação geológica. Às permeabilidades altas correspondem as formações calcárias cretácicas, aluviões e aterros. Às permeabilidades baixas correspondem as formações mais ricas na componente argilosa. O espaço do Forte de Santa Apolónia apresenta valores médios a altos de permeabilidade.

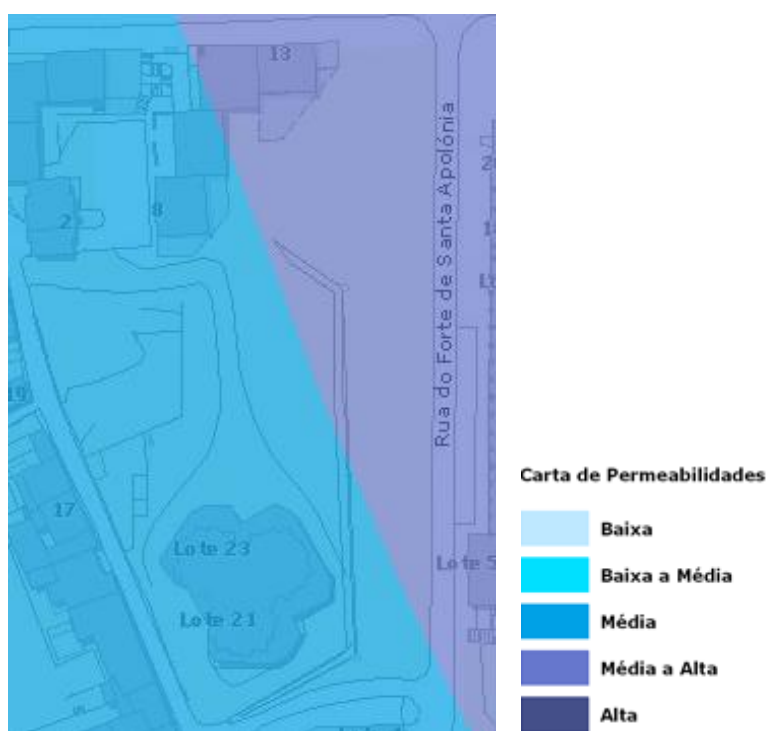


Figura 36 - Figura relativa á permeabilidade retirada em: Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012). e alterada em photoshop.

Vegetação natural

Segundo a carta ecológica de Pina Manique e Albuquerque, Lisboa localiza-se integralmente na zona fitoclimática Atlante-Mediterrânea, em andar basal (abaixo dos 400m) e levando como indicadores fitoclimáticos, *Olea europaea* var. *sylvestris*, *Pinus pinea*, *Pinus pinaster*, *Quercus faginea* e *Quercus suber*.⁸⁵

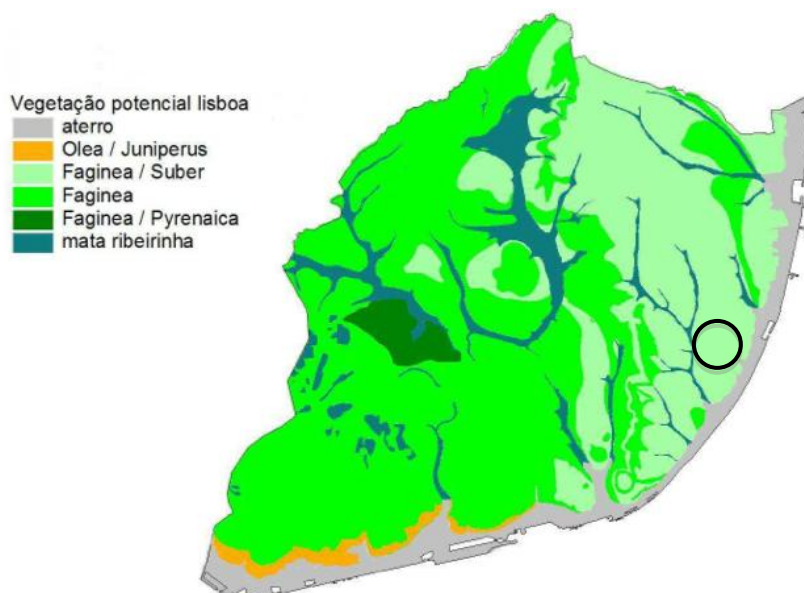


Figura 37 - Figura relativa a vegetação natural indicando a zona do Forte de Santa Apolónia a circulo preto retirado em : http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012). e alterada em photoshop.

O espaço do Forte de Santa Apolónia apresenta como vegetação natural *Quercus faginea* e *Quercus Suber*.

No que diz respeito à seleção da vegetação para este espaço considerou-se a vegetação natural, acima referida e a vegetação xerófita (porque é um tipo de vegetação com poucas necessidades hídricas conforme se pode observar as diferentes necessidades hídricas no ANEXO III). Esta

⁸⁵ Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf(2-09-2012).

preocupação relaciona-se com o objetivo de reduzir os consumos de água, ou seja contribuindo, assim, para a sustentabilidade local.

Toda a informação biofísica, retirada em grande parte, pelo relatório de caracterização biofísica do PDM de Lisboa, foi sintetizada e organizada de uma forma simplificada para, posteriormente, ser apresentado à população durante a sessão participativa que se pretende efetuar, como método experimental para testar a metodologia de “conceção de espaços comunitários exteriores”, objeto deste projeto.

Uma das melhores formas de criação de laços com o espaço e coresponsabilização social, é tornar todo o processo de planeamento transparente e fazer com que a população intervenha numa fase inicial. Ao organizar esta informação biofísica de forma simplificada, pretende-se que os intervenientes na fase de planeamento, possam entender todo o processo, sem chocarem com termos técnicos, porque apesar de toda esta informação estar disponível em plataformas informativas “online”, a sua compreensão não é acessível a todos (VER ANEXO IV).

Neste tópico reuniu-se a informação biofísica essencial para o caso em estudo, que juntamente com a informação humana, culminaram numa base de trabalho materializada em mapa, para assim dar início ao processo de conceção de espaços exteriores para a comunidade.

No tópico seguinte falar-se-á do inquérito realizado a um grupo de pessoas, residentes na zona periférica do espaço em estudo, com o intuito de obter respostas de opinião, essenciais numa fase inicial do trabalho.

Inquérito para obtenção de informação generalista do espaço do caso em estudo.

Para a realização deste trabalho, apesar de se ter acesso a informação técnica, como a biofísica e humana, privilegiou-se a opinião e sensibilidade dos utilizadores do espaço do Forte de Santa Apolónia tendo-se procurado obter um “feedback” direto e pessoal. Assim, optou-se por fazer um inquérito simples com oito perguntas de resposta fechada e duas perguntas desenvolvimento para obtenção respostas abertas, através da *escala de likert* (que se trata de uma escala psicométrica que regista o nível de concordância).⁸⁶ As oito perguntas de resposta rápida foram subdivididas da seguinte forma:

- Duas perguntas sobre a temática espaços comunitários;
- Duas perguntas sobre soluções sustentáveis na conceção dos espaços comunitários;
- Duas perguntas sobre o valor e preservação do património e elementos iconográficos;
- Duas perguntas sobre o Forte de Santa Apolónia (o espaço propriamente dito).

Relativamente às duas perguntas de desenvolvimento, é questionado o aparecimento de hortas urbanas em Lisboa, como forma de se fundamentar a necessidade destes espaços, bem como outras de cariz comunitário na Junta de Freguesia de São João.

Neste sentido, os inquéritos foram realizados na Reunião Descentralizada da Câmara Municipal de Lisboa, nas Juntas de freguesias de São João e de Penha de França, reunião esta, de periodicidade anual, que recebe os moradores destas duas freguesias para ouvir sugestões. A reunião foi limitada a 30 pessoas, tendo respondido 20 pessoas ao inquérito realizado. Apesar de não ser uma amostra representativa de toda a população, foram ouvidas e recolhidos inquéritos das vozes mais ativas das Juntas de Freguesia mencionadas.⁸⁷

⁸⁶ Tipos de pesquisa: [http://www.netquest.com/br/blog/a-escala-likert-coisas-que-todo-pesquisador-deveria-saber/\(25-03-2013\)](http://www.netquest.com/br/blog/a-escala-likert-coisas-que-todo-pesquisador-deveria-saber/(25-03-2013)).

⁸⁷ Expresso do oriente. Notícias: <http://expressodooriental.com/?p=8360> (7-02-2013).



Figura 38 - Figura do panfleto digitalizado adquirido por correio da Junta de Freguesia de S. João.

No anexo V pode-se observar as respostas aos inquéritos e apresenta-se o tratamento estatístico dos mesmos.

Das pessoas inquiridas, a média de idades foi de 50 anos, divididos por 10 mulheres e 10 homens.

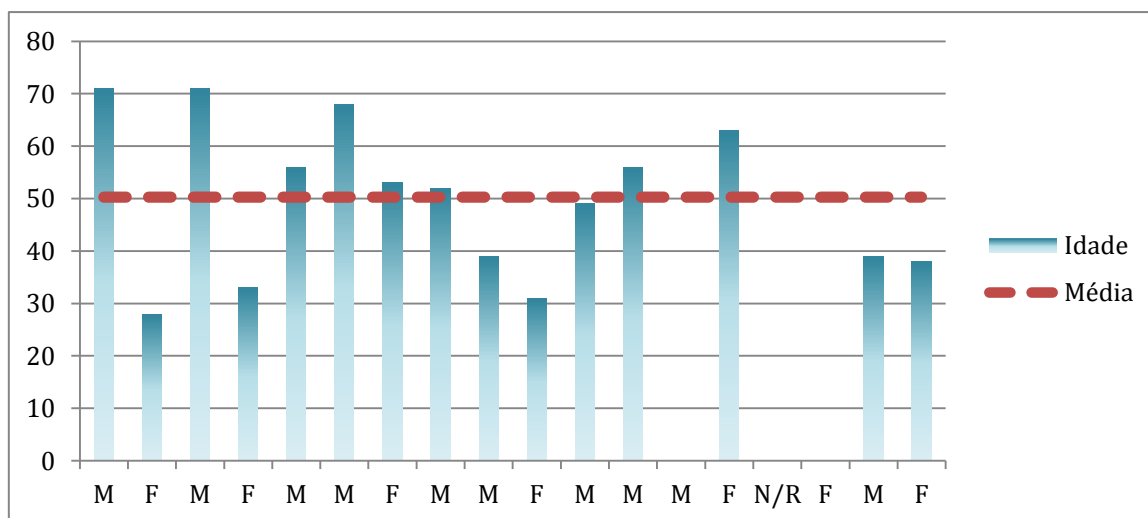


Gráfico 1: Relativo à idade dos inquiridos. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques

Questão n.º 1

Considera importante a presença de espaços para a comunidade (hortas, parques infantis, parques geriátricos, locais com equipamentos para estadia) na cidade de Lisboa?

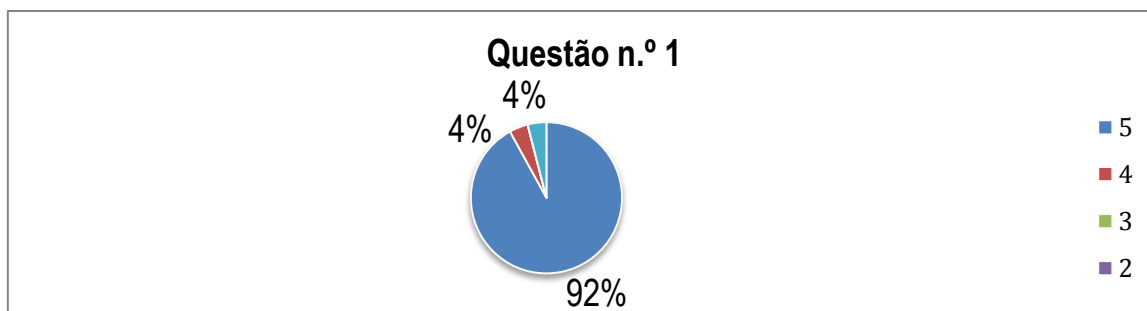


Gráfico 2 - Relativo à resposta da pergunta n.º1. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques

92 % das pessoas inquiridas responderam que concordavam totalmente, 4% concordavam parcialmente, e 4% não concorda totalmente.

Questão n.º 2

Acha que a “troca de saberes” entre os mais velhos e mais novos, e vice-versa, é importante na consolidação dos valores da sociedade?

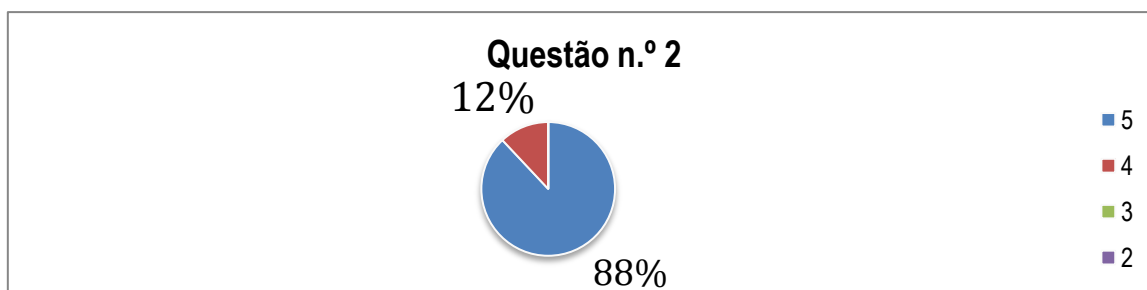


Gráfico 3 - Relativo à resposta da pergunta n.º 2. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques

88% dos inquiridos responderam que concordavam totalmente e 12% que concordava parcialmente.

Questão n.º 3

Considera que as soluções sustentáveis, como aproveitamento das águas das chuvas, aproveitamento dos lixos orgânicos que sirvam de adubos para as hortas, a separação correta dos lixos domésticos, são um fator importante para que a cidade de Lisboa se torne mais saudável?

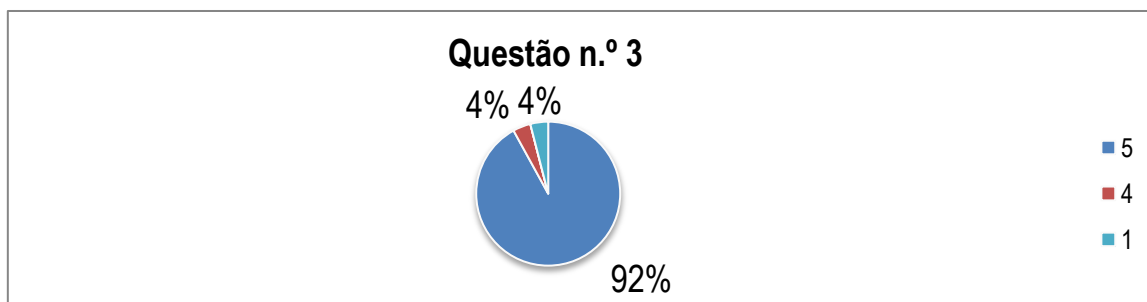


Gráfico 4 - Relativo à resposta da pergunta n.º 3. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques

92% dos inquiridos responderam que concordavam totalmente, 4 % concordavam parcialmente, e 4% não concordam totalmente.

Questão n.º 4

Acha que as hortas urbanas que tem vindo a aparecer por Lisboa são uma forma de sustento das famílias de hoje?

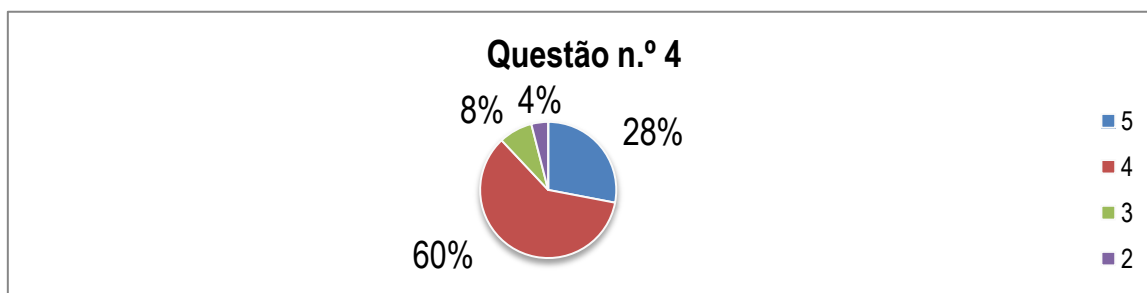


Gráfico 5 - Relativo à resposta da pergunta n.º 4. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques.

60% dos inquiridos responderam que concordavam parcialmente, 28% concordam totalmente, 8% indiferente, e 4% não concorda parcialmente. Esta resposta revela este tema não é consensual. A opinião pública sobre a razão do aparecimento das hortas diverge.

Questão n.º 5

Acha que a preservação dos elementos iconográficos da cidade de Lisboa, como fontes, os tanques públicos, são importantes para a identidade e história do espaço que integra?

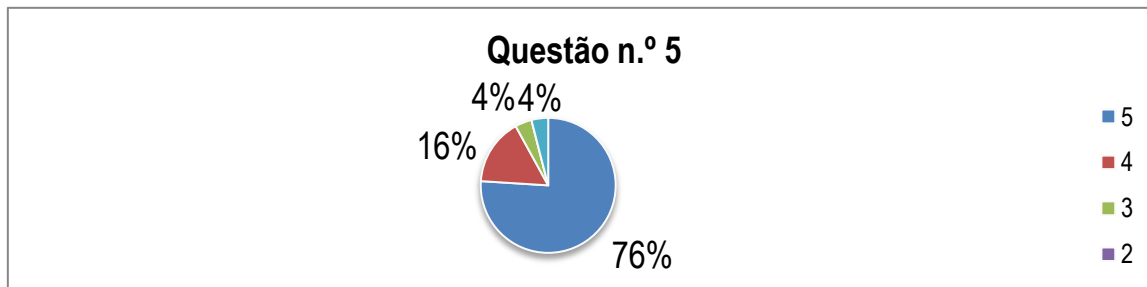


Gráfico 6 - Relativo à resposta da pergunta n.º 5. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques.

76 % dos Inquiridos respondeu que concordava totalmente, 16% que concordava parcialmente, 4 % indiferente e 4% Não concorda.

Questão n.º 5.1

Considera que a revitalização destes elementos (em cima falados) poderão integrar os novos espaços para a comunidade?

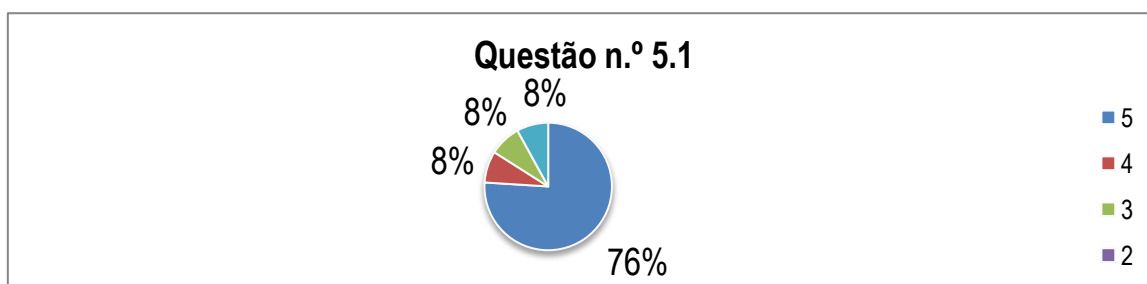


Gráfico 7 - Relativo à resposta da pergunta n.º 5.1. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques.

76% dos inquiridos responderam que concordavam totalmente, 8% que concordava parcialmente, 8% indiferente, 8% que não concordava totalmente.

Questão n.º 6

Conhece o Forte de Santa Apolónia, localizado na Junta de Freguesia de São João?

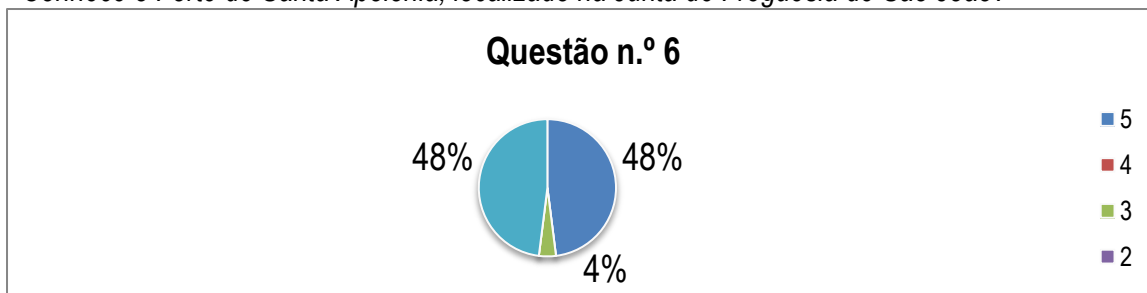


Gráfico 8 - Relativo à resposta da pergunta n.º 6 . Gráfico elaborado pela autora Joana Marques.

48% dos inquiridos respondeu que conhece, 48% que não conhece, e 4% que desconhece. Pelo contato pessoal com o inquiridos verifica-se que o conhecimento sobre o Forte se limita à sua localização, desconhecendo-se todo o seu valor histórico e arquitetónico associado.

Questão n.º 6.1

É um “vazio urbano”, ou seja, um espaço abandonado desde a Guerra da Restauração em 1940, aproximadamente. Considera importante a dinamização deste espaço atualmente abandonado com o intuito de preservar uma história e identidade do local, e para além destes aspetos, adaptá-lo às necessidades reais, como por exemplo, espaços para a comunidade?

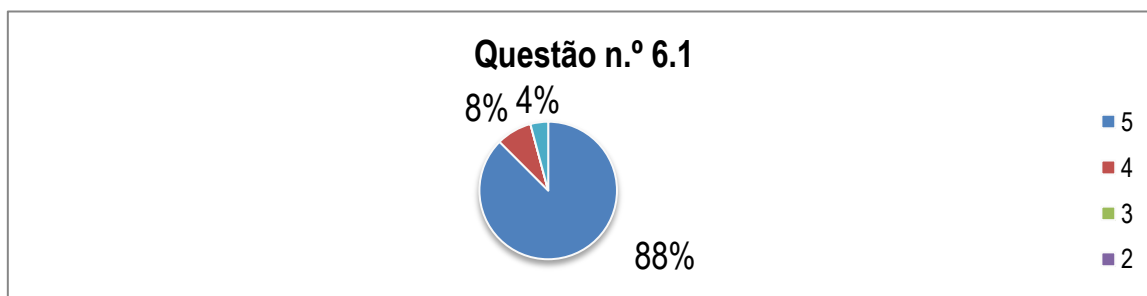


Gráfico 9 - Relativo à resposta da pergunta n.º 6.1. Gráfico elaborado pela autora Joana Marques.

88% dos inquiridos responderam que concordam totalmente, 8% que concordam parcialmente e 4 %, que não concordam totalmente. É de relevar a vontade das pessoas em verem o Forte de Santa Apolónia recuperado, o que traduz o objetivo deste trabalho.

Questão n.º 9

O que pensa das hortas urbanas que começam a florescer pelos terrenos livres de Lisboa?

As respostas a esta pergunta foram positivas, na medida em que todos pensam que as hortas urbanas são um elemento agregador de culturas e que proporcionam opiniões complementares. Consideram que, apesar de se tratar de uma iniciativa que envolve as comunidades, estas hortas deveriam ter acompanhamento de técnicos especializados que pudessem ajudar a gerir e a manter os espaços, pois o que tem vindo a verificar-se é a falta de manutenção, o que leva ao abandono e ao descrédito de uma aposta em revitalizar “vazios urbanos” (Ver Anexo V).

Questão n.º 10

Gostaria que existissem espaços para a comunidade nesta freguesia? Porquê?

A maior parte das respostas consideram que seria importante existirem espaços para a comunidade nesta freguesia, para combater a solidão dos mais idosos, e para dinamizar a população local em prol de criar as condições para aumentar a Qualidade de Vida.

Com a realização deste inquérito foi possível concluir de um modo geral, o interesse global dos inquiridos no local em estudo, bem como na criação de espaços para a comunidade. Outro especto relevante foi o ênfase dado nas respostas a estes inquéritos na preocupação com os idosos desta freguesia, que representam uma grande parte dos moradores, e ainda a necessidade de, depois de implementados espaços para a comunidade, haver um acompanhamento técnico e respetiva manutenção, para não ficarem rapidamente ao abandono, como tem vindo a acontecer em muitos casos. Na conceção da metodologia que se propõe, é fundamental sondar a opinião de todos os possíveis utilizadores do espaço, por forma a se obter a maior informação possível sobre este.

No tópico que se segue, recorreu-se à utilização de outra técnica de investigação, as entrevistas informais, para obtenção de um “feedback” técnico de quem dirige e trabalha na conceção de espaços para a comunidade, com o intuito de perceber as problemáticas e questões essenciais do ponto de vista da autarquia, técnicos e especialistas.

Entrevistas informais - Objetivos e problemas da população Vs autarquia na conceção dos espaços exteriores para a comunidade.

Para uma melhor conceção dos espaços comunitários em vazios urbanos, é necessário que todos os intervenientes estejam de acordo para assim promoverem e garantirem espaços sustentáveis e mais resilientes. Uma das principais preocupações na conceção destes espaços são os diferentes objetivos /problemas da população e das autarquias.

O principal objetivo dos espaços comunitários é a satisfação de todos os intervenientes quer da população quer das autarquias, nos resultados obtidos com a construção destes espaços, nomeadamente, o *bem estar* da população em usufruir de novos espaços, e o sentido de missão cumprida dos autarcas em apresentarem uma nova proposta para a comunidade de que fazem parte, e obterem “feedback” positivo dos utilizadores do espaço. No entanto, o “feedback” nem sempre é positivo, porque o que acontece com muita frequência é o fato das propostas terem um prazo de validade, e passada a euforia de uma inauguração, estes espaços, onde foram investidas novas propostas acabam por deixar de ter manutenção, ficando ao abandono, levando ao desagrado da população. Defende-se que a causa do abandono precoce e deve ao não envolvimento das pessoas no planeamento destes espaços fazendo com que as pessoas não criem laços com os locais intervencionados, nem se coresponsabilizem por eles, como já referido, no caso referenciado da Câmara Municipal de Barcelos.⁸⁸

No âmbito dos contatos pessoais com a comunidade e com o autarcas, designadamente com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João, José Maria Bento de Sousa, verifica-se que a sua visão para o Forte é deste ser um espaço intergeracional, onde todos os utilizadores, pudessem interagir enquanto comunidade, e que acima de tudo, fosse um espaço de aprendizagem da história daquele património.⁸⁹

A opinião da população local/ intervenientes, não difere muito deste cenário visualizado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, na medida em que, as preocupações demonstradas na reunião descentralizada da CML (Ver Anexo VI), foram no sentido da não-existência de espaços para os

⁸⁸ FERREIRA, Isabel, CUNHA, Carlos, MARINHO, Manuel (2004). Planeamento local e Participação Publica – O caso de Barcelos. Consultado em:
http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/pdf/D2_14%20Out_Isabel%20Ferreira-Carlos%20Cunha-Manuel%20Marinho.pdf (10/02/2013)

⁸⁹ Conversa informal em arquivo pessoal com o Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Lisboa, José Maria Bento (22-04-2013).

idosos e da falta de higienização das ruas, referindo o Forte que é um exemplo de um Imóvel de Interesse Público mas está ao abandono e com resíduos abandonados e uma salubridade de risco.

Apesar dos objetivos convergirem, as preocupações dos utilizadores e dos autarcas assentam, na mesma premissa que é haver um projeto para todos os utilizadores e que estes possam fazer parte do seu planeamento, com auxílio de técnicos especializados apostando num espaço que perdure por muitos anos.

A metodologia proposta vai de encontro com a resolução destas preocupações na medida em que, se o envolvimento da população for mais ativo e visível, ainda numa fase inicial do planeamento urbano, serão criados laços mais fortes com o espaço, criando uma maior afetividade, estreitando assim relações entre os moradores e os intervenientes, pois trata-se de um processo em que a comunidade intervém sobre a proposta. Tem-se a convicção de que resulta num espaço mais duradouro, mais cuidado e limpo devido a este envolvimento inicial, resultando assim num espaço com vivência e monotorização.

Neste tópico foram percecionadas as intenções da autarquia para o espaço em estudo e constatou-se a importância do consenso entre os dirigentes autárquicos e a população para a conceção de um espaço sustentável. É essencial a participação ativa da população na criação de espaços para a comunidade, e esta deve ter lugar no processo de planeamento numa fase precoce. Na metodologia que se propõem, a participação ativa de todos os intervenientes deve estar presente em todas as fases, procurando atingir uma boa coordenação de trabalhos no espaço proposto, bem como o bom entendimento entre todos os utilizadores e dirigentes, obtendo não só um espaço bem concebido, mas também bem mantido e coordenado. Com isto pretende-se promover uma maior longevidade do espaço, e ainda procurando incentivar uma harmonia social, com o intuito de dinamizar o espaço no tempo, e evitar possível abandono ou vandalização.

No tópico seguinte é concluída a fase de auscultação pública com uma sessão participativa experimental, do género “focus group”, com o intuito de obter o “feedback” direto da população nos seguintes aspetos: análise do local, escolha de atividades e soluções a aplicar no espaço, e localização em mapa dessas atividades ou soluções.

Sessão participativa – projeto experimental – conceção de espaços exteriores para a comunidade.

Como defendido ao longo deste projeto, quanto mais cedo a população for envolvida na fase de planeamento urbano mais sustentável e resiliente será o espaço, a propor. Paralelamente, melhor será a aceitação por parte da população, bem como, o afeto e coresponsabilização por este. Foi neste sentido que se decidiu elaborar uma sessão participativa, para que a população pudesse fazer parte do planeamento urbano, servindo este exercício experimental, para perceber a reação das pessoas ao fazerem parte do processo, e qual a informação relevante a retirar desta sessão que possa contribuir para a construção da metodologia de conceção de espaços comunitários a propor.

A primeira questão que se colocou, prendeu-se com o formato e as regras da sessão participativa. Para o efeito, foi fundamental o apoio do conhecimento da Eng.^a Cristina Garrett, e o do Dr. Valter Ferreira, responsáveis pela *agenda 21* das Câmaras Municipais de Oeiras e Lisboa, respetivamente.

A Eng.^a Cristina Garrett (Gabinete Desenvolvimento Municipal - CMO) com mais de 15 anos de experiência na área do Ambiente, e há 11 anos a trabalhar na CMO, tem tido um papel muito ativo na promoção e gestão do processo de *agenda 21* Local, tendo-se disponibilizado para fornecer algumas diretrizes chave na orientação da sessão participativa, nomeadamente:

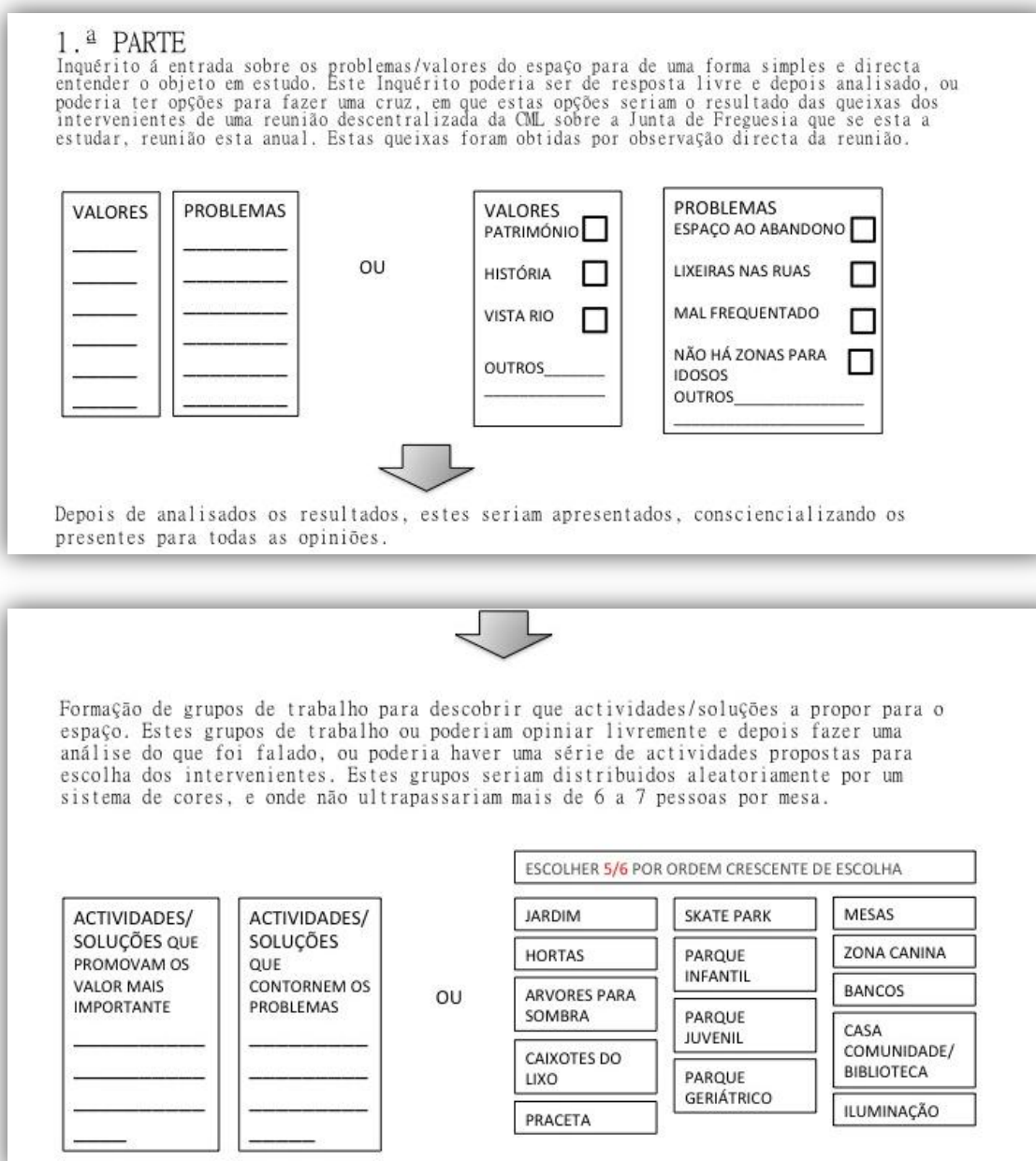
- Numa fase inicial, são registados os problemas e valores do espaço a ter em conta. Este registo pode ser feito de muitas maneiras, escrito livremente, ou indicado num quadro;
- Numa 2.^a parte em que se faz a análise dos resultados anteriores e que se encaminha a discussão para o que foi escolhido, fazendo com que todas as pessoas tomem consciência de todas as opiniões;
- Formar grupos de trabalho para colocação de ideias que possam contribuir para a resolução dos problemas discutidos ou potenciação dos valores referidos. Estes grupos de trabalho, devem ser o mais aleatórios possíveis e podem ser distribuídos de diversas formas, por um sistema de cores, ou por um sistema de naipes de cartas, existem muitas formas;
- Havendo a intenção neste projeto de localizar as atividades discutidas na sessão participativa, em mapa. Foi aconselhado que para esta localização em mapa, haja uma 2.^a parte, na sessão participativa, em que se possa discutir com os intervenientes, os recursos

disponíveis, e orçamentos, por forma a consciencializar as pessoas, para que estas não escolham/ proponham soluções dispendiosas/ pouco sustentáveis.

Resumindo, existem 3 etapas na sessão participativa:

ESCOLHA DE ACTIVIDADES→ TRIAGEM→ LOCALIZAÇÃO MAPA.⁹⁰

Assim, o esquema de orientação da sessão participativa resultou no seguinte:



⁹⁰ Conversa informal em arquivo pessoal com a Eng.ª Cristina Garrett, Câmara Municipal de Oeiras (8-04-2013).

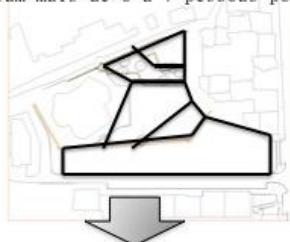
2.ª PARTE

Definição das actividades escolhidas para o espaço; consciencialização do orçamento disponível, **ou não**; Consciencialização dos condicionantes biofísicos do espaço.

Apresentação de um mapa do espaço 2D, separado com quadrantes específicos e determinados por uma análise biofísica.



Formação de grupos de trabalho para localizar em mapa as actividades previamente discutidas, em mapa 2D. Estes grupos seriam distribuídos aleatoriamente por um sistema de cores, e onde não ultrapassariam mais de 6 a 7 pessoas por mesa.



Apresentação de resultados e consciencialização a todos os presentes das soluções escolhidas. Marcação de novas reuniões (idealizado).

Realizado o esquema de orientação para a sessão participativa acima descrito, foi solicitada opinião ao Dr. Valter Ferreira, Chefe Divisão Inovação, Organizacional e Participação, por forma a otimizar esta solução esquemática, e posteriormente validá-la, uma vez que o espaço em estudo se encontra localizado em Lisboa, e, para esta solução integrar a rede de espaços da *agenda 21* de Lisboa, deverá ficar em consonância com os objetivos da Divisão Inovação, Organizacional e Participação.

Após análise crítica do Dr. Valter Ferreira, foi efetuada a seguinte revisão:

1.ª PARTE

Inquérito à entrada sobre os problemas/valores do espaço para de uma forma simples e directa entender o objeto em estudo. Este Inquérito poderia ser de resposta livre e depois analisado, ou poderia ter opções para fazer uma cruz, em que estas opções seriam o resultado das queixas dos intervenientes de uma reunião descentralizada da CML sobre a Junta de Freguesia que se esta a estudar, reunião esta anual. Estas queixas foram obtidas por observação directa da reunião.

VALORES	PROBLEMAS
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

OU

VALORES	
PATRIMÓNIO	<input type="checkbox"/>
HISTÓRIA	<input type="checkbox"/>
VISTA RIO	<input type="checkbox"/>
OUTROS	_____

PROBLEMAS	
ESPAÇO AO ABANDONO	<input type="checkbox"/>
LIXEIRAS NAS RUAS	<input type="checkbox"/>
MAL FREQUENTADO	<input type="checkbox"/>
NÃO HÁ ZONAS PARA IDOSOS	<input type="checkbox"/>
OUTROS	_____

É aconselhada a escolha deste modelo para que as pessoas não sejam limitadas e que possam livremente opinar sobre estas questões.



Depois de analisados os resultados, estes seriam apresentados, consciencializando os presentes para todas as opiniões.



Formação de grupos de trabalho para descobrir que actividades/soluções a propor para o espaço. Estes grupos de trabalho ou poderiam opinar livremente e depois fazer uma análise do que foi falado, ou poderia haver uma série de actividades propostas para escolha dos intervenientes. Estes grupos seriam distribuídos aleatoriamente por um sistema de cores, e onde não ultrapassariam mais de 6 a 7 pessoas por mesa.

ESCOLHER 5/6 POR ORDEM CRESCENTE DE ESCOLHA		
ACTIVIDADES/ SOLUÇÕES QUE PROMOVAM OS VALOR MAIS IMPORTANTE	OU	<div>JARDIM</div> <div>SKATE PARK</div> <div>MESAS</div> <div>HORTAS</div> <div>PARQUE INFANTIL</div> <div>ZONA CANINA</div> <div>ARVORES PARA SOMBRA</div> <div>PARQUE JUVENIL</div> <div>BANCOS</div> <div>CAIXOTES DO LIXO</div> <div>PARQUE GERIÁTRICO</div> <div>CASA COMUNIDADE/ BIBLIOTECA</div> <div>PRACETA</div> <div>ILUMINAÇÃO</div>

É aconselhada a escolha deste modelo para obter uma proposta mais específica, e hierarquizada consoante importância de actividades.

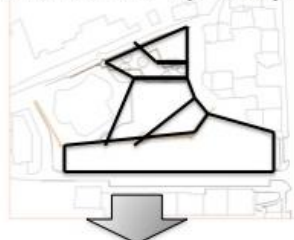
2.ª PARTE

Definição das actividades escolhidas para o espaço; consciencialização do orçamento disponível, **ou não**; Consciencialização dos condicionantes biofísicos do espaço.

Apresentação de um mapa do espaço 2D, separado com quadrantes específicos e determinados por uma análise biofísica.



Formação de grupos de trabalho para localizar em mapa as actividades previamente discutidas, em mapa 2D. Estes grupos seriam distribuídos aleatoriamente por um sistema de cores, e onde não ultrapassariam mais de 6 a 7 pessoas por mesa.



Apresentação de resultados e consciencialização a todos os presentes das soluções escolhidas. Marcação de novas reuniões (idealizado).

Depois de validado o esquema de orientação passou-se ao envolvimento dos moradores/utilizadores do espaço a propor. Para elaboração da sessão participativa, e garantia da participação das pessoas, a convocatória poderia ser feita de várias formas, ou *online*, no site da junta de freguesia, ou no site da CML, ou por panfletos na caixa de correio, ou pessoalmente, falando com pessoas que frequentem locais estratégicos, como o mercado, mercearias ou cafés

que sejam muito frequentados. Por uma questão de agilização deste processo de angariação, e por limitações de tempo, falou-se com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João, José Maria Bento de Sousa, em busca de uma outra solução mais célere. Em conjunto pensou-se em motivar um grupo de pessoas, que fosse representativa da freguesia, pertencentes alguma associação, ou clube, talvez, que pudessem fazer parte desta sessão participativa com o apoio da Junta de Freguesia.

O Forte de Santa Apolónia, ao longo dos anos foi sempre alvo de preocupação, e há muito que se promete um projeto para este espaço (CML e Junta de Freguesia). Muitos moradores recordaram as inúmeras vezes que viram a placa informativa de um novo projeto que supostamente iria nascer, mas que nunca se concretizou. Por este facto, o Sr. Presidente da Junta não quis fazer parte desta sessão participativa, o que levou a um plano B: abordar pessoalmente com os residentes da periferia no Forte e organizar esta sessão. Abordadas cerca de 21 pessoas para participar na sessão e havendo a perceção de que seriam precisos 60 minutos do tempo dos participantes para um trabalho académico, apenas foi possível, ter a participação de 4 pessoas (de muito boa vontade e notável dedicação) que se demonstraram muito participativas e interessadas.

Chegados ao Forte, os participantes demonstraram o seu agrado e desagrado pelo espaço, contando histórias da sua infância, saudosistas pelos tempos de outrora do Baluarte e, ao mesmo tempo, entristecidos com a visão atual de todo o terreno e periferia. Após esta conversa animada inicial, cada um deu-se a conhecer, mostrando um pouco de si e introduzindo o Forte sempre nestas conversas interpessoais. Ficou patente algo que nem sempre se vislumbra: este Baluarte é um símbolo e um forte elo de ligação social e de memórias dos moradores. Foi também interessante perceber as histórias, lendas e o “já ouvi dizer que..” sobre este famoso Forte que aparentemente ao abandono, continua a ser importante para os moradores das redondezas e outros (Ver fotos e vídeo em anexo).

De seguida é apresentada esta sessão e com as reações obtidas, passo-a-passo:

Numa 1.^a parte, após uma pequena introdução sobre o objetivo deste exercício, foi solicitado aos participantes que explorassem o local e que identificassem os problemas e os valores reconhecidos.

Sessão participativa – projeto experimental

Conceção de espaços para a comunidade

Caso de estudo Forte de Santa Apolónia – Aplicado à população residente na Freguesia de S. João

1.ª Parte – Análise situação existente

(Deambular pelo espaço e perceber quais os problemas encontrados e os valores que reconhece)

VALORES

PROBLEMAS

Abertamente, e por serem poucos participantes, foram discutidas todas as questões relativas a este exercício. Em relação aos valores, foram reconhecidas as seguintes valências:

- História local e periferia;
- Potencial turístico;
- Proximidade habitacional;
- Paisagem – vista privilegiada para o rio Tejo;
- Ar livre (espaço exterior);
- Localização – centro histórico.

Relativamente aos problemas:

- Espaço abandonado;
- Degradação ambiental e social;
- Desconhecimento da história local;
- Infestantes (vegetação que causa incêndios e o aparecimento de animais indesejados);

- Edificações circundantes tornam o espaço confinado e não favorecem um ambiente confortável;
- Assaltos. (Ver Anexo VII)

Depois de cada um dar a conhecer a sua perspetiva e justificação, procedeu-se ao 2.º exercício. Neste exercício, foram apresentadas uma série de atividades e soluções, que pudessem potenciar os valores encontrados e solucionar os problemas descritos no 1.º exercício (ordem crescente de prioridades). Pediu-se que escolhessem 7 atividades/soluções, uma vez que foi o número de espaços resultantes do cruzamento de dados biofísicos e observação local (posicionamento das muralhas, circulação efetuada no espaço pelos utilizadores habitualmente e presença de edifícios periféricos). O objetivo é perceber o que os participantes consideram necessário e importante para o Forte, enumerando e priorizando as atividades e soluções (Ver Anexo VII).

2.ª Parte – Escolha de actividades a propor para o espaço.

(Enumerar 7 actividades, por ordem crescente de prioridade, que possam potenciar os valores e resolver os problemas anteriormente escolhidos na 1.ª parte desta sessão.)

JARDIM	SKATE PARK	ZONA CANINA
HORTAS	PARQUE INFANTIL	BANCOS
ARVORES P/ SOMBRA	PARQUE JUVENIL	CASA COMUNIDADE/ BIBLIOTECA
CAIXOTES DO LIXO	PARQUE GERIÁTRICO	ILUMINAÇÃO
PRACETA	MESAS	

OUTRAS _____

Nesta etapa, os participantes consideraram que o mais importante seria a criação de um jardim com todas as atividades/soluções enumeradas, principalmente para os idosos, que são sobretudo os principais utilizadores deste espaço. Chegou-se assim a um consenso de que se deveria realizar um jardim potenciando-se as características enumeradas, contemplando as vistas para o rio Tejo e a salvaguarda do património edificado.

No 3.º exercício, o objetivo foi localizar as 7 atividades/soluções propostas pelos participantes em mapa, identificando qual o local que as pessoas achariam mais adequado a cada atividade/solução.

3.ª Parte – Localizar em mapa actividades propostas

(Deambular pelo espaço e localizar em mapa, as actividades propostas na 2.ª parte da sessão. A localização deverá ser feita tendo em consideração a prioridade estabelecida na escolha das actividades)



Neste exercício, houve alguma dificuldade, por parte dos participantes, que ignoraram um pouco as regras do exercício, insistindo de que se deveria considerar um espaço multifunções e intergeracional, identificando as principais atividades de recreio ativo no centro do espaço (Ver vídeo em anexo).

Na imagem do 3.º exercício, com a zona representada a cor de laranja, é identificada como a ideal para construção do espaço que respeite os princípios da sustentabilidade, ou seja, tem melhor exposição solar, com declives até 6%, geologicamente indicado para a agricultura, e uma permeabilidade do solo com valores médios, o que significa que se houver alguma intervenção, seriam poupados (no que respeita a custos) pelo menos, significativos movimentos de terras pelo seu carácter plano e, sem a necessidade de adquirir terras com matéria orgânica, pois este terreno é rico em matéria orgânica. Também é de referir que esta zona central é um polo de conexão entre as várias áreas a requalificar, facilitando a mobilidade no espaço e acessibilidade a todos os utilizadores.

A participação ativa, abordada neste tópico, foi apresentada de um modo prático, testando assim uma das fases metodológicas que se propõe neste trabalho (Audição Pública). Assim, foi possível concluir o seguinte:

- *Os participantes sentiram a necessidade de ter opinião válida e ativa, quer por se sentirem úteis e parte do processo, quer por terem oportunidade de transmitirem a sua história e a sua perspetiva para o planeamento do espaço, mostrando um envolvimento afetivo e coresponsabilizador;*
- *Reação positiva à transparência do processo de planeamento urbano;*
- *Apesar da obtenção de respostas generalistas, e de o resultado não interferir, em muito, no desenho do espaço, o fazer parte integrante da equipa de planeamento urbano, despoletou interesse, e sentimentos de partilha e coresponsabilização pelo espaço;*
- *Vontade em continuar a fazer parte de novas etapas de um processo de planeamento, que possa ser um instrumento que realize uma mudança positiva no espaço a projetar;*
- *Estreitamento de laços entre os participantes – sentimento de comunidade saiu reforçado nesta sessão participativa;*
- *Proposta de atividades de recreio ativo na zona central do espaço, localizada a cor laranja na imagem do 3.º exercício da sessão participativa, uma vez que foi a zona resultante de uma análise biofísica e humana e, transmitida nesta sessão aos participantes;*
- *O valor acrescentado que se retira deste exercício, prendeu-se com a transparência do processo, que permitiu a discussão positiva entre os participantes, remetendo para um 2.º plano a especificidade das soluções e propostas resultantes desta sessão.*

SÍNTESE

Resumindo, o que poderá ser considerado para avançar para uma proposta de uma metodologia de conceção de espaços de exterior, serão fatores que envolvem a história do planeamento urbano e a preocupação crescente com a comunidade, bem como a sustentabilidade dos espaços e das comunidades, fatores de inclusividade, de sustentabilidade, que se prendem com entidades, organizações, interfaces e ferramentas que promovem o desenvolvimento sustentável. Fatores que resultam de inquéritos às vozes ativas da comunidade, ao interesses dos autarcas Vs. interesses da população, bem como os dados resultantes de uma sessão participativa, com o intuito de reconhecer mais de perto a opinião dos utilizadores do espaço em estudo. Assim, seguem alguns tópicos que são fundamentais na apresentação de uma proposta:

- O bem estar das pessoas, e comunidades mais acolhedoras, fazem parte do desejo da população europeia desde o final da 2.ª guerra mundial.
- Preocupação ao longo da história em conceber espaços para a comunidade. As características destes espaços vão tendo em consideração, naturalmente, a sociedade a que pertencem, e atualmente, o desenvolvimento sustentável é uma premissa de conceção de todos os espaços interiores e exteriores. No entanto os espaços para a comunidade existentes, são na sua maioria, espaços de interior, e os que são de exterior nem sempre estão desenhados para todos os utilizadores;
- Espaços inclusivos são sinónimo de planeamento sustentável;
- Planeamento urbano sustentável é o resultado de uma comunidade mais ativa e cooperante em todas as fases do processo de planeamento, onde a participação pública deve ocorrer o mais cedo possível no processo de tomada de decisão;
- Um espaço sustentável, é um espaço mais aceite e melhor mantido, logo é mais resiliente;
- O património histórico, e os elementos iconográficos traduzem a identidade e a história de um lugar e de um povo, e são também, o resultado de muitas memórias da população e dos seus antepassados, e por isso mesmo deverão ser protegidos e salvaguardados. O património pode e deve ainda ser visto como um ponto de referência de orientação nas cidades;
- O desenvolvimento sustentável, associa 3 domínios de intervenção: Proteção ambiental, desenvolvimento social, e desenvolvimento económico. É por isso importante que este 3 domínios não se dissociem;

- Todas as plataformas de informação, bem como, associações e iniciativas que promovam a sustentabilidade deverão andar de mãos dadas e trabalhar à escala do bairro para construir comunidades mais unidas e autossustentáveis. No entanto esta informação, nem sempre é entendida por todos;
- As intenções da Junta de Freguesia de São João são, de um espaço intergeracional, onde todos os utilizadores, pudessem interagir enquanto comunidade, e que acima de tudo, fosse um espaço de aprendizagem da história daquele património, que é o Forte de Santa Apolónia;
- Preocupação por parte dos utilizadores (em inquérito) e moradores da periferia do Forte, na requalificação do espaço, e em não deixarem ao abandono e sujeito a vandalismo;
- Reação positiva por parte dos utilizadores do Forte na sessão participativa, bem como na transparência do processo de planeamento urbano;
- Estreitamento de laços entre os intervenientes da sessão participativa, o que se revela importante no sentimento de partilha e coresponsabilização pelo espaço desde cedo;

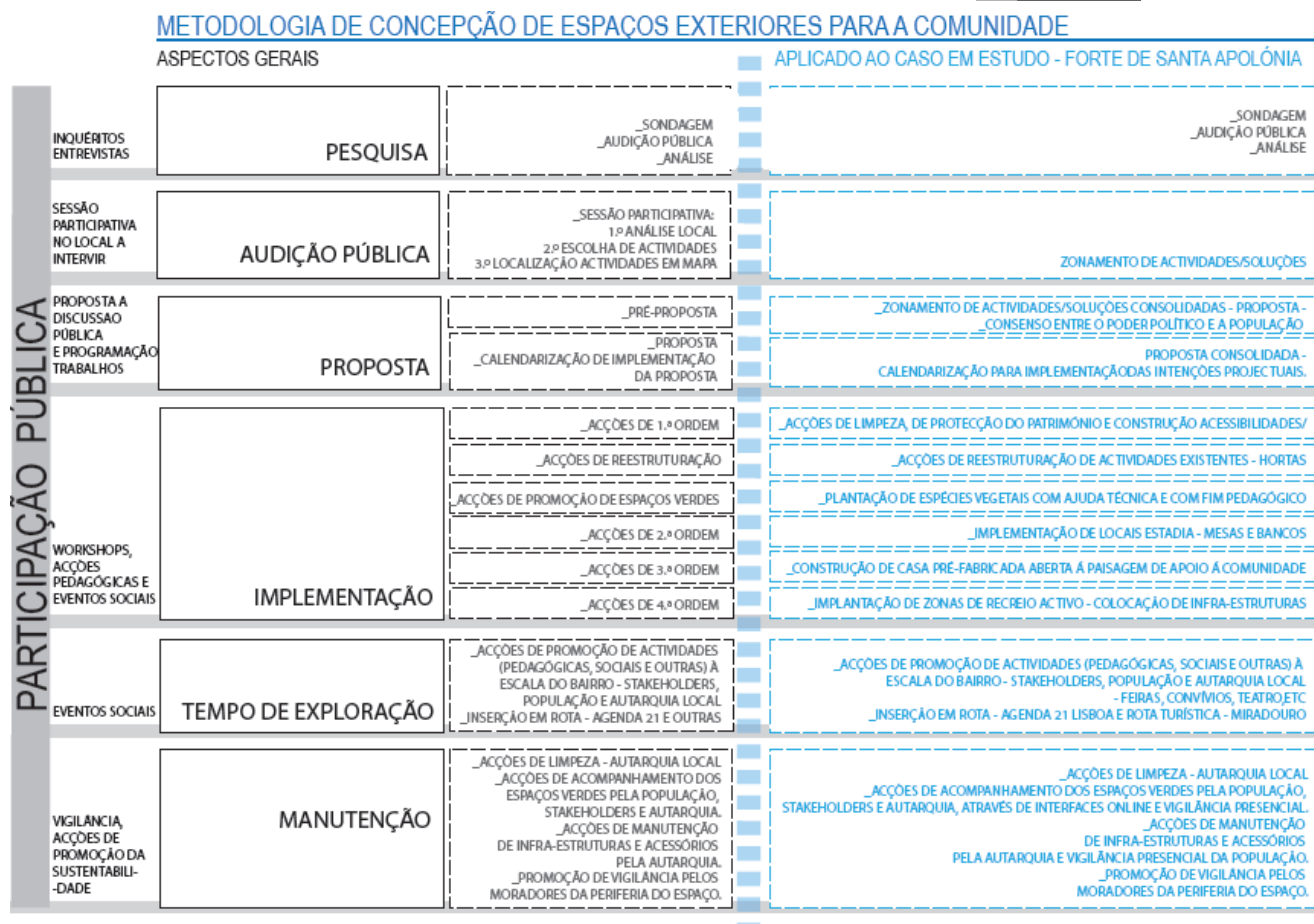
PROPOSTA

A proposta para este trabalho resulta numa metodologia para conceção de espaços exteriores para a comunidade, acompanhada de peças desenhadas aplicadas ao espaço em estudo, o Forte de Santa Apolónia, em Lisboa. Esta metodologia teve em consideração toda a pesquisa e análise feita anteriormente, bem como a experiência profissional, de projetista e acompanhamento de construção e manutenção de obras, enquanto Arquiteta Paisagista. Foi igualmente importante o suporte do LiderA – Sistema de Avaliação da Sustentabilidade, para projectar os espaços públicos num conjunto de princípios que garantam um bom desempenho na sustentabilidade com a integração dos critérios de sustentabilidade a nível da integração local, recursos, cargas, conforto ambiental, vivência socioeconómica e uso sustentável.

Nesta metodologia estão reunidas etapas de trabalho de conceção e implementação destes espaços, que funcionam como corolário de conceção de todos os espaços exteriores para a comunidade, aplicado ao caso de estudo do Forte de Santa Apolónia, indicando uma ordem lógica de etapas, onde é explicado de que forma a participação ativa é efetuada.

Numa fase final da concretização da proposta metodológica, esta teve a validação do Dr. Valter Ferreira, chefe de divisão na Câmara Municipal de Lisboa, responsável pela *Agenda 21*, com o intuito de resultar numa proposta fidedigna⁹¹ e de possível aplicação no contexto da iniciativa da *Agenda 21 – Bairros 21*, em Lisboa.

⁹¹ Conversa informal em arquivo pessoal com o Dr. Valter Ferreira, Câmara Municipal de Lisboa (20-05-2013).



Do lado esquerdo, a cor cinza, está representada a metodologia geral para os espaços exteriores para a comunidade, e do lado direito, a cor azul, a metodologia aplicada ao caso concreto em estudo (ver metodologia no Anexo VIII).

Fase 1

PESQUISA

_SONDAGEM: A sondagem é um trabalho inicial de pesquisa de informação sobre o espaço a ser intervencionado, através de informação biofísica, histórica e humana, bem como alguma recolha de opiniões para entender de uma forma geral a perspetiva das pessoas que o utilizam.

_AUDIÇÃO PÚBLICA: Nesta parte do processo deverão ser elaborados inquéritos e efetuadas entrevistas de cariz formal e informal, percebendo as necessidades da população, e as intenções projectuais da autarquia. Este passo é comum a todos os espaços em que esta metodologia seja aplicada. Na aplicação ao caso de estudo do Forte de Santa Apolónia, foram elaborados inquéritos na reunião descentralizada da Câmara Municipal de Lisboa, da Junta de Freguesia de S. João, e entrevistas à autarquia, nomeadamente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João, e Chefe de Divisão de Inovação, Organizacional e Participação, bem como a alguns técnicos com

experiência na temática do ambiente e espaços verdes locais, como foi o caso do responsável pelos espaços verdes na Junta de Freguesia de S. João, o Sr. Manuel Ferreira, e a responsável pela a *Agenda 21* na Câmara Municipal de Oeiras, a Eng.^a Cristina Garrett.

_ANÁLISE: Efetuada a sondagem e audição pública, é necessário reunir e analisar a informação recolhida, elaborando assim uma estratégia de abordagem para a fase 2 da metodologia, que se trata da audição pública com um contacto direto e decisivo ao nível do planeamento.

Fase 2

AUDIÇÃO PÚBLICA

_SESSÃO PARTICIPATIVA: Esta fase é o primeiro passo de criação de laços entre os utilizadores do espaço. Pretende-se auscultar a população no local em estudo, com o intuito de tornar transparente o processo de planeamento, bem como fazer com que a população seja parte integrante deste processo, criando, desde logo, a coresponsabilização pelo espaço em estudo, e a consolidação de laços entre os utilizadores e com o espaço. Assim irá resultar desta sessão um zonamento de atividades ou soluções em mapa, que servirão de base para a construção de uma proposta para o local.

1.º ANÁLISE AO LOCAL: Com a informação reunida da Fase 1, chegou-se ao seguinte mapa:

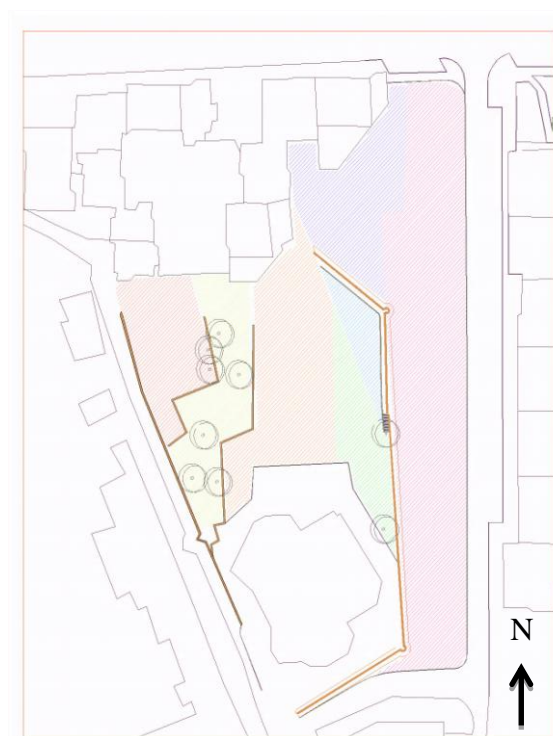


Figura 39 - Esquema elaborado em AutoCad do zonamento proposto para o caso em estudo. Elaborado pela autora Joana Marques.

A separação das diferentes cores deste esquema resultam da sobreposição dos diferentes mapas com informação biofísica e dados humanos levantados no local. Com este mapa como base de trabalho, deu-se início à sessão participativa, nomeadamente a análise do espaço no local, onde foi pedido aos participantes que identificassem problemas e valores reconhecidos no espaço. Como já havia sido referido anteriormente no tópico da sessão participativa, os valores reconhecidos foram: história local e periferia;

- Potencial turístico;
- Proximidade habitacional;
- Paisagem – vista privilegiada para o rio Tejo;
- Ar livre (espaço exterior);
- Localização – centro histórico.

Relativamente aos problemas:

- Espaço abandonado;
- Degradação ambiental;
- Desvalorização social;
- Desconhecimento da história local;
- Limpeza urbana inexistente, o que leva à proliferação de infestantes e de animais indesejados;
- Edificações circundantes criam uma sensação de clausura e de favorecimento de práticas de exclusão social.

2.º ESCOLHA DE ACTIVIDADES: Antes de passar para esta fase são analisados os resultados e é explicado que a 2.ª ação, é a escolha de atividades ou soluções que possam contornar os problemas e potenciar os valores reconhecidos. É fornecida uma série de atividades e soluções e é pedido que seja numerado por ordem crescente de prioridade essas atividades/soluções. O resultado foi – um jardim com todas as atividades. Embora seja uma resposta subjetiva, a preocupação por todos os utilizadores encontra-se bem patente.

3.º LOCALIZAÇÃO ATIVIDADES EM MAPA: Nesta última etapa da sessão participativa, a ideia é que os participantes assumam o papel de “planeadores” no sentido de suscitar a discussão sobre as melhores soluções para o espaço a intervencionar, e que façam ligar o número das atividades/soluções (correspondência) com a localização em mapa. Desta forma procura-se demonstrar a importância da transparência do processo de planeamento. Como resultado desta etapa verificou-se o reconhecimento da dificuldade desta fase por parte dos participantes, mostrando-se no geral sem opinião e identificando que não seria um trabalho que lhes competia. No entanto, o facto de os participantes sentirem que tiveram uma opinião válida no processo de planeamento levou a um bom entendimento com a componente projetista e dirigente, mostrando vontade de continuar a participar, e responsabilização pelo espaço.

Fase 3

PROPOSTA

Na fase da proposta, esta será dividida em duas partes: uma primeira parte em que se pretende apresentar uma pré-proposta de acordo com o zonamento resultante da sessão participativa para que esta reúna o consenso entre o poder político e a população, onde se possam fazer alguns ajustes finais, e uma segunda parte, em que já estando concluída a proposta, será apresentada à população para consolidação dos pressupostos da proposta e sugerir uma calendarização para implementação da proposta (ver Anexo IX).

_PRÉ-PROPOSTA: A pré-proposta é a compilação da informação recolhida na sessão participativa, com um zonamento detalhado apresentado como Estudo Prévio, onde são descritas as intenções de planeamento para o espaço.

DESENHO – INSPIRAÇÃO – CONCEPÇÃO

O traçado do desenho para esta proposta foi rectilíneo, buscando inspiração na rede de fortificações portuguesas, mantendo-se fiel às características do desenho original deste espaço, e afirmando as linhas fortes que o Baluarte transparece. Mais que o traçado do desenho, houve um arranjo arquitetónico de modo a aferir todas as problemáticas existentes neste espaço, apostando em boas e inclusivas acessibilidades, espaços para estadia passiva e ativa, zonas de miradouro, e de hortas.

Todas estas atividades auferem as necessidades apontadas pela população, em inquérito e sessão participativa, bem como, os ideais dos dirigentes.

É fundamental nesta proposta, uma aposta na proteção do património existente, na criação de condições para tornar o espaço público sustentável, seguindo o sistema *LiderA*⁹² que assenta num conjunto de princípios para garantir um bom desempenho na sustentabilidade, onde o foco principal são os utilizadores, promovendo um espaço inclusivo, com reduzidas cargas ambientais e procurando-se dinamizar as vivências socioeconómicas. No que concerne ao primeiro requisito, teve-se em consideração o menor uso possível de fundações para evitar interferências na estrutura original do Forte. Relativamente aos princípios da sustentabilidade, procurou-se privilegiar a plantação de espécies arbóreas e vegetais naturais, autóctones e xerófitas, que são pouco exigentes de recursos hídricos, e que também poderão funcionar para dirimir as vistas indesejadas, bem como dar textura, cor ao espaço, sendo a acessibilidade para todos uma orientação de base.

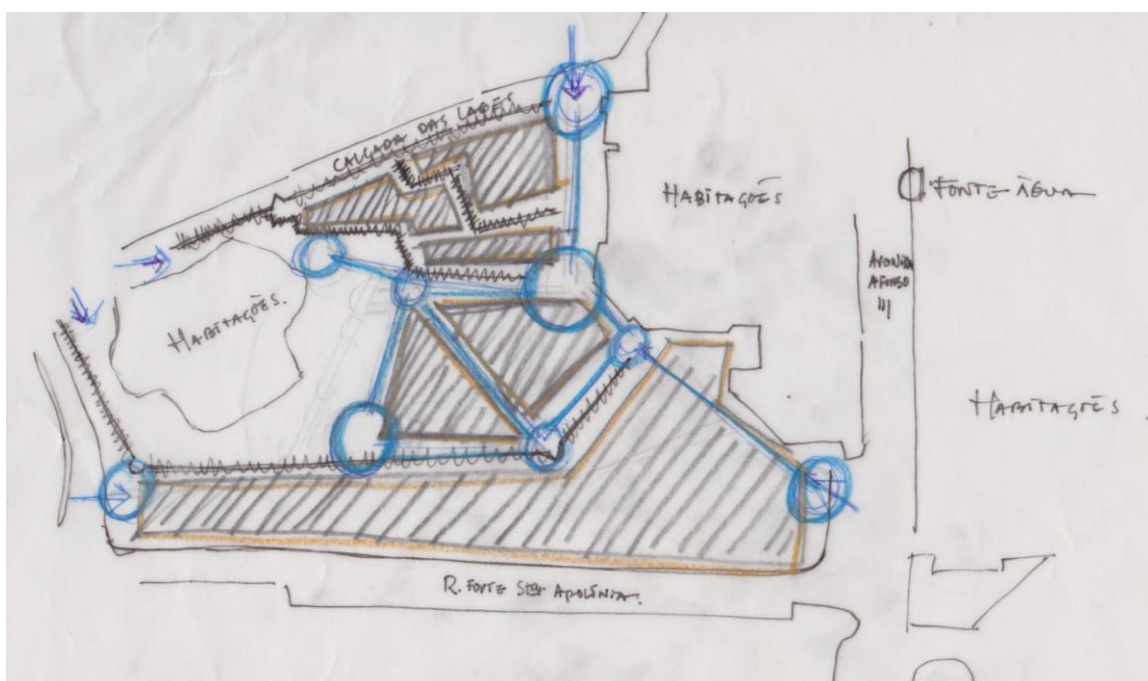


Figura 40 - Figura do estudo do espaço: Acessibilidades, orientações, usos e pontos de vista de maior amplitude visual.

⁹² PINHEIRO, Manuel Duarte, (2013). Curso de aplicação da norma de sustentabilidade do sistema lidera nos hotéis – acreditação de assessores. Associação para a formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitectura. Lisboa

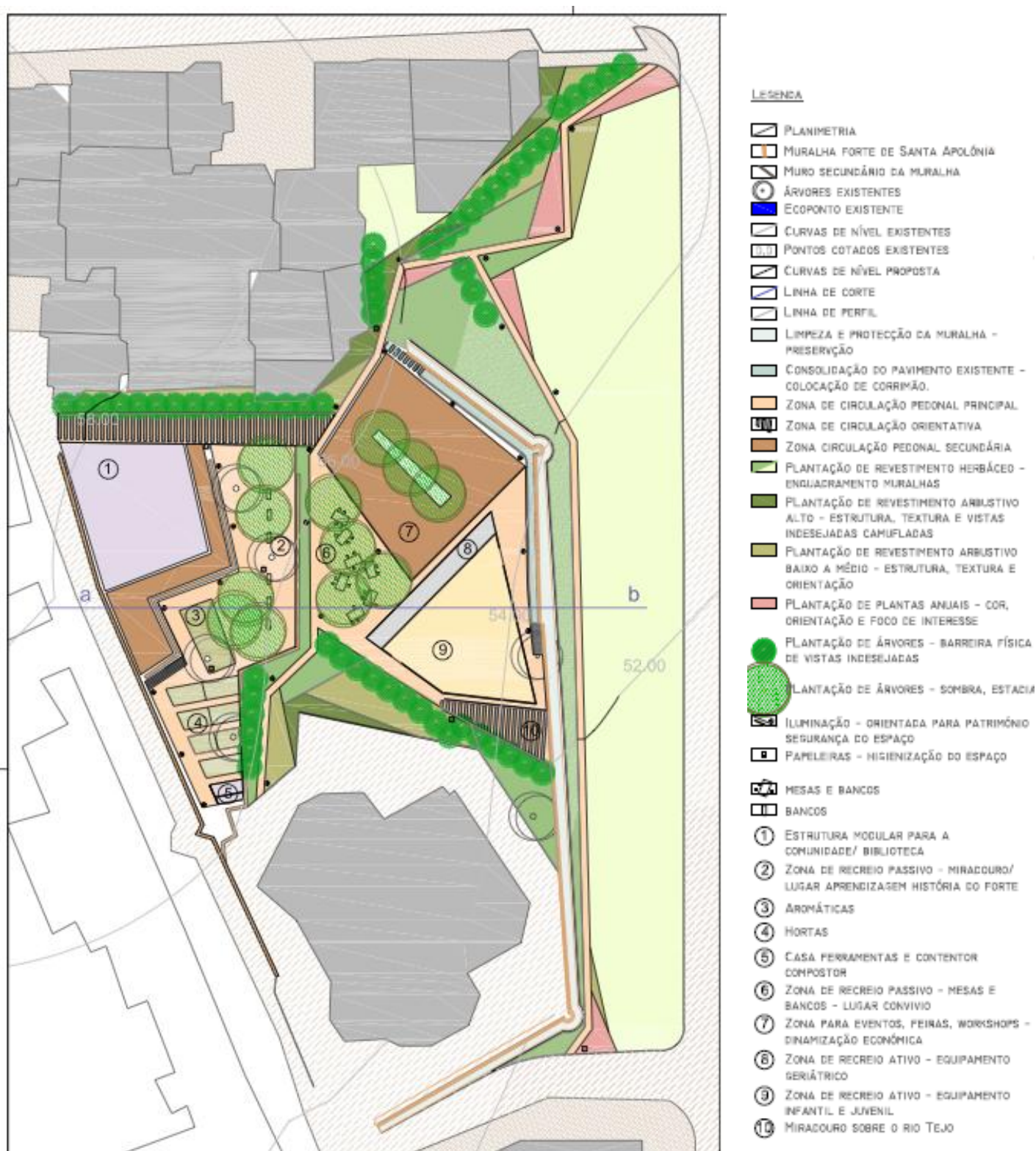


Figura 41 - Figura da proposta (em Anexo IX) relativo à proposta geral. Proposta elaborada em AutoCad pela autora Joana Marques.

ACESSIBILIDADES

Todas as acessibilidades foram planeadas e desenhadas para todos os utilizadores, onde se distinguiram dois tipos: Caminho de circulação por todo o espaço, e pontos de interesse marcados por diferenciação de pavimento, indicando acessos importantes, zona de miradouro e vista para a muralha frontal do Forte. Estas acessibilidades tiveram em consideração também os rastros existentes deixados no terreno pelos utilizadores, que são uma indicação sobre os trajetos mais efetuados por quem os utiliza. Potenciaram-se todos os pontos de maior amplitude visual, pelo planeamento de implantação de locais de estadia e sinalética informativa sobre a história local, e reorganizaram-se todas as atividades existentes, as hortas num local mais reservado, e não tão de destaque, como o que existe atualmente.

Teve-se ainda em consideração, no Quadro 1 – Sistema *LiderA*⁹³, orientações e aplicação em cada fase do ciclo de vida, na vertente Vivência Socioeconómica, na área Acesso Para Todos - critério Acesso aos Transportes Públicos, Mobilidade de Baixo Impacte, e Soluções Inclusivas. O critério Acesso aos Transportes Públicos, prevê a importância do acesso à rede de transportes públicos da cidade, que neste caso específico do Forte fica localizada a cerca de 200m (paragem de autocarros da Carris – Avenida Afonso III). O critério Mobilidade de Baixo Impacte, pretende a promoção de percursos pedonais e ciclovias, que porventura, se realizarão diariamente, entre outras soluções. Os percursos pedonais foram previstos para uma boa circulação dentro do espaço, e as ciclovias já estão programadas no PDM 2012 e fazem parte, neste caso, da Av. Afonso III. Por último o critério Soluções Inclusivas, preocupa-se com a redução de locais com potenciais problemas de acessibilidade, movimentação e a identificação de soluções adotadas, com vista a sua redução. Para o local em estudo, deverá haver a preocupação com os declives, de forma a que estes sejam inferiores a 6 %, para uma melhor mobilidade, e o pavimento será o mais liso possível, evitando qualquer obstáculo para pessoas com mobilidade reduzida.

PAVIMENTOS

Relativamente aos pavimentos é relevante considerar no Quadro 1 – Sistema *LiderA*, orientações e aplicação em cada fase do ciclo de vida, na vertente Recursos - área Materiais, 3 critérios

⁹³ PINHEIRO, Manuel Duarte, (2013). Curso de aplicação da norma de sustentabilidade do sistema lidera nos hotéis – acreditação de assessores. Associação para a formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitectura. Lisboa

fundamentais: Durabilidade, planeando com materiais duráveis de modo a que o seu tempo de vida seja longo, bem como potenciar a sua conservação e manutenção; Materiais/produtos nacionais locais, projetando com produtos nacionais e de preferência produzidos dentro de um perímetro de 100 km; e Materiais de baixo impacte, utilizando materiais certificados ambientalmente, reciclados e/ou renováveis.

ESTRATO ARBÓREO

O estrato arbóreo deverá ser escolhido de acordo com a função que se pretende. Ao longo de percursos pedonais é pretendido que algumas árvores de folha persistente com o intuito de funcionarem como barreiras verdes e dirimirem as vistas indesejadas, e ao mesmo tempo, encaminhar o utilizador para as zonas de atividades no centro do espaço. Para as zonas de estadia, prevêem-se a plantação de árvores de folha caduca para um bom ensombramento no verão, e colorações que variem com as estações do ano, tornando o espaço mais apelativo.

ESTRATO ARBUSTIVO

No planeamento do estrato arbustivo pretende-se que seja feito uso das diferentes alturas, cores, texturas para marcar zonas de entrada, e encaminhar o utilizador para zonas de mais interesse.

RELVADO

Nas zonas de maior declive e com maior amplitude visual para a muralha frontal do Baluarte, é aconselhado o uso de relvado com o intuito de dignificar toda uma zona de grande exposição para o Forte. Deverá também fazer-se uso do relvado dentro da muralha do forte, nas zonas de patamares e pequenas muralhas internas, criando a sensação de amplitude, realçando assim, as infraestruturas patrimoniais.

Estes dois estratos, e o relvado vão de encontro com a vertente Integração Local - área Ecossistemas, critério Valorização ecológica, e Interligação de habitats, do Quadro 1 - Sistema *Lider*⁹⁴A, orientações e aplicação em cada fase do ciclo de vida, e ainda área Património e Paisagem com os critérios Integração Paisagística e proteção e Valorização do Património. Estes

⁹⁴ PINHEIRO, Manuel Duarte, (2013). Curso de aplicação da norma de sustentabilidade do sistema lidera nos hotéis – acreditação de assessores. Associação para a formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitectura. Lisboa

critérios deverão ser respeitados e potenciados, uma vez que apregoam como boas práticas: o desenvolvimento e potenciação do valor ecológico local; a promoção e a continuidade da estrutura verde envolvente; a fomentação de integração paisagística; e assegurar, a proteção patrimonial.

EQUIPAMENTOS – SINALÉTICA – ACESSÓRIOS

Para todos os equipamentos, sinalética e acessórios existem algumas preocupações, se são inclusivos, a durabilidade dos materiais, o seu impacto no ambiente, e interação social. Estas preocupações deverão ser consideradas, e arrançadas soluções. Relativamente aos materiais, já foi referido em cima nos pavimentos os critérios que se deverão considerar no Quadro 1 do Sistema *LiderA*. No entanto, relativamente à interação social, localizada no Quadro 1⁹⁵ - Sistema *LiderA*, orientações e aplicação em cada fase do ciclo de vida, vertente Vivência Socioeconómica - área Amenidades e Interação Social, potenciar intervenções que permitam a integração e acessibilidade da comunidade ao empreendimento, como por exemplo tornar possível a não residentes, o usufruto de espaços exteriores naturais de lazer e/ou desporto, destinados a qualquer faixa etária.

ILUMINAÇÃO

Para a escolha das luminárias para este espaço exterior é importante seguir como corolário, o Quadro 1 - Sistema *LiderA*, orientações e aplicação em cada fase do ciclo de vida, vertente Recursos, área Energia e Critérios Desempenho Energético, Desenho Passivo, e Intensidade em Carbono. Deverá ser cumprida a lei em vigor da Certificação Energética, de preferência com classes mais eficientes, nomeadamente A e A+. Sempre que possível também deverão ser adotadas boas práticas bioclimáticas e de desempenho solar passivo, para o verão e inverno, e deverá ainda ser potenciado a redução de nível de emissões de CO₂ a partir de fontes de energia renováveis.

⁹⁵ PINHEIRO, Manuel Duarte, (2013). Curso de aplicação da norma de sustentabilidade do sistema lidera nos hotéis – acreditação de assessores. Associação para a formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitectura. Lisboa

ESQUIÇOS - ZONAMENTO

Prevê-se a construção de um local para a comunidade/biblioteca para que este possa ser um lugar de convívio e troca de saberes entre gerações.

Todas as ações de recreio ativo e passivo foram previstas para a zona central do Forte, de acordo com o obtido na sessão participativa no dia 1 de Maio de 2013, propondo uma zona para eventos: feiras, exposições, workshops; uma zona com mesas e bancos para convívio, com vista sobre o rio Tejo; outra área pensada para os mais idosos, com equipamentos geriátricos e sinalética inclusiva; e, por ultimo, um local para os mais novos, com um equipamento infantil-juvenil que dispõe de acesso a cadeira de rodas (ver Anexo IX).

1. Local Comunidade/ Biblioteca (Perspetiva)

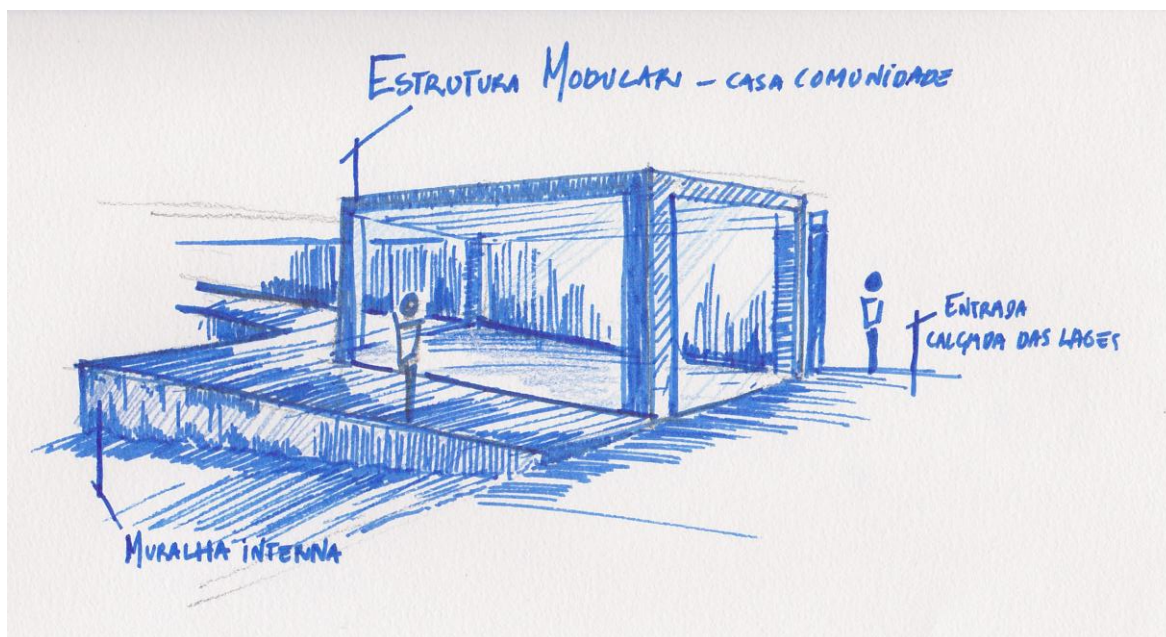


Figura 42 - Esquícios a marcador preto sobre o local comunidade/Biblioteca, elaborado pela autora Joana Marques

Situado numa das principais entradas ao espaço do Forte, é pretendido fazer uso de uma estrutura modular que funcione como uma zona de receção aos utilizadores, onde a comunidade possa interagir intelectualmente, através de troca de livros, sabedoria, experiência, e que sobretudo aja uma troca intergeracional contribuindo para um enriquecimento cultural da comunidade.

2. Zona de estadia e lugar informativo sobre a história local

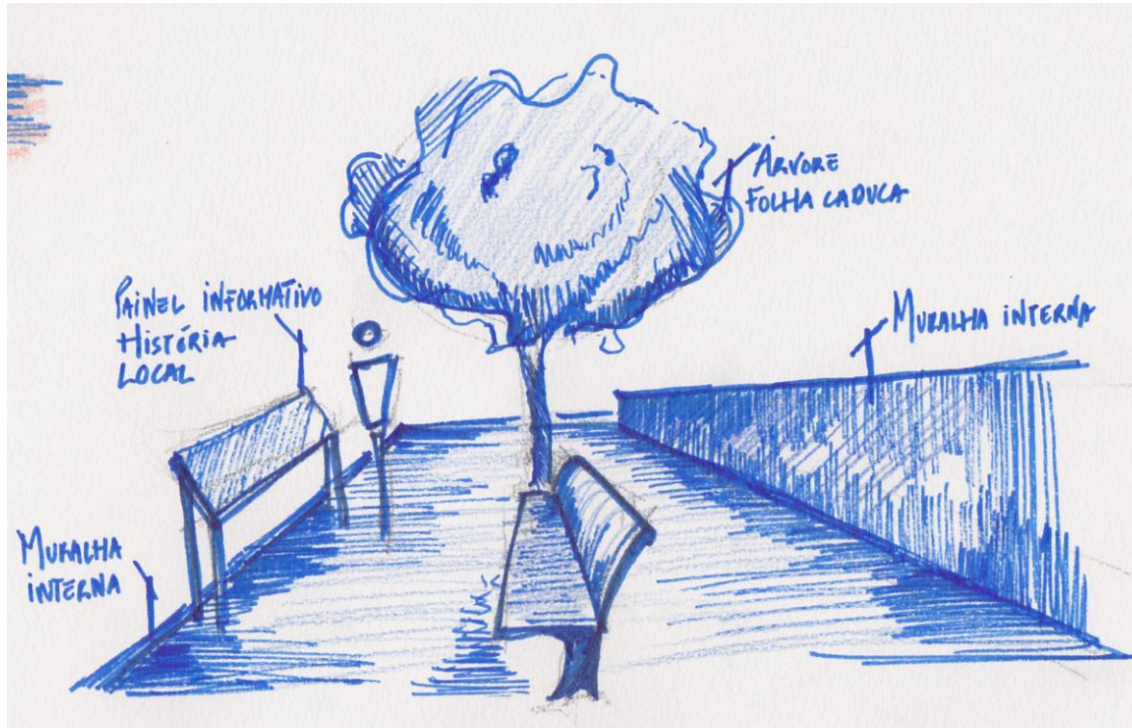


Figura 43 - Esqueto a marcador preto sobre a zona de estadia e lugar informativo da história local. Esqueto elaborado pela autora Joana Marques

Constituído por dois patamares, este Baluarte possui de uma vista excecional sobre o rio Tejo, e é neste patamar que se pretende implantar uma zona de estadia passiva com vista para o rio e com um equipamento inclusivo que informe o utilizador sobre a história e memórias deste património.

2. , 4. e 5. Zona de aromáticas, hortas, casa ferramentas e contentor compostor

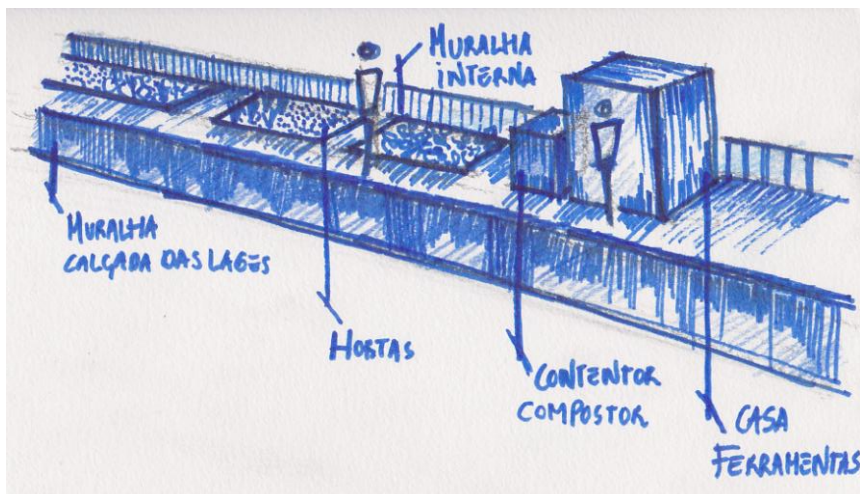


Figura 44 - Esqueto a marcador preto sobre a zona de hortas. Esqueto elaborado pela autora Joana Marques

Esta zona faz parte de uma área do Forte mais discreta e recôndita, onde pela sua localização com sol e sombra, bem como disponibilidade de água, através de linha de água subterrânea, adequou-se a implantação de hortas, com produtos agrícolas e aromáticas e de forma a não se contaminar as águas subterrâneas, e onde será incentivado a prática da reciclagem orgânica com o utilizador de um compostor. A escolha da plantação de hortas deve-se ao facto de elas já existirem no espaço, dando assim continuidade criando talhões organizados com informação sobre as espécies melhores a plantar. As aromáticas são essenciais na luta biológica pois funcionam como limitadores naturais de pragas e doenças, bem como na ajuda à fomentação de algumas espécies faunísticas, criando biodiversidade local.

6. Zona de convívio, estadia e vista sobre o, rio Tejo.

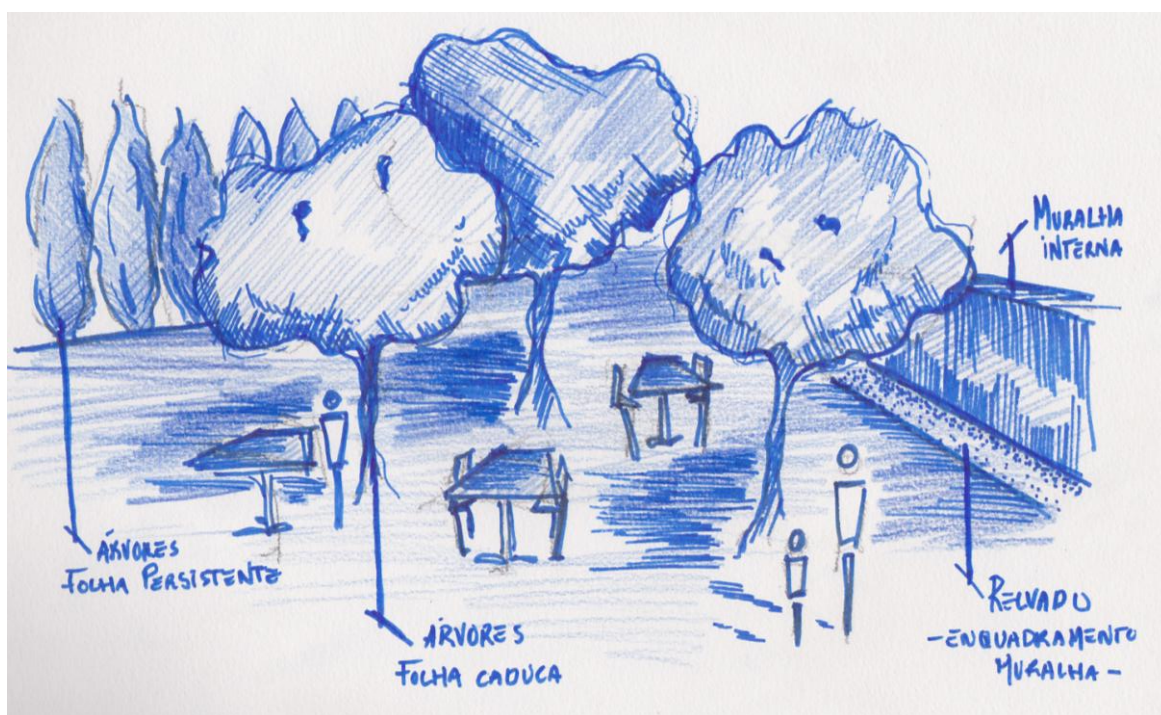


Figura 45 - Esquízo a marcador preto sobre a zona de convívio, estadia e vista sobre o Rio Tejo. Esquízo elaborado pela autora Joana Marques.

Para esta área é pretendida a plantação estratégica de árvores de folha caduca que forneçam o ensombramento necessário para o convívio dos participantes. Esta é uma zona mais ampla com vista sobre grande parte do espaço, onde poderá funcionar como zona de refeições, zona de jogos, ou simplesmente descanso e apreciação de toda a paisagem que rodeia e que constitui uma amenidade a preservar e valorizar.

7. Zona de eventos: feiras, exposições, workshops.

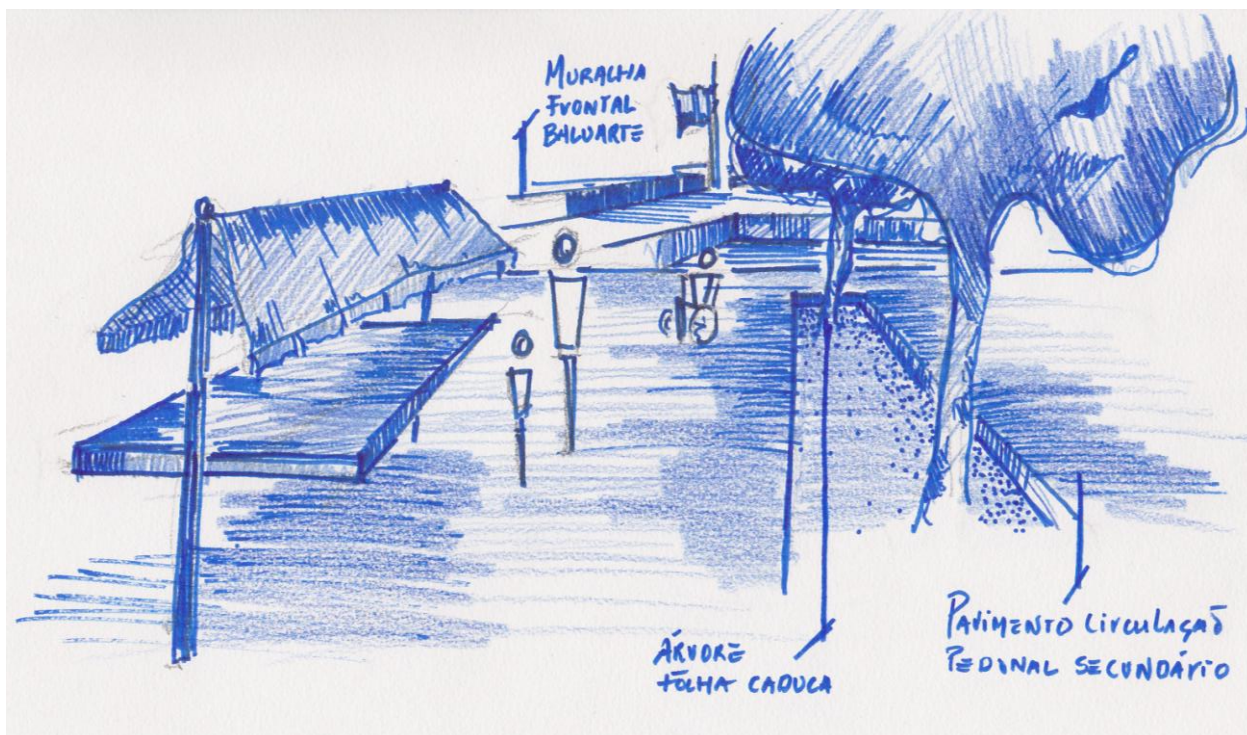


Figura 46 - Esqueto a marcador preto sobre a zona de eventos. Esqueto elaborado pela autora Joana Marques.

A chamada zona de eventos, é uma área onde a dimensão económica da sustentabilidade tenha um papel mais ativo, ou seja, uma zona dinâmica onde poderão ser realizadas feiras, workshops, exposições, entre outros, envolvendo os empresários locais na corresponsabilização e dinamização económica deste espaço.

8. Zona de equipamentos geriátricos

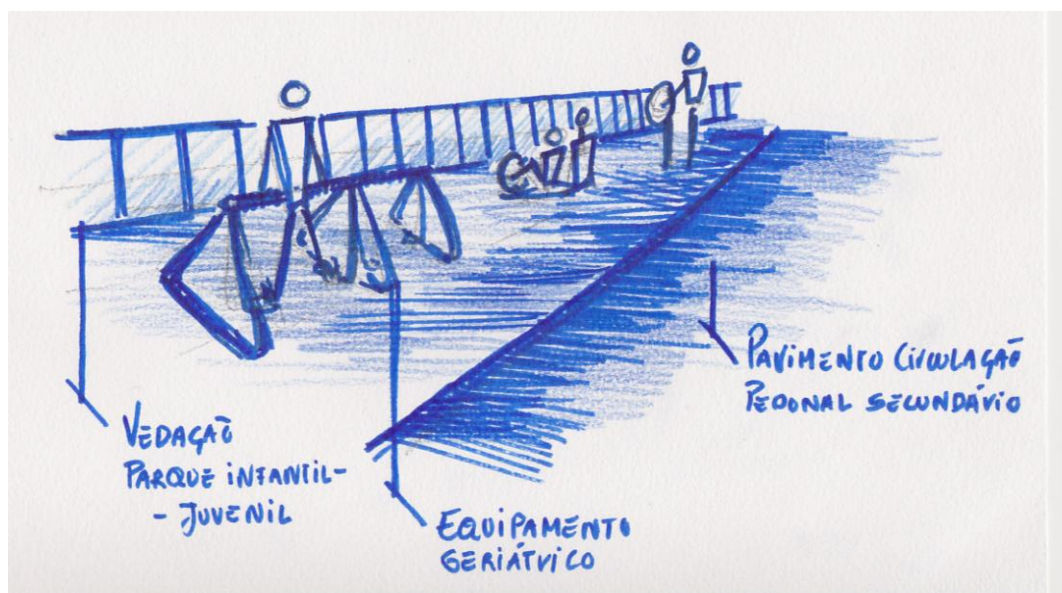


Figura 47 - Esqueto a marcador preto sobre a zona de equipamentos geriátricos. Esqueto elaborado pela autora Joana Marques.

9. Zona de equipamento infantil-juvenil.

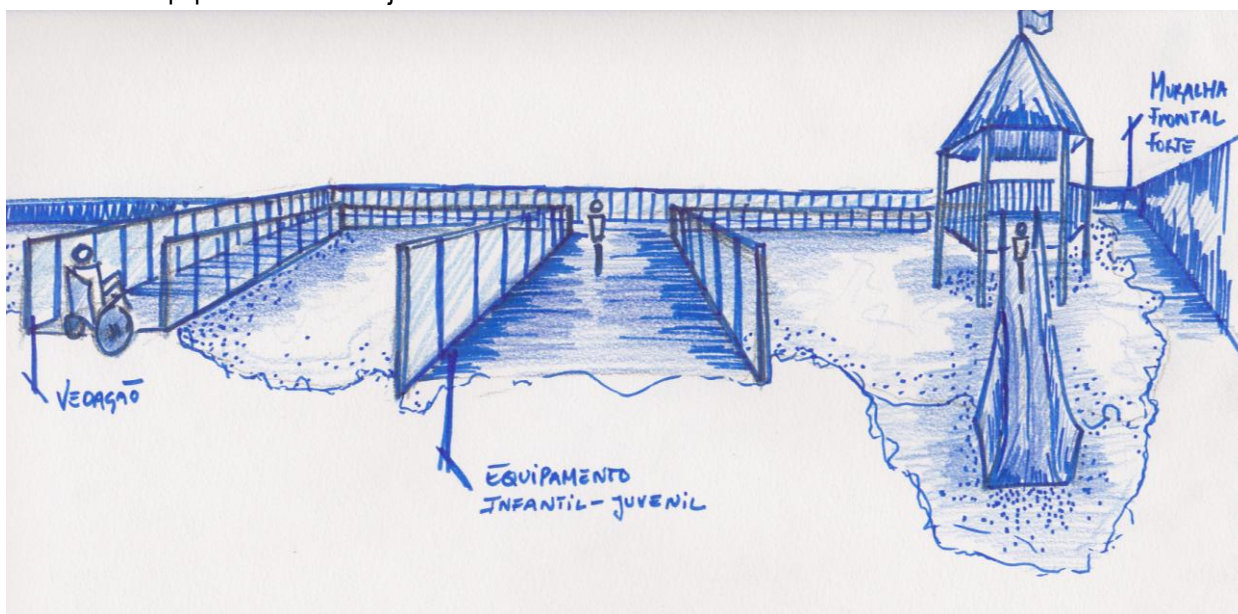


Figura 48 - Esquízo a marcador preto sobre a zona de equipamento infantil-juvenil. Esquízo elaborado pela autora Joana Marques.

A implementação de equipamento geriátrico, juvenil e infantil, faz parte do processo planeamento inclusivo deste espaço. Todos estes equipamentos deverão ter uma preocupação ambiental, ao nível do ciclo de vida dos materiais, e social, na medida em que as dimensões e acessibilidades dos equipamentos deverão ser atingíveis a todos os utilizadores.

10. Miradouro sobre o Rio Tejo

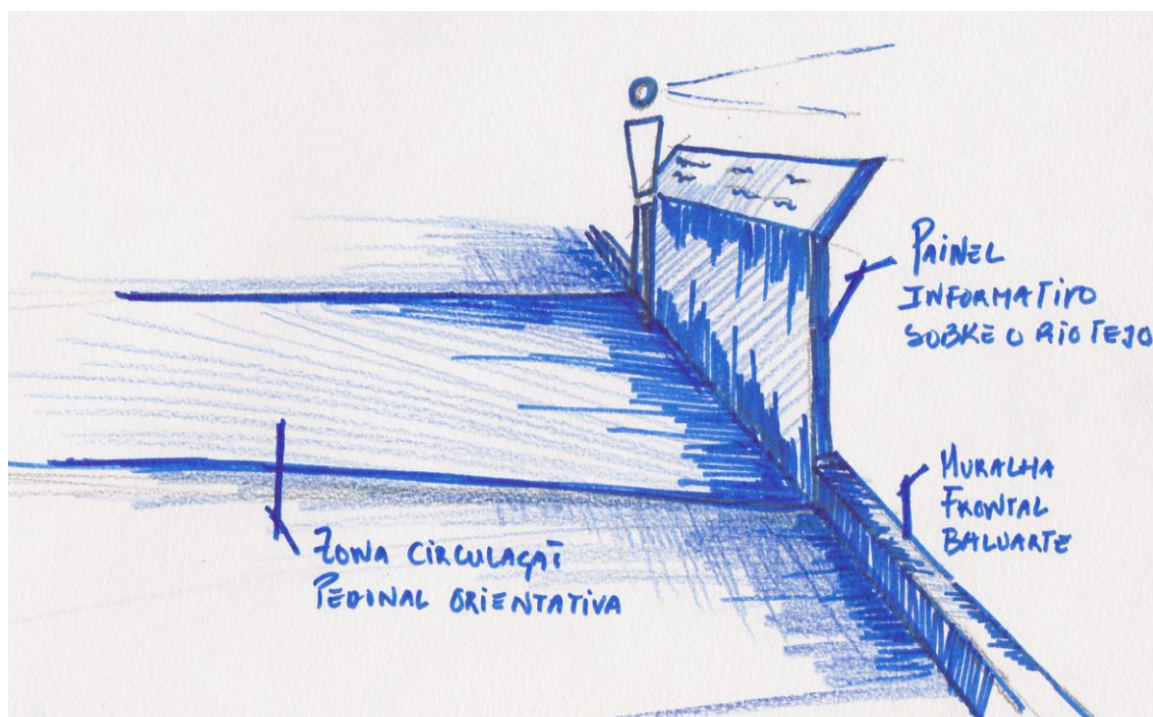


Figura 49 - Esquízo a marcador preto sobre o Miradouro para o Rio Tejo. Esquízo elaborado pela autora Joana Marques.

No ponto com maior amplitude visual sobre o rio Tejo, pretende-se criar um miradouro com equipamento de visibilidade e informação sobre o rio, bem como uma explicação histórica da rede de Baluartes, em que o Forte de Santa Apolónia se encontra inserido.

Por fim esta pré-proposta deverá ser apresentada ao dirigente autárquico para aprovação, avançando assim para uma proposta consolidada.

Este trabalho de mestrado foi testado e avançado até esta fase, pelo carácter académico, e pela a confirmação de que não irá ser avançada uma proposta formal. No entanto foram planeadas e previstas as restantes fases desta metodologia, que se pensa ser a melhor solução para a conceção de espaços de exterior.

_PROPOSTA: A proposta consolidada, é apresentada com alguma pormenorização, depois de ter sido aprovado pelo dirigente autárquico. Esta proposta deverá ser apresentada aos utilizadores em uma outra sessão participativa, com o intuito de ligar as intenções projetuais abordadas na sessão participativa anterior com a proposta, obtendo a aprovação da população.

_CALENDARIZAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA: Com obtenção de validação da proposta por parte dos utilizadores será proposto uma calendarização para implementação desta proposta, tornando transparente todo o processo e envolvendo os utilizadores, dirigentes, e empresários locais nestes trabalhos, com o intuito de criação de ligação emocional ao espaço, e com as pessoas que o visitam.

Fase 4

IMPLEMENTAÇÃO

Na 4ª fase, são apresentadas seis subfases que indicam uma ordem de implementação da proposta. Esta ordem tem em consideração todas as ações que são essenciais e obrigatórias, para que, se por alguma razão, a proposta tiver que parar numa destas subfases, o espaço se encontre digno de visita. São referidas ações de 1.ª a 4ª ordem, que fazem parte das ações fundamentais, ou não referidas anteriormente.

A participação ativa nesta fase pretende, envolver de forma indireta a população, para que possam acompanhar os trabalhos a serem realizados pelos técnicos de uma forma em que possam fazer

parte dos trabalhos, através de eventos sociais, ou *workshops*, tornando sempre o envolvimento da população num facto essencial, e para que a coresponsabilização e a ligação sentimental das pessoas ao espaço não se perca no processo. Esta organização e calendarização de um plano estratégico para implementação deverão cumprir com o Quadro 1 – Sistema LiderA⁹⁶, Orientações e Aplicação em cada Fase do Ciclo de Vida (vertente Vivência Socioeconómica, área Participação e controlo, critério Condições de participação e governância), que especifica a importância em definir um plano estratégico para a troca alargada de informação entre os responsáveis por esta implementação e os utilizadores, através de reuniões periódicas em cada fase.

_ACÇÕES DE PRIMEIRA ORDEM:

As ações de 1.^a ordem dizem respeito às ações de limpeza, de proteção do património e de construção de acessibilidades, garantindo que numa fase inicial da implementação da proposta, o espaço esteja digno de ser visitado. Nesta fase terá, também lugar, a colocação de todos os acessórios necessários para a manutenção da limpeza e segurança do espaço, como a colocação de iluminação eficiente e contentores de recolha indiferenciada e seletiva, como papeleiras (ver Anexo X);

_ACÇÕES DE RESTRUTURAÇÃO:

Ações de reestruturação, são aquelas que pretendem readaptar as atividades ou soluções existentes, à nova proposta, e no caso do Forte de Santa Apolónia, as hortas urbanas que se destacam deverão ser organizadas para um melhor aproveitamento do espaço, como se pode visualizar nas peças desenhadas e nos esboços propostos. Deverá ainda ser previsto, no caso das hortas a implementação de contentor de composto e uma casa de ferramentas a partilhar pelos utilizadores que e coresponsabilizarão pela manutenção destas (ver Anexo X);

_ACÇÕES DE PROMOÇÃO DE ESPAÇOS VERDES:

Relativamente às ações de promoção sustentável dos espaços verdes, estas deverão fazer parte de um evento social com objetivo informativo, que com a participação de técnicos especializados, promoverão uma iniciativa de plantação conjunta de espécies vegetais autóctones e xerófitas, para que não só se torne o espaço mais apetecível de se visitar, como também a comunidade deverá

⁹⁶ PINHEIRO, Manuel Duarte, (2013). Curso de aplicação da norma de sustentabilidade do sistema lidera nos hotéis – acreditação de assessores. Associação para a formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitectura. Lisboa

tomar conhecimento de como e porquê deverá ser feita a plantação destas espécies, e de que medidas serão necessárias para os estágios iniciais de manutenção destas, fazendo desde logo a proximidade com os participantes criando o compromisso de vigilância do desenvolvimento destas espécies (ver Anexo X);

_ACÇÕES DE SEGUNDA ORDEM:

As ações de 2.^a ordem, definem a implementação dos locais de estadia passiva, como bancos e mesas, garantindo a permanência da população no espaço, para que possam usufruir deste. A seleção dos materiais para todos os equipamentos e acessórios, deverão ter em consideração o ciclo de vida dos materiais (ver Anexo X);

_ACÇÕES DE TERCEIRA ORDEM:

No que diz respeito às ações de 3.^a ordem, estas definem a construção de um espaço, de preferência modular e seguindo as técnicas de construção sustentável, que se possa abrir à paisagem, privilegie a iluminação natural, seja construído com materiais de elevada durabilidade e de origem portuguesa e se possível certificados e que socialmente possa ser um lugar de convívio dos utilizadores. Este local terá como objetivo principal a interação da população e a criação de ajuda mútua, onde se possa depositar livros para empréstimo, e onde se possam ensinar mutuamente e partilhar memórias e experiências, reforçando-se os laços sociais. É pretendido que na inauguração deste local sejam indicadas algumas regras de uso, bem como mencionadas algumas atividades possíveis para esta, orientando a população para o objetivo primordial da construção desta. O facto de ser modular, beneficia a sua reutilização, e no caso do Forte de Santa Apolónia, não implica fundações que possam prejudicar a estrutura original do Baluarte e tenha a capacidade de se adaptar às novas utilizações que possam surgir. É pretendido que seja aberta a paisagem, para que tenha um contacto mais estreito com o ambiente que a rodeia aproveitando as amenidades locais e principalmente a vista para o rio Tejo, e que se possa adaptar as diferentes estações do ano (Ver Anexo X);

_ACÇÕES DE QUARTA ORDEM:

As ações de 4.^a ordem dizem respeito à implementação dos locais de recreio ativo, como parques infantis, geriátricos, etc. Este requer um maior investimento, mas a colocação destas infraestruturas irá certamente chamar mais utilizadores para o espaço, criando outra dinâmica na utilização do mesmo (ver Anexo X);

Fase 5

TEMPO DE EXPLORAÇÃO

O tempo de exploração refere-se às ações necessárias para dinamizar o espaço, envolvendo a população, autarquia e *stakeholders*, levando o desenvolvimento sustentável da escala do bairro à escala da cidade. Esta fase vai de encontro com as áreas, Diversidade Económica e Amenidades e Interação Social (Quadro 1 – Sistema LiderA⁹⁷, orientações e aplicação em cada fase do ciclo de vida), que deverão ser respeitadas. Estas pretendem fomentar a flexibilidade dos espaços através de várias utilizações, favorecendo condições que possam potenciar e incentivar as atividades económicas, e ainda a criação de novos empregos no espaço ou na envolvente. Para além deste estímulo económico, deverão ser potenciadas as amenidades naturais e humanas, e ainda intervenções que permitam a integração e acessibilidade da comunidade ao empreendimento.

_ACÇÕES DE PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES (PEDAGÓGICAS, SOCIAIS E OUTRAS) À ESCALA DO BAIRRO – STAKHOLDERS, POPULAÇÃO E AUTARQUIA LOCAL

Estas ações necessárias são sobretudo eventos sociais, feiras de antiguidades ou livros, por exemplo, convívios de empresas, associações ou moradores, teatros, e muito mais, que possam ter visibilidade cultural na cidade de Lisboa, apoiando um aumento de atividades económicas.

_INSERÇÃO EM ROTA – AGENDA 21 E OUTRAS

É também pretendido que este espaço seja inserido numa rota turística, e na rota da *Agenda 21*, com o intuito de, não só, ser um exemplo de espaço para as comunidades sustentáveis, mas também, um exemplo para os visitantes de fora, reforçando o conhecimento do património histórico existente no turismo de Lisboa, demonstrando preocupação por espaços “amigos do ambiente”.

⁹⁷ PINHEIRO, Manuel Duarte, (2013). Curso de aplicação da norma de sustentabilidade do sistema lidera nos hotéis – acreditação de assessores. Associação para a formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitectura. Lisboa

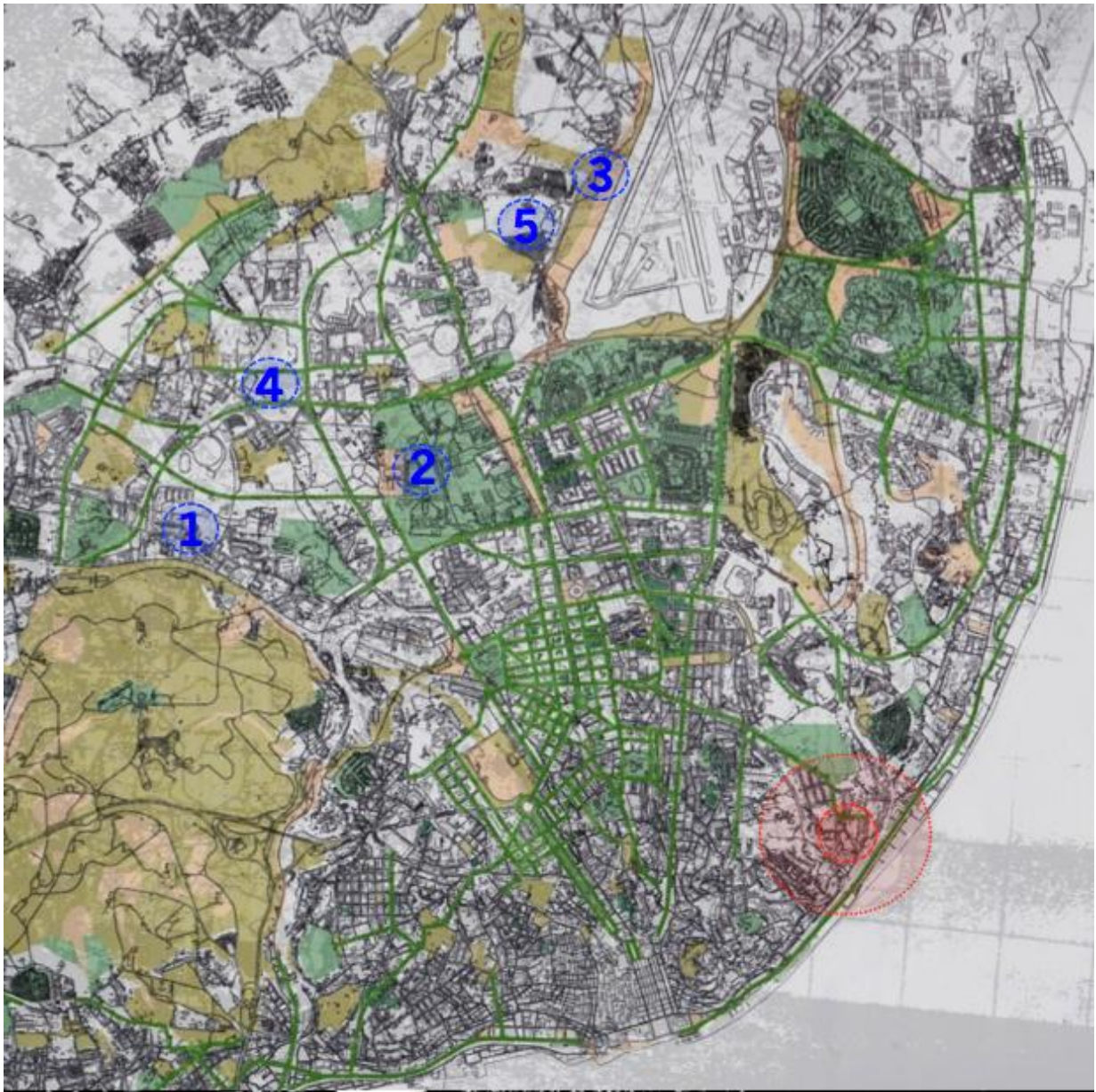


Figura 50 - Figura manipulada em Adobe Illustrator relativamente à rota agenda 21 onde sobre o mapa de sistema de corredores do PDM de 2012, localiza-se a cor azul, os locais existentes de Agenda 21 de Lisboa, com o local proposto, o Forte de Santa Apolónia. Elaborado pela autora Joana Marques.

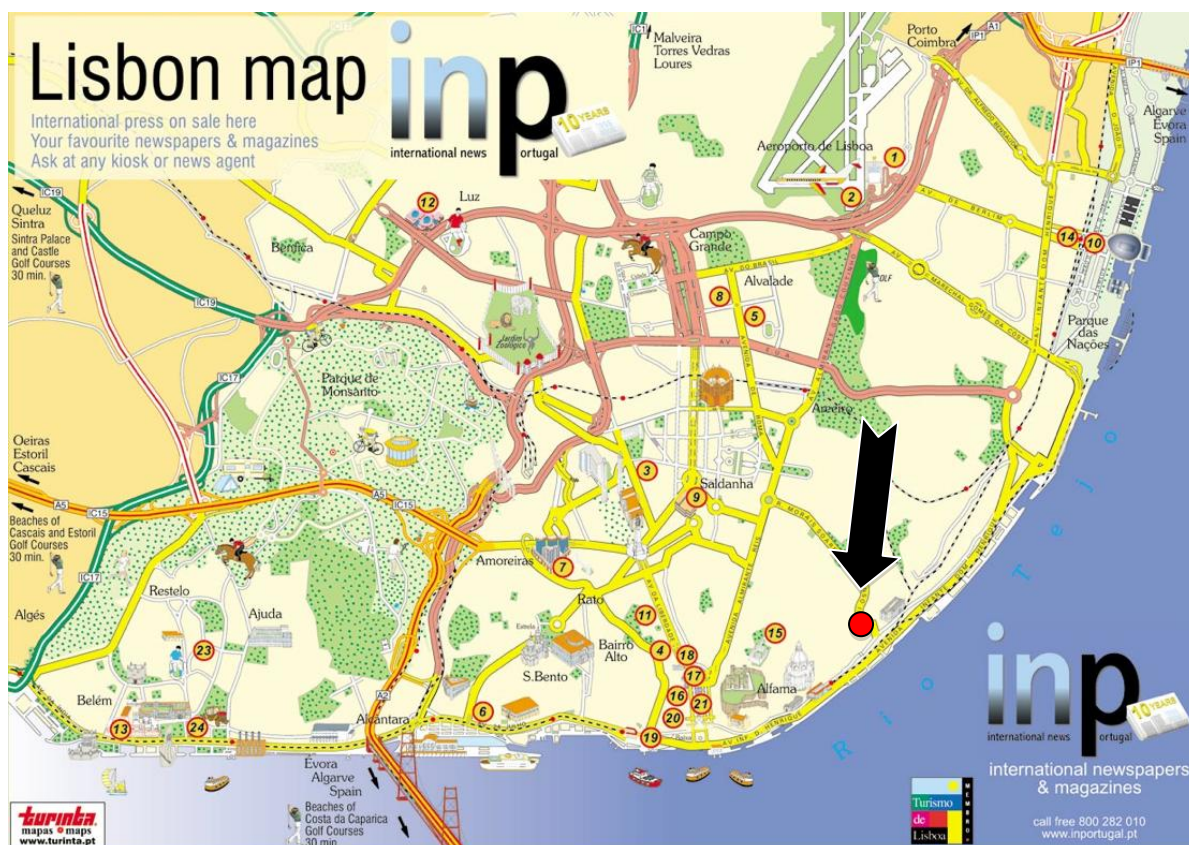


Figura 51 - Esta figura revela a possibilidade de integração do monumento do Forte de Santa Apolónia num mapa turístico, bem como a proximidade com o centro histórico. Figura retirada de <http://mapasblog.blogspot.pt/2012/03/mapas-de-lisboa-portugal.html>, e alterada em Photoshop, pela autora Joana Marques.

Fase 6

MANUTENÇÃO

A última fase é a da manutenção, sendo uma das fases mais importantes neste processo de desenvolvimento sustentável, uma vez que se pretende que este, tenha a maior longevidade possível. Deverão ser considerados para esta fase os critérios Condições de Utilização Ambiental e

Manutenção e Sistema de Gestão Ambiental, que integram o “Quadro 1 – Sistema LiderA⁹⁸, orientações e aplicação em cada fase do ciclo de vida” (vertente uso sustentável, área gestão ambiental). Estes critérios advogam a necessidade de disponibilização de informação ambiental, informação sobre utilização e manutenção de equipamentos, bem como informação sobre monitorização e desempenho, onde deverá haver formação contínua dos colaboradores para a permanência de um espaço bem mantido e organizado. Deverá existir um plano interno de auditorias e manutenção, com objetivos e metas ambientais para melhoria contínua, com uma possível implementação de sistemas de gestão ambiental, e certificação da ISO 14001⁹⁹ ou EMAS. Sistemas de *green procurement*¹⁰⁰ e abordagens de lógica de ciclo de vida.

_ACÇÕES DE LIMPEZA – AUTARQUIA LOCAL

Todas as ações de limpeza deverão ser programadas pela autarquia local, pois estas possuem de ferramentas especializadas para o efeito, no entanto, é fundamental envolver os intervenientes em ações de vigilância, onde a corresponsabilização pelo espaço vai mais além e evita uma rápida degradação e desleixo pelo espaço.

_PROMOÇÃO DE VIGILÂNCIA PELOS MORADORES DA PERIFERIA DO ESPAÇO

A vigilância da população ao espaço é essencial para afastar possíveis vandalismos, espécies mortas, más condutas de pessoas e acompanhantes de animais, etc. As ações de vigilância, deverão articular a ajuda da autarquia com a população, através da ajuda de alguma associação. Um bom exemplo é o caso de alguns reformados da cidade de Setúbal, os chamados “patrolheiros” que devidamente identificados, vigiam e ajudam na limpeza da avenida Luísa Todi para o Bem-estar social dos reformados ¹⁰¹ e privilégio da mais emblemática avenida de Setúbal.

Os moradores da periferia do espaço a ser mantido e preservado, possuem, em relação aos outros utilizadores, uma maior proximidade e visibilidade para poderem ter um papel ativo na vigilância.

⁹⁸ PINHEIRO, Manuel Duarte, (2013). Curso de aplicação da norma de sustentabilidade do sistema lidera nos hotéis – acreditação de assessores. Associação para a formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitectura. Lisboa

⁹⁹ ISO 14001: <http://www.iso.org/iso/home/standards/management-standards/iso14000.htm> (26-05-2013)

¹⁰⁰ *Green procurement*: http://ec.europa.eu/environment/gpp/index_en.htm(26-05-2013)

¹⁰¹ O SETUBALENSE , Notícias: <http://www.osetubalense.pt/noticia.asp?idEdicao=896&id=14477&idSeccao=3257&Action=noticia>. (26-05-2013)

Por isso mesmo, deverão ser envolvidos estes utilizadores para uma coresponsabilização do espaço neste sentido.

_ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO DOS ESPAÇOS VERDES PELA POPULAÇÃO STAKEHOLDERS E AUTARQUIA

Deverão também haver ações, que juntamente com o calendário de manutenção das espécies vegetais, possam integrar uma série de ações pedagógicas de gestão dos espaços verdes, por exemplo, em altura de podas, uma equipa designada pelo município poderá promover uma ação de educação ambiental junto da população, e *stakeholders* sobre as podas a efetuar no espaço.

A manutenção do espaço, bem como a plantação da vegetação, poderá fazer parte de um evento entre *stakeholders*, em que uma empresa ao organizar um dia diferente para os empregados, ajuda na preservação de um espaço útil á comunidade, ou na plantação de espécies vegetais¹⁰². Esta iniciativa começa a ser bastante comum e alivia o clima de stress e tensão que muitas vezes prolifera nas empresas.

_ACÇÕES DE MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E ACESSÓRIOS PELA AUTARQUIA.

Relativamente às infraestruturas e acessórios, esta manutenção deverá ser unicamente feita pela autarquia, pois em caso de defeito ou vandalismo, a autarquia possui os contactos com os fornecedores para ativar uma garantia, ou troca do mesmo. No entanto, a vigilância destas infraestruturas e acessórios deverá ser feita, como já foi falado pelos utilizadores, em parceria com a autarquia, promovendo sentimentos de pertença para quem os utiliza.

¹⁰² PLANTAR UMA ARVORE – Iniciativa: <http://www.plantarumaarvore.org/grupos-e-empresas.aspx>. (26-05-2013)

CONCLUSÃO

As conclusões deste trabalho assentaram sobretudo nas temáticas a que inicialmente se propôs aprofundar, a sustentabilidade, na conceção e implementação dos espaços exteriores para a comunidade, o design, como ferramenta transversal e complementar de outras especialidades, e a arquitetura paisagista, como ferramenta de planeamento e implementação dos espaços exteriores.

Com o estudo elaborado para este trabalho foi perceptível, que o efeito da participação pública nos estágios iniciais do planeamento urbano, contribui para uma maior longevidade dos espaços, e um maior desenvolvimento sustentável, resultando em menos queixas registadas nas autarquias, e o mais importante, uma maior preocupação por parte da população, na coresponsabilização pelo espaço desde cedo. Nas sessões de participação organizadas inicialmente, a população cria laços de amizade originando uma comunidade mais preocupada com os seus habitantes e com os espaços da sua área de residência, contribuindo assim, também, para espaços vigiados e bem mantidos, devido à preocupação inerente da população.

A proposta para o caso em estudo, resultante da aplicação da metodologia de trabalho proposta, constituiu um espaço inclusivo. Os espaços inclusivos são sinónimos de desenvolvimento sustentável, pois estes acolhem toda a população. Um espaço acessível a todos é um lugar mais visitado e acarinhado por todos.

A proposta deste trabalho foi a criação de uma metodologia para a conceção de todos os espaços exteriores para a comunidade, que se torna fundamental como ferramenta de trabalho em qualquer autarquia, atelier, etc. As diretrizes desta metodologia apresentam conceitos leves e facilmente entendidos por todos, contrariando expressões e conceitos que muitas vezes só são entendidos por técnicos especializados. A transparência deste processo perante a população é fundamental no consenso de todo o processo de planeamento e implementação dos espaços, pois facilita o diálogo entre população e autarquia, colocando todos a lutar pela mesma causa.

Enquanto profissional na área da arquitetura paisagista, pode-se afirmar que o design possibilitou uma visão transdisciplinar e interdisciplinar sobre outras temáticas, resultando numa proposta com uma visão mais ampla. A experiência enquanto projetista e na fiscalização de obras e manutenções

de espaços exteriores, veio facilitar a obtenção de todos os passos necessários no planeamento urbano e implementação destes espaços.

As principais dificuldades encontradas neste trabalho, foram numa fase inicial, alguns impedimentos na marcação de reuniões com técnicos responsáveis no que diz respeito ao espaço do caso de estudo, e posteriormente, a falta de apoio na sessão participativa para este trabalho académico, limitando assim, os resultados obtidos.

Este trabalho espera ter dado um contributo na criação de uma base de trabalho para a conceção de espaços exteriores para a comunidade, que sejam acessíveis e acarinhados pelos utilizadores, no sentido de apontar para a promoção do desenvolvimento sustentável local.

Terminado este trabalho, pretende-se que seja implementado e testada esta metodologia, no caso em estudo e noutros, através de um estudo de possíveis zonas para a comunidade, que possam integrar a rota comunitária dos *bairros 21- Agenda 21*.

Como proposta para trabalhos futuros propõem-se possíveis ajustes a esta metodologia, resultantes da experiência da implementação no terreno, e a elaboração de um estudo de um maior numero de zonas a integrar na *agenda 21*, em que esta metodologia possa ser aplicada, pois quanto maior for o número de espaços para a comunidade previstos localmente, maior será o peso da sustentabilidade à escala da cidade.

BIBLIOGRAFIA

FONTES DE PESQUISA

Livros:

Biblioteca de Arte – Fundação Calouste Gulbenkian

Biblioteca IADE – Escola superior de design, marketing e publicidade.

Biblioteca ISA – Instituto Superior de Agronomia

Biblioteca Nacional de Portugal

Biblioteca Ordem dos Arquitetos

Mapas:

Câmara Municipal de Lisboa

IGeo – Instituto Geográfico do Exército

Igeo – Instituto Geográfico Português

Notícias:

Câmara Municipal de Lisboa

Câmara Municipal de Oeiras

Câmara Municipal de Santarém

Jornal “Público”

Jornal “Expresso do Oriente”

SIC Notícias

LIVROS

AMADO, Miguel Pires (2005). Planeamento Urbano Sustentável, Caleidóscópio

BARREIROS, Maria Helena (2001). Lisboa: Conhecer, pensar, fazer Cidade, Centro de Informação Urbana de Lisboa;

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, Divisão de Formação, (2003). Design Inclusivo: Acessibilidade em Produtos, Serviços e Ambientes Manual de apoio às ações de formação do projeto Design Inclusivo – Iniciativa EQUAL, Lisboa;

CLARKSON, J., COLEMAN, R., KEATES, S., LEBBON, C., (2003). Inclusive Design – Design for the whole population, Springer, Londres;

CORDEIRO, Graça Índias, 2001. Territórios e identidades sobre escalas de organização socio-espacial num bairro de Lisboa. Revista de Estudos Históricos (28)

LYNCH, Kevin, (2011). A Imagem da Cidade, edições 70, Boston;

PACHECO, Sandra Vaz Costa; rev. Luis Filipe coelho, 1ª ed. Lisboa: IST Press, 2012. ISBN 978-989-8481-12-2;

RIBEIRO, Julieta, (1993). Em busca ... da Freguesia de São João, Junta de freguesia de São João, Câmara Municipal de Lisboa;

RODEIA, João Belo, (2007). Vazios Urbanos – trienal de Arquitectura de Lisboa/Urban Voids. Lisbon Architecture Triennale;

VEZZOLI, C., MANZINI, E., (2008). Design for Environmental Sustainability, springer, Londres;

NETGRAFIA

VII Congresso português de Sociologia – Mobilidade geográfica e desigualdades sociais. Desafios para a formulação de políticas públicas na AML:

http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0568_ed.pdf

Jornal Público: <http://www.publico.pt/portugal/jornal/para-david-e-ruben-a-ajuda-chegou-tarde-demais-foram-mortos-pela-mae-25972721>

http://jpn.c2com.up.pt/2005/11/14/portuenses_contra_projecto_para_os_aliadados.html

COSTA, António [comentado por], Quadratura do Circulo – SIC Noticias (29/11/2012). Consultado em <http://oinsurgente.org/2013/01/>

SANTOS, Boaventura de Sousa, (1989). Análise Social, Vol. XXI. Consultado em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223479107H2nRJ8ke6Mb18LZ4.pdf>

Revista Etnográfica, Vol. 11 (2007): <http://etnografica.revues.org/1908>

Para mais informações consultar : <http://profiles.incredible-people.com/victor-papanek/>

Prémios Antena 3: <http://www.rtp.pt/icmblogs/rtp/premiosantena3/?k=Goncalo-Ribeiro-Telles.rtp&post=17503>

Agenda XXI: <http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php>

<http://ambiente.kazulo.pt/11636/lisboa-ocupa-18posicao-nas-cidades-sustentaveis---parte-1.htm>

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/participacao-publica/7016.htm>

FERREIRA, Isabel, CUNHA, Carlos, MARINHO, Manuel (2004). Planeamento local e Participação Publica – O caso de Barcelos. Consultado em:
http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/pdf/D2_14%20Out_Isabel%20Ferreira-Carlos%20Cunha-Manuel%20Marinho.pdf

Câmara Municipal de Lisboa: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/forte-ou-baluarte-de-santa-apolonia-restos>

História de Portugal, O Guia Online da História de Portugal:
<http://www.historiadeportugal.info/guerra-da-restauracao/>

Câmara Municipal de Lisboa, Plano Diretor Municipal. Consultado em: http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html

Câmara Municipal de Lisboa, brochura promocional do PDM 2012. Consultado em: http://pdm.cm-lisboa.pt/downloads/outros/Brochura_PDM_2012.pdf

Câmara Municipal de Lisboa, Agenda 21:
http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php/A=57_collection=cml_article

Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa Verde: <http://lisboaverde.cm-lisboa.pt/index.php?id=3939>

Câmara Municipal de Lisboa, notícias: <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/corredor-verde-une-parque-eduardo-vii-a-monsanto>.

Câmara Municipal de Lisboa, notícias: <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/inauguracao-da-primeira-fase-do-parque-intergeracional-novo-horizonte>

COUTINHO, M., Leão, F., (2010). Envolvimento da população na seleção de locais para implantação de um aterro sanitário – CNAI'10 Conferência de Avaliação de Impactes. 20 a 22 Out'10, Vila Real. Consultado em: <http://www.ua.pt/ReadObject.aspx?obj=22495>

Câmara Municipal de Lisboa, Agenda 21.: <http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php>

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Consultado em: <http://www.igespar.pt/en/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73741/>

Domínios da Sustentabilidade: www.dolceta.eu/portugal/Mod5/Introducao-e-definicoes,126.html

Centro para a sustentabilidade metropolitana. Observatório para a sustentabilidade metropolitana: <http://www.csm-aml.net/#!odes>

Centro para a sustentabilidade metropolitana. Metodologia ODES: <http://www.csm-aml.net/#!odes/vstc1=metodologia-do-odes>.

Centro para a sustentabilidade metropolitana. Indicadores de sustentabilidade: <http://www.csm-aml.net/#!odes/vstc1=indicadores-de-sustentabilidade>

Câmara Municipal de Lisboa. Agenda 21: <http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php>

Câmara Municipal de Lisboa. Agenda 21: http://www.lisboaparticipa.pt/pages/agendaXXI.php/A=8_collection=cml_article_agendaXXI

Pine River Library: <http://bayfieldpubliclibrary.wordpress.com>

Rocville.com – Rochester NY blog, News, events and discussion: <http://rocville.com/?One-of-Rochester-s-Largest-Community-Gardens-Set-to-Open-in-May&PID=25861>

STVGlasgow. Glasgow News: <http://local.stv.tv/glasgow/magazine/219409-big-lottery-funds-partick-community-growing-project-allotment/>

Lei Bases do Ambiente. Consultado em: <https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/733024/1/LBA.pdf>

Decreto-Lei sobre as bases da política do ordenamento do território e urbanismos. Consultado em :
<http://dre.pt/pdf1sdip/2007/09/18100/0661706670.PDF>

Decreto-Lei sobre proteção e valorização do património. Consultado em:
http://www.igespar.pt/media/uploads/legislacao/DL309_2009.pdf

Decreto-Lei sobre o Regime acessibilidades aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. Consultado em:
http://www.inr.pt/bibliopac/diplomas/dl_163_2006.htm

Decreto-Lei sobre condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio. Consultado em:
http://www.capio.pt/images/stories/LEGISLACAO_PARQUES_INFANTIS_119_DE_2009_DR_96_I_SERIE_19_DE_MAIO_DE_2009_.pdf

Decreto –Lei relativo ao consumo de água. Consultado em:
<http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/08/16400/0574705765.pdf>

Câmara Municipal de Lisboa. Equipamentos: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/forte-ou-baluarte-de-santa-apolonia-restos>

Blog Ruin'arte – Património abandonado – Fotos :<http://ruinarte.blogspot.pt/2010/01/forte-de-santa-apolonia-baluarte-de.html>

Castelos de Portugal – Blog :<http://castelosportugal.blogspot.pt/2009/02/forte-de-santa-apolonia-lisboa.html>

Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
:<http://www.igespar.pt/en/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73741/>

Câmara Municipal de Lisboa – Relatório de síntese da caracterização biofísica. Consultado em:

<http://www.cm->

[lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese Caracterizacao Biofisica.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf)

Tipos de pesquisa: <http://www.netquest.com/br/blog/a-escala-likert-coisas-que-todo-pesquisador-deveria-saber/>

Expresso do oriente. Noticias: <http://expressodooriental.com/?p=8360>

LiderA: <http://www.lidera.info/>